



Università
Ca'Foscari
Venezia

Corso di Laurea magistrale
In Lingue e letterature europee, americane e postcoloniali

Tesi di Laurea

**Literatura e censura nas ditaduras
franquista e salazarista**

Relatrice

Ch.ma Prof.ssa Vanessa Castagna

Correlatore

Ch. Prof. Patrizio Rigobon

Laureando

Luca Miazzo

858217

Anno Accademico

2019 / 2020

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	4
CAPÍTULO I	
O FRACASSO LIBERAL DEMOCRÁTICO E A SOLUÇÃO FASCISTA NA PENÍNSULA IBÉRICA.....	7
I.1 A implantação da Primeira República Portuguesa.....	11
I.2 O Portugal de Salazar.....	15
I.3 A Espanha no início do século XX.....	24
I.3.1 As catástrofes ditatorial e republicana espanhola.....	28
I.4 A Espanha franquista.....	32
CAPÍTULO II	
O silêncio da censura e a literatura de resistência.....	39
II.1 As tesouras da censura salazarista e a máquina do silêncio.....	40
II.1.1 A necessidade da autocensura da época salazarista: O caso de José Cardoso Pires.....	47
II.2 Os <i>Poemas Possíveis</i> de José Saramago.....	51
II.3 O aparelho restritivo franquista.....	55
II.4 A repressão do independentismo catalão em <i>Acte de violència</i> de Manuel de Pedrolo.....	62
II.5 A ambiguidade do retrato da Guerra Civil Espanhola de José María Gironella.....	67
CAPÍTULO III	
O exílio ibérico e analogias e diferenças entre Portugal e Espanha.....	73
III.1 O exilado como nómada e <i>desterrado</i> na Espanha do século XX.....	74
III.2 O exílio português europeu e a resistência no Brasil.....	78

III.3 O exílio espanhol	83
III.4 O exílio catalão	87
III.5 Portugal e Espanha: convergências e divergências pré-ditaduras	94
III.6 Salazarismo e Franquismo: analogias e diferenças	98
CONCLUSÕES	106
BIBLIOGRAFIA	109
AGRADECIMENTOS	121

INTRODUÇÃO

Esse trabalho propõe de tratar o tema da censura e da literatura durante o período das ditaduras salazarista e franquista.

O primeiro capítulo contextualiza os eventos históricos que levaram à queda dos governos republicanos-democráticos ibéricos e à instituição dos regimes ditatoriais em Portugal e Espanha. O período sobre o qual a análise se focaliza engloba o fim do século XIX e o início do século passado, que corresponde com o *desastre de 1898* espanhol e a ascensão da Primeira República portuguesa em 1910. A seguir a análise visa a ilustração do Salazarismo e Franquismo e termina com a sua queda nos anos setenta, respetivamente em 1974 e 1975.

No segundo capítulo desenrola-se a temática principal desse trabalho de tese, o tema da censura e da literatura nas ditaduras franquista e salazarista, os instrumentos principais de repressão contra o dissenso popular. Quanto a essa implantação ditatorial examina-se a criação da censura e da polícia política como métodos utilizados para silenciar cada forma de crítica do ponto de vista editorial, cultural e jornalístico; a seguir aprofundiza-se a aplicação desse método de supressão em relação à região da Catalunha que sofreu uma dupla censura: primeiramente a interdição da veiculação da língua catalã e mesmo uma censura ferréa no âmbito literário-editorial¹.

Logo a seguir ilustram-se alguns exemplos de autores censurados durante esse período: quanto a Portugal, o autor José Cardoso Pires foi um dos autores que teve uma estreita relação com a censura portuguesa, a partir do seu primeiro romance censurado *História de amor* em 1952². Apesar disso o discurso focaliza-se nas suas obras

¹ Azevedo, C de, *A censura de Salazar e Marcelo Caetano: Imprensa, teatro cinema, televisão, radiodifusão, livro*, Lisboa, Caminho, 1999, p. 65; A. C. Moreno Cantano, “La censura franquista y el libro catalán y vasco (1936-1975)”, in E. R. Bautista (org.), *Tiempo de censura: la represión editorial durante el franquismo*, Gijón, Trea, 2008, pp. 143-147.

² Azevedo, C de, *A censura de Salazar e Marcelo Caetano: Imprensa, teatro cinema, televisão, radiodifusão, livro*. Cit., p. 575.

sucessivas *O delfim* (1968) e o *Dinossauro Excelentíssimo* (1972) em que se deduz não só uma denúncia forte contra a opressão do Salazarismo mas mesmo a utilização de uma estratégia fundamental a fim de as tesouras da censura evitarem, ou seja a autocensura, uma tipologia de censura aplicada pelo mesmo autor através do uso de alusões, alegoria e metáforas.

O segundo autor português que se analisa nesse trabalho é José Saramago, um dos autores mais importantes da literatura contemporânea portuguesa. Em particular a sua obra mais importante contra o Salazarismo foi *Os poemas possíveis* em 1982 em que sob a forma da poesia e da autocensura consegue enfrentar o tema importante de opressão salazarista através da sua escrita real e violenta.

Em relação à Espanha, observa-se em particular o trabalho importante de dois autores de origem catalã que por diferentes motivações foram relacionados com a censura espanhola e obrigados a idear estratégias opostas para as suas obras serem publicadas: o primeiro autor em questão, Manuel de Pedrolo, um dos mais importantes autores da literatura catalã, sofreu uma censura violenta à sua obra *Acte de Violència*, da qual se analisa sobretudo a temática de violência do regime franquista e as várias dinâmicas de supressões do livro antes da sua publicação definitiva em 1974³.

O segundo autor identifica-se na figura de José Maria Gironella, o qual com a sua trilogia da guerra civil (*Los cipreses creen en Dios*, *Un millón de muertos* e *Ha estallado la paz*) descreve de maneira detalhada a genealogia dos acontecimentos relacionados à Guerra Civil Espanhola. A partir disso, o discurso focaliza-se no enfrentar o tema da censura, se bem que resultou ser mínima, mas também as razões que empurraram o escritor a redigir esses três livros em castelhano, não obstante a sua origem catalã⁴.

O terceiro capítulo introduz inicialmente o conceito do exilado como *desterrado* e *nómada*; como exemplo concreto considera-se a teoria do autor catalão Juan Goytisolo. A seguir trata-se a temática do exílio como consequência inevitável das repressões da censura e da polícia política e focaliza-se no enunciar a estruturação do exílio português, espanhol e catalão.

³ L. Van. Den Hout Huijben, “La censura y el caso de Manuel de Pedrolo. Las novelas ‘perdidas’”, Chicago, University of Chicago, 2007, pp. 14-20.

⁴ A. Beneyto, *Censura y política en los escritores españoles*, 1ª ed., Barcelona, Plaza & Janés, 1977, pp. 192-194.

Em relação ao exílio português analisam-se em particular as duas direções principais que os exilados empreenderam para encontrarem uma nova pátria: a França, por exemplo, foi o país que mais acolheu refugiados portugueses. A continuação disso, toma-se em consideração alguns testemunhos de exiladas portuguesas que viveram o inferno do exílio, como Teresa Rita Lopes e Teresa Perdigão⁵. Mesmo o Brasil, assistiu a um grande fenómeno de migrações durante os anos da ditadura portuguesa e à criação de jornais editados por exilados na cidade de São Paulo como *Portugal Livre e Portugal Democrático*, dos quais se analisa o impacte que tiveram na sociedade brasileira e o papel de denúncia das violências do Salazarismo⁶.

A seguir observa-se o fenómeno do êxodo espanhol-catalão sucessivo à instauração da ditadura franquista. Primeiramente introduz-se o fenómeno migratório que levou milhares de espanhóis a fugir para França; posteriormente o discurso aponta para ilustrar as condições de vida no território francês visto que uma grande parte de exilados foram internados em campos de concentração no sul do país⁷. A seguir explica-se o papel importante das mulheres nas dinâmicas do exílio e de conflito contra o Franquismo.

Em relação ao exílio catalão, além de enunciar o fluxo principal de êxodo em direção do Sul da França, analisam-se dois autores catalães que sofreram o afastamento da Catalunha: o primeiro, Joan Sales revelou-se um autor importante no exílio em México com a criação dos *Quaderns do Exili* em 1943, uma revista de matriz anti-franquista que representou uma fonte importante de crítica contra a ditadura de Franco reivindicando a união dos países de língua catalã⁸. Desde o seu regresso em Barcelona representou uma importante influência na literatura catalã do fim dos anos cinquenta com a publicação da obra *Incerta Glòria* em 1956, a qual enfrentou uma censura violenta por parte dos franquistas. Como segunda autora exilada enuncia-se a experiência do exílio de Mercé Rodoreda; em particular evidencia-se a condição de expatriada durante o seu período de refugio na França e na Suíça e a importância da sua

⁵ A. Aranha; C. Ademar, *Memórias do exílio*, Lisboa, Parsifal, 2018, pp. 217-220.

⁶ I. S. Travancas, “Portugal Democrático: Um jornal de exilados”, in *Brazilian Journalism Research*, V 16, N°3, 2020, pp. 139-141.

⁷ J. M. Casas; P. C. Urquijo, *El Exilio Español (1936-1978)*, 1ª ed., Barcelona, Editorial Planeta, 2002, pp. 69-70.

⁸ AA.VV, “Quaderns de l’exili”, in *Biblioteca virtual Miguel de Cervantes*, 2001, online. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra/quaderns-de-lexili/>. Último acesso: 24/04/2021.

literatura resistência no exílio caracterizada pelas obras *Plaça del Diamant* (1961) e *la meva cristina e altres contes* (1967)⁹. Para concluir ilustram-se as diferentes analogias e diferenças entre Espanha e Portugal; sob o ponto de vista histórico, os vários eventos que levaram à instituição e à queda das ditaduras franquista e salazarista e as ligações de convergência e divergência relacionadas ao aparelho da censura.

CAPÍTULO I

O FRACASSO LIBERAL DEMOCRÁTICO E A SOLUÇÃO FASCISTA NA PENÍNSULA IBÉRICA

Este primeiro capítulo introduz a história dos países da Península Ibérica, Portugal e Espanha, incluindo também a Catalunha, no século XX. É preciso partir das dinâmicas históricas para contextualizar as fases que levaram à criação do sistema da censura, uma das armas principais de repressão dos regimes ditatoriais franquista e salazarista.

No fim do século XIX, a situação da Espanha era bastante catastrófica; a guerra contra os Estados Unidos resultou num total fracasso sancionando o fim do seu Império colonial com a perda das últimas três colónias: as Filipinas, Cuba e Porto Rico¹⁰. Esse acontecimento denominado *o desastre de 98* desencadeou um processo de disgregação da Espanha no período da Restauração do século XIX¹¹. Além disso no início do século XX a Espanha teve que enfrentar uma importante questão interna, ou seja, o problema da Catalunha. A região do nordeste do país estava a viver uma fase de grande prosperidade do ponto de vista económico e industrial; contudo, esta renascença catalã

⁹ E. Vega, “Nascita di una scrittrice. Mercé Rodoreda e l’impegno civile nella Catalogna della Seconda Repubblica”, in: E. Vega (org.), *Pensando alla Catalogna*, Alessandria, Dell’orso, 2008, pp. 50-51.

¹⁰ G. Brenan, *Storia della Spagna (1874-1936)*, Torino, Einaudi, 1970, p. 19.

¹¹ Em 1874 foi proclamado o período de Restauração da Espanha dos Reis Católicos, depois do fracasso da Primeira República Espanhola (1873-1874). Essa mudança de regime durou até 1898, ano em que ocorreu a derrota na guerra Hispano-Americana.

contrapunha-se ao estado geral de pobreza do território espanhol, criando certo atrito entre a coroa espanhola e o governo catalão¹².

Em 1914, ano em que eclodiu a Primeira Guerra Mundial, a Espanha nesse evento declarou-se neutral, mantendo um papel marginal nesse evento; contudo, a solução de neutralidade em guerra não evitou repercussões internas e no campo político e económico, favorecendo a possibilidade de instaurar uma ditadura a fim de criar união e coesão dentro da Espanha.

A ocasião para tal ocorreu em 1923, com o estabelecimento da ditadura do general Miguel Primo de Rivera que conseguiu ganhar o poder e o consenso geral no país¹³. O sucesso dessa mudança política teve os seus benefícios em virtude das medidas tomadas em campo económico, outorgando um melhoramento notável. Mas a párbola desse regime ditatorial durou somente 7 anos, porque em 1930 o fracasso do governo autoritário do general espanhol fez afundar novamente a inteira Espanha numa crise interna. Sucessivamente as eleições de abril de 1931 representaram o regresso da República: a nova coalizão de governo da Segunda República Espanhola foi formada por três fações principais: os socialistas, os radicais e o grupo dos republicanos de esquerda¹⁴. Em termos de medidas aplicadas, as primeiras questões fundamentais a enfrentar eram essencialmente a questão da reforma agrária mas sobretudo o estatuto de autonomia catalão. Contudo, as diferentes visões dos três partidos pertencentes ao destacamento republicano provocaram uma fragmentação irreparável causando, de facto, o declínio do governo da República; além disso a promulgação do *Estatuto de Autonomia da Catalunya* e da *Generalitat de Catalunya* em 1932¹⁵ representou o problema maior no processo de coesão da nação espanhola.

Em 1936 ocorreram novas eleições políticas, nas quais obteve a maioria dos votos da *Frente Popular*, uma grande coalizão de fações de toda a esquerda espanhola. Mais uma vez a colaboração entre elas levou a um fracasso total depois de alguns meses

¹² A *Lliga Regionalista* foi um partido político catalão nacionalista, conservador e monárquico que se formou em 1901. O seu líder Francesc Cambó, junto a Enric Prat de la Riba, fazia parte do grupo catalanista *Centro Nacional Catalão* que, mais tarde, se uniu com o partido *União Regionalista*, constituindo o novo partido catalão. J. Reglá, *Historia de Catalunya*, 5ª ed., Madrid, Alianza, 1983, p. 190.

¹³ G. Brenan, *Op. Cit.*, pp. 73-75.

¹⁴ *Ibidem*, pp. 222-223.

¹⁵ Nas eleições de 1931 na Catalunha triunfou o novo partido da *Esquerra Republicana de Catalunya* que teve como líder Francesc Macià, que, em seguida, ocupou o cargo de presidente da *Generalitat de Catalunya*, o novo sistema administrativo do governo catalão.

e no dia 1 de setembro de 1936, eclodiu a Guerra Civil Espanhola¹⁶. A guerra iniciou com o *Alzamiento* que viu o exército encabeçado pelo General Francisco Franco entrar em conflito com a resistência dos republicanos, cuja definitiva derrota se deu em 1939¹⁷. Este ano não só assinalou o fim da guerra civil mas também o início da ditadura franquista de carácter fascista e a instituição da censura e da polícia política, ou seja as formas de repressão e tortura principais contra o dissenso geral que duraram por 36 anos, até 1975.

Quanto à situação de Portugal, ainda que o estado português se mostrasse por quase toda a metade do século XIX dentro de um processo de *Regeneração*¹⁸, com vista a uma reestruturação política e económica, em 1890 o regime monárquico português ficou abalado depois do Ultimato inglês do mesmo ano¹⁹, que obrigou a nação portuguesa a desistir da conquista dos territórios africanos que separavam Angola e Moçambique. Esse evento teve uma ressonância no mundo português tal que se gerou uma vaga de patriotismo que se espalhou por Portugal inteiro transformando-se no rápido crescimento dos ideais republicanos. Com efeito, em 1891 ocorreu a revolta dum parte do exército na cidade do Porto em que se proclamou a instituição da República no solo português²⁰.

Em seguida as relações entre o Republicanismo e a Monarquia tornaram-se péssimas tanto que o Rei D. Carlos I decidiu entregar o governo a uma ditadura encabeçada por João Franco Castelo Branco, que tinha a mesma visão progressista do rei de Portugal²¹. Depois da morte do rei e a chegada do jovem D. Manuel II todo o país estava em total agitação e com a revolução de outubro de 1910 em Portugal decretou-se o início da Primeira República Portuguesa. A queda da Monarquia coincidiu com o começo de uma nova época, onde o Republicanismo representava o novo modelo para o

¹⁶ G. Brenan, *Op. cit.*, pp. 282-300.

¹⁷ F. García de Cortázar; J. M. Gonzalez Vesga, *Storia della Spagna: dalle origini al ritorno della democrazia*, 4ª ed., Milano, Bompiani, 2001, pp. 456-460.

¹⁸ O movimento revolucionário de Portugal tinha como fim a Regeneração do país. O ano de 1851 foi a data do começo dessa revolução conservadora que visava uma viragem do país. Os objetivos mais importantes eram a ordem e a estabilidade de um governo e forte e o desenvolvimento do setor económico. Cfr. F. T. Pimenta. *Storia politica del Portogallo Contemporaneo*. Cit., pp. 14-15.

¹⁹ O *Ultimato inglês* designa que o Ultimato que a Inglaterra deu a Portugal para que retirasse as suas tropas dos territórios que separavam Angola e Moçambique, na sequência do estabelecido pela Conferência de Berlim. J. H. Saraiva, *Storia del Portogallo*, Milano, Mondadori, 2004, p. 302.

²⁰ Apesar de a revolta ter sido sufocada pelas forças do governo monárquico, a mesma fez aumentar ainda mais a adesão da população portuguesa ao Republicanismo, tanto que os combatentes da revolta foram apelidados de *mártires da República*. F. T. Pimenta, *Op. Cit.*, p. 41.

novo império colonial ressurgir; na verdade, os primeiros anos caracterizaram-se por lutas e disputas contínuas dentro do governo republicano. As várias correntes que formavam o governo da Primeira República²² tinham opiniões e visões diferentes e nunca chegaram a redigir um programa único e concreto. Além disso a eclosão da Primeira Guerra Mundial foi outra grande derrota para o regime republicano; apesar de estar alinhado com o destacamento aliado de França e Inglaterra, o resultado da expedição portuguesa foi uma catástrofe, piorando ainda mais a estabilidade da República. No fim do primeiro conflito mundial em dezembro de 1917, outro episódio abalou à solidez do governo republicano foi a instauração da breve ditadura de Sidónio Pais²³, que estabeleceu um regime autoritário aproveitando a fraqueza das instituições republicanas. Este acontecimento, que durou até o fim de 1918, provocou uma grande agitação social por todo o país. Oficialmente durante todo o período da República, em 16 anos (1910-1926) houve 45 governos e 8 presidentes da República²⁴.

No dia 28 de maio de 1926 o general Gomes da Costa guiou a revolta na cidade de Braga que levou à dissolução do governo fragmentário da Primeira República. Ele mesmo afirmou: “É preciso levar o exército a intervir na política, com o fim de moralizar a nossa administração pública”.²⁵ Esse evento perturbou novamente a direção do governo português que passou a ser liderado por uma ditadura militar. De facto, no início, a implantação ditatorial foi apoiada por quase toda a população para restabelecer-se a ordem e a reorganização das instituições democráticas²⁶. Porém, em breve o novo governo ditatorial começou a mostrar a sua verdadeira cara; nesses anos, como uma das primeiras medidas, instituiu-se o *órgão da censura*, uma tipologia de repressão sistemática dos dissensos ao regime que inicialmente afetou principalmente a imprensa e os meios de informação. A crise das finanças portuguesas revelou-se um problema enorme naquele período e, para tentar resolvê-lo. Em 1928 António de Oliveira Salazar, professor de economia da Universidade de Coimbra assumiu o cargo de Ministro das

²¹ J. H. Saraiva, *Op. Cit.*, p. 308.

²² No início da República os partidos principais que formavam a coalizão eram três: o Partido Democrático de Afonso Costa, o Partido Evolucionista de António José de Almeida e o Partido Unionista de Brito Camacho. Cfr. J. H. Saraiva. *Storia del Portogallo*. Cit., p. 311.

²³ F. T. Pimenta, *Op. Cit.*, pp. 61-63.

²⁴ D. L. Wheeler, “A Primeira República Portuguesa e a História”, in: *Análise social*, V. 14, N°56, 1978, pp. 865-872.

²⁵ Oliveira Marques, A. H de, *História de Portugal- Vol III*, 3ª ed., Lisboa, Palas, 1986, pp. 258-259.

²⁶ *Ibidem*, p. 364.

Finanças, que em breve tempo se transformou na sua plataforma de lançamento para a obtenção do título de chefe do governo e de Portugal²⁷. Abrindo portanto caminho à instauração, em 1933, do *Estado Novo*, que permitia um regime autoritário conservador e de carácter fascista. Durante todo o período da ditadura, por quase 40 anos e nomeadamente até ao dia 25 de abril de 1974²⁸, para manter a estabilidade das instituições atuaram-se repressões e violências frequentes contra qualquer forma de dissenso.

I.1 A implantação da Primeira República Portuguesa

A implantação da Primeira República em Portugal deveria significar um período de prosperidade e transformação, mas, pelo contrário, correspondeu a uma sucessão contínua de governos fracos com escasso apoio popular e um programa político indefinido com uma perspectiva que nunca se tornou uma modernização real das instituições portuguesas²⁹.

A eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914 teve uma enorme impacto em Portugal, sobretudo para o novo governo republicano, que decidiu ter parte nele por duas razões importantes: primeiramente, Portugal necessitava ter um papel ativo nas dinâmicas internacionais a fim de a República ter o reconhecimento de potência europeia; em segundo lugar sentia-se a ameaça alemã à herança colonial portuguesa, especialmente os territórios angolanos e moçambicanos³⁰. Portanto o medo de perder as colónias da África do sul induziu o governo a optar por uma entrada possível na guerra ao lado dos aliados para salvaguardar-se do expansionismo alemão, aproveitando a ocasião para dar à Europa a imagem de um país forte e unido.

Durante esse período bélico, Portugal combateu duas guerras efetivas, uma na frente europeia e uma na frente colonial. Em relação à frente europeia, a intervenção no conflito seria útil para mostrar a força militar do país; porém, na campanha europeia das

²⁷ Cfr. F. T. Pimenta, *Op. Cit.*, pp. 89-92.

²⁸ *Ibidem*, p. 79.

²⁹ Cfr. Oliveira Marques, *Op. Cit.*, pp. 228-230.

³⁰ Já em 1898 a Alemanha e Inglaterra firmaram um tratado para partilha das colónias portuguesas, porém o Tratado de Windsor do ano sucessivo anulou tal esse acordo, sancionando que os ingleses permaneceriam como defensores da herança portuguesa. Cfr. F. T. Pimenta, *Op. Cit.*, p. 43.

Flandres (1917-1918), o Corpo Expedicionário Português foi incapaz de lidar com o avançar das tropas alemãs perdendo um número considerável de soldados, resultando numa catástrofe para as tropas portuguesas. Por outro lado, na frente a situação melhorou e, apesar das grandes perdas militares no conflito contra o destacamento alemão, Portugal conseguiu manter o controlo das duas possess ultramarinas³¹.

A questão bélica patentou a incerteza e a inadequação do governo republicano fracionado em relação a essa questão de política externa³².

Além do mais, os efeitos da Primeira Guerra Mundial causaram agitação social e descontentamento, visto que as despesas militares enormes tinham piorado a situação económica. Os protestos do povo tornaram-se em manifestações que o governo de Afonso Costa decidiu reprimir com uma certa severidade e violência, originando uma grande tensão em campo político³³.

Durante esses anos todas as falhas do governo foram descarregadas sobre a população, pela maioria trabalhadores, que como resposta tentaram, através de greves e manifestações, reclamar os seus direitos. Mas nesse quadro o governo revelou a sua inaptidão, visto que preferiu tomar medidas extremas para bloquear esses movimentos de protestos com o uso da força da polícia política para defender o estado e “silenciar” o povo³⁴.

É nesse contexto que se desenrolou a revolta do exército português contra o governo republicano, no fim de 1917, numa insurreição encabeçada pelo general Sidónio Pais, apoiado também pelo Partido dos Unionistas, que decidiu instaurar uma ditadura militar aproveitando a grande instabilidade da República Portuguesa³⁵. Esse general das forças armadas portuguesas parecia uma espécie de “Salvador da Pátria”³⁶ e representava o líder forte que podia dar a volta a essa fraqueza interna das instituições e

³¹ As duas frentes mencionadas referem-se às duas guerras que Portugal combateu contra a Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial: a frente europeia concerne ao conflito na Bélgica que viu o Corpo Expedicionário Português (em ajuda dos militares ingleses) sofrer uma grande derrota. Em relação à frente colonial, ocorreu a guerra entre Portugal e Alemanha para o domínio das terras de Angola e Moçambique no início de 1917 em que morreram mais ou menos 5000 militares. Cfr. J. H. Saraiva. *Storia del Portogallo*. Cit., pp. 311-312.

³² Nem todas as fações concordavam com a entrada em guerra porque, dos três partidos que formavam a coalizão da Primeira República, os democráticos e os evolucionistas pressionaram para tomar as armas, enquanto os unionistas e outros setores conservadores defendiam a neutralidade como solução melhor. F. T. Pimenta, *Op. Cit.*, pp. 57-60.

³³ *Ibidem*, p. 61.

³⁴ *Ibidem*, pp. 69-74.

³⁵ Oliveira, Marques, A. H de, *Op. Cit.*, p. 241.

ao descontentamento do povo. Contudo, o regime militar apontou para um rumo de centralização do poder, a dissolução do governo e algumas alterações à constituição, dessa forma a nova administração, conhecida como *República Nova*³⁷, não tão pouco conseguiu realizar um programa político bem definido, já que carecia do apoio necessário para a criação da estabilidade desse governo. Os Unionistas, que inicialmente apoiaram o golpe de Estado, retiraram-se da coalizão com Sidónio Pais, obrigando o novo presidente da República, depois de ter sido eleito nas eleições de abril de 1918, a uma aliança com a extrema direita, formada principalmente por monárquicos e pela alta burguesia. Além disso, essa tentativa de realizar uma união de fações políticas levou à uma instabilidade governamental e acrescidos problemas sociais, como também económicos; ademais, no campo militar a derrota do exército nas Flandres resultou decisiva em desencadear novas revoltas populares, que foram arrasadas pelo uso da repressão violenta, da tortura e a da censura. No fim de 1918, os tumultos sociais estavam a tornar-se insustentáveis tanto que se sucederam várias conspirações contra esse novo governo e uma delas acabou com o assassinio do ditador português³⁸. Esse evento gerou a grave crise das instituições republicanas, incapazes de considerar outras estratégias para modernizar o país dentro de uma situação de subversão social e crise política-económica. Sem dúvida esse período em que Sidónio Pais tentou subverter o governo republicano pode-se considerar o preâmbulo do que ocorria na década seguinte, ou seja o regresso a um regime de carácter ditatorial mais forte e violento³⁹.

Os anos sucessivos da Primeira República não trouxeram melhorias; após o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1919, houve uma insurreição dos monárquicos, os quais proclamaram “a monarquia do Norte”⁴⁰ na cidade de Porto. Aproveitando da fraqueza da República essa parte do governo tentou reivindicar a restauração do regime monárquico mas essa tentativa de subversão foi anulada com a reação republicana, que derrotou, numa pequena guerra civil, os opositores à democracia⁴¹.

As consequências da instabilidade política tornaram-se evidentes em vários níveis, por exemplo no biénio 1920-1921 aumentaram os preços e diminuíram os

³⁶ F. T. Pimenta, *Op. Cit.*, p. 61.

³⁷ Oliveira Marques, A. H de. *Op. Cit.*, p. 242.

³⁸ *Ibidem*, pp. 241-245.

³⁹ A. R. Ferrarin, *Storia del Portogallo*, Milano, 1940, p. 281.

⁴⁰ J. H. Saraiva. *Storia del Portogallo*. Cit., p. 312.

⁴¹ Oliveira, Marques, A. H de. *História de Portugal- Vol III*. Cit., p. 248.

salários, a fome foi aumentando e a taxa de inflação disparou a níveis elevadíssimos, lançando, de facto, Portugal num clima de desordem, corrupção e atentados políticos⁴². Como afirmado por Douglas Wheeler, Portugal estava prestes a uma nova alteração política, condicionada principalmente por muitos fatores: primeiramente essa crise política pode-se atribuir ao fracasso do inteiro sistema político, à fragmentação dos mesmos partidos internos devido a diferentes disputas de poder, mas também às despesas militares por uma guerra que agravou uma situação já comprometida⁴³.

É fundamental sublinhar como inicialmente a instauração da Primeira República devia representar um Portugal novo e moderno mas se revelou uma tentativa falhada. Como afirma o historiador Manuel Baiôa, as fações do mesmo partido republicano (PRP) no poder conspiravam-se reciprocamente estorvando a possibilidade concreta de alcançar o projeto de modernização do país, acrescentando a desordem e a inaptidão na falta de integração das massas pobres dentro do desenvolvimento da inteira população portuguesa⁴⁴.

Se por um lado o objetivo das classes médias urbanas, que representavam a maioria no governo da Primeira República, era criar uma nova modalidade de administração do país, por outro a luta para alcançar o poder era constante e com essas contínuas alterações em âmbito político pioraram o contexto português das primeiras décadas do século XX. Embora nos últimos anos republicanos se tentasse uma evolução rápida com a implementação da reforma agrária, o início do processo de industrialização do país e a alfabetização das massas, ao mesmo tempo o exército começou a simpatizar com a oposição da direita influenciada em particular pela nova ideologia fascista italiana e pelo episódio da ditadura de Miguel Primo de Rivera na Espanha em 1923⁴⁵.

Portanto a situação de Portugal converteu-se de uma forma irreversível na altura em que, por causa da incapacidade de alcançar soluções definitivas e lucrativas para o desenvolvimento do país, se decidiu a supressão, com o uso da força, de todas as revoltas populares. Esse método utilizado para quebrar as possíveis ameaças e as manifestações de dissenso que implicavam a desestabilização do governo, culminou em

⁴² Ibidem, pp. 249-252.

⁴³ D. L. Wheeler. *A Primeira República Portuguesa e a História*. Cit., p. 868.

⁴⁴ M. Baiôa, "A Primeira República Portuguesa (1910-1926): partidos e sistema político", in: *Arbor*, N°190, 2014, p. 4.

1926, no dia 28 de maio de 1926 com a instalação de uma terceira ditadura portuguesa⁴⁶.

I.2 O Portugal de Salazar

A mudança de Monarquia para República fora demasiado rápida e a vontade progressista da classe dirigente revelou-se contraproducente perante o enorme estado de pobreza de uma boa parte da população, que acabou por ver a classe burguesa enriquecer-se em detrimento da miséria das outras camadas sociais. Esse foi um dos fatores que determinaram o total incumprimento na administração de todas as questões políticas e socioeconómicas que atormentaram Portugal na época da Primeira República. Nesse quadro a necessidade de um poder forte e de uma figura que fizesse ressurgir a nação, atingiu o seu ápice com a insurreição militar dirigida pelo general Óscar Carmona em 1926 a consequente instalação de um novo governo ditatorial. De facto, pouco antes da instituição da ditadura, as forças armadas começaram a obter um importante papel na ótica da regeneração da nação sobretudo depois da questão da instabilidade social devido ao conflito entre o estado republicano e uma sociedade em perpétuo fermento⁴⁷.

Já desde o início dessa nova fase de renovação interna para Portugal destaca-se a figura de António de Oliveira Salazar, o qual, naquele período, ocupou o cargo de Ministro das Finanças. Nesse período, aproveitando a situação tumultuosa de Portugal, conseguiu adquirir uma importância relevante e o reconhecimento do governo para a criação dum novo modelo económico e político português, que se tornou no projeto de reconstrução e consolidação fiscal do país⁴⁸. Como atesta Tavares Pimenta, Salazar consolidou a sua posição de figura decisional nesse quadro de recuperação da força do estado português conseguindo civilizar a ditadura com a instituição de um regime

⁴⁵ S. G. Payne, *El fascismo*, 3ª ed., Madrid, Alianza, 2020, pp. 197-198.

⁴⁶ A. R. Ferrarin. *Storia del Portogallo*. Cit., p. 285.

⁴⁷ A. J. Telo, “A obra financeira de Salazar: a “ditadura financeira” como caminho para a unidade política, 1928-1932: Período inicial”, in: *Análise social*, V. 29, N°128, 1994, p. 785.

⁴⁸ F. Patriarca, “Diário de Leal Marques sobre a formação do primeiro governo de Salazar”, in: *Análise social*, V. 41, N°178, 2006, p. 174.

ditatorial centralizado na sua figura e com a presença de uma Constituição⁴⁹. A viragem efetiva na história de Portugal ocorreu no dia 11 de abril de 1933 quando institucionalizou-se a nomeada ditadura civil do *Estado Novo*. A continuação disso, Tavares Pimenta atesta também que:

A constituição decretava aparentemente a formação de um regime presidencialista, segundo a qual o Presidente da República governava através do chefe do governo. Isso nunca aconteceu, porque a figura com o cargo mais alto era Salazar. Os poderes do presidente da República eram mais nominais que reais.⁵⁰

Essencialmente essa nova fase da política de Portugal decretou a centralização do poder e das decisões na figura de Salazar, que implantou não só uma ditadura de governo que ofuscava, de facto, os mesmos princípios da sua Constituição e a figura do Presidente da República mas pode-se afirmar que se instaurou uma ditadura personal do Chefe do governo⁵¹. Essa alteração de governo de 1933 comportou a transformação radical do aparelho burocrático português através dum processo de inovação ideológica ditado da marca do fascismo italiano que desde 1922 espalhou-se por toda Europa e da qual Salazar tomou a inspiração para a sua ideia de formação de estado⁵². Os ideais fascistas que Salazar aplicou foram principalmente a imposição de um regime autoritário de carácter conservador e católico, na tentativa de reorganizar e regenerar o sistema político português após a decomposição das instituições republicanas⁵³. Outro elemento fundamental relacionado com o modelo fascista italiano foi a renovação do aparelho de repressão e violência com o auxílio fundamental das forças militares⁵⁴. Por fim, é de

⁴⁹ Cfr. F. T. Pimenta. *Storia politica del Portogallo Contemporaneo*. Cit., p. 100.

⁵⁰ (trad. nossa), Ibidem, p. 101.

⁵¹ Ibidem, pp. 101-102.

⁵² Nas jornadas de 24-30 de outubro de 1922, a chamada *Marcha sobre Roma* sancionou a fim da democracia parlamentar italiana e o início do regime ditatorial do fascismo, encabeçado pela figura de Benito Mussolini. E. Gentile, *Storia del Partito Fascista (1919-1922): Movimento e Milizia*, Bari, Laterza, 1989, pp. 657-680.

⁵³ F. T. Pimenta, *Op. Cit.*, pp. 80-83.

⁵⁴ Com a instauração da ditadura de 1926, foram também instituídas as primeiras formas de repressão, incluindo a censura de estado. Em seguida, as frequentes tentativas de golpe de estado contra o regime ditatorial militar de Carmona conseguiram fortalecer esse aparelho de repressão com a ajuda da polícia política mas foi Salazar quem o reorganizou depois da instituição do Estado Novo em 1933. Oliveira, Marques, A. H de. *História de Portugal- Vol III*. Cit., pp. 364-368.

assinalar a atuação de uma política imperialista externa, que já tivera os seus enormes efeitos na caída da Primeira República, mas que no Estado Novo salazarista se tornou no objetivo principal, na perspetiva de criar um novo império colonial português⁵⁵.

Como afirma o historiador Fernando Tavares Pimenta, era necessário que esse fascismo português tivesse uma marca civil, ou seja que estivesse baseado nos princípios de uma constituição e de um chefe do governo; os três pilares do Salazarismo, ou seja Deus, pátria e família, constituíam os alicerces que identificavam o Estado Novo com a criação de uma nova ordem social, política e económica⁵⁶. A ideia fundamental, que Salazar implantou nessa obra de reorganização do estado português, não visava à modernização total do país, mas na introdução de um novo modelo de governo restabelecendo a ordem mediante essa variante portuguesa do fascismo. A opinião pública, julgava essa estrutura política necessária mas não permanente, ou seja, um ponto de partida para recuperar as instituições de carácter republicano-democrático, essenciais para reconquistar o apoio social e renovar as estruturas esmagadas, numa fase política de transição e modernização⁵⁷.

A figura mais importante e criadora desse melhoramento e fortalecimento da ditadura portuguesa conseguiu alcançar uma supremacia importante no campo político. Isso se deve também à constituição dum único partido do governo, ou seja a União Nacional (1930) encabeçado pelo mesmo Salazar. Poder-se-ia dizer que esse grupo político era a representação do ditador português na política portuguesa e um dos meios fundamentais da estratégia de poder que lhe permitiu unir todas as forças políticas conservadoras como monárquicos, católicos e uma parte dos republicanos, todos convencidos da necessidade dessa única congregação governamental⁵⁸. Apesar disso, a função dessa coalizão de partidos foi marginal porque se por um lado a construção desta coalizão permitiu a Salazar obter um consenso importante sob o ponto de vista político, por outro a ditadura devia funcionar como uma imposição de um poder decisional de uma pessoa⁵⁹. Portanto a União Nacional nunca teve um papel de grande relevância, no

⁵⁵ S. G. Payne. *El fascismo*. Cit., pp. 200-201.

⁵⁶ F. T. Pimenta. *Storia politica del Portogallo Contemporaneo*. Cit., p. 96.

⁵⁷ A. J. Telo. *A obra financeira de Salazar: a «ditadura financeira» como caminho para a unidade política, 1928-1932*. Cit., p. 780.

⁵⁸ F. T. Pimenta, *Op. Cit.*, pp. 97-99.

⁵⁹ Oliveira, Marques, A. H de. *História de Portugal- Vol III*. Cit., pp. 372-373.

contexto das decisões no campo político mas a sua criação foi vital para sufocar ou reprimir todas as dissidências opositoras⁶⁰.

Entre os colaboradores de Salazar, António Ferro representou o seu braço direito; ele foi uma figura fundamental dentro do governo do Estado Novo, sendo, durante os primeiros anos, um dos mais importantes transmissores do fascismo no país⁶¹ tanto que Salazar lhe conferiu o cargo de diretor do Secretariado da Propaganda Nacional⁶². Essa tipologia de política que Ferro desenvolveu naquela época era uma revisão da propaganda fascista italiana, mas a sua ideia, denominada *política do espírito*, simbolizava principalmente uma tipologia de promoção cultural que abrangia o uso das artes, das letras e das ciências como instrumentos fundamentais para a elevação de uma nova geração portuguesa combatendo todos os opositores internos ao regime⁶³.

De qualquer forma, Salazar preferiu deixar um espaço limitado à disseminação da ideologia fascista no solo português visto que poderia afetar a sua liderança de único governador do país. Essencialmente, a ideia de administração política salazarista focalizava-se na centralização do poder na figura do chefe do governo, Salazar mesmo, também encarregado de tomar as decisões mais importantes; além disso o papel das influências externas de outras ideologias, como a fascista, foi fundamental nos aspetos de criação e organização das instituições do Estado Novo mas sem nunca favorecer o desenvolvimento real do fascismo em Portugal, porque teria significado outorgar espaço de desenvolvimento a uma conceção de estado diferente das ideias de Salazar⁶⁴.

O que permitiu a continuidade e a estabilidade das estruturas estadonovistas por quase quarenta anos, foi sobretudo um severo controlo da oposição e dos inimigos internos que, em breve tempo, se transformou numa vaga de repressão, torturas e assassínios⁶⁵. Aliás, outra importante engrenagem da cadeia ditatorial foi a renovação do aparelho da polícia política em 1933. A tarefa desse corpo especial do regime era

⁶⁰ A. C. Pinto, “As elites políticas e a consolidação do salazarismo: o Nacional Sindicalismo e a União Nacional”, in: *Análise Social*, V. 27, N°116-117, 1992, pp. 575-596.

⁶¹ J. Barreto, “António Ferro: Modernism and Politics”, in S. Dix; J. Pizarro, *Portuguese Modernisms: Multiple Perspectives on Literature and the Visual Arts*, 1ª ed., London, Routledge, 2017, pp. 138-139.

⁶² O *Secretariado de Propaganda Nacional* (SPN) foi instituída em 1933; em 1945, mudou a sua denominação em *Secretariado Nacional de Informação* (SNI). Mais tarde, em 1968, transformou-se na *Secretaria de Estado da Informação e Turismo* (SEIT).

⁶³ D. Serapiglia, *Il fascismo portoghese, le interviste di Ferro a Salazar*, 1ª ed., Lavis (TN), Pendragon, 2014, pp. 99-100.

⁶⁴ F. T. Pimenta. *Storia politica del Portogallo Contemporaneo*. Cit., pp. 100-101.

assegurar a ordem dentro de Portugal e impedir a atuação de golpes de estado ou iniciativas revolucionárias. Inicialmente foi denominado *PVDE*, a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, mas no fim da Segunda Guerra Mundial tornou-se em *PIDE*, Polícia Internacional e de Defesa do Estado⁶⁶. Como salientam os historiadores Fernando Rosas e Álvaro Garrido, os atos de repressão e violência que essa polícia exercia concentravam-se principalmente nos meios que os subversivos podiam utilizar para ameaçar a segurança do regime; primeiramente jornais, livros, editoras mas também a televisão e a rádio foram sujeitos a ações de controlo da informação e das notícias⁶⁷. Além disso um número enorme de pessoas, consideradas subversivas foram sequestradas durante as várias operações secretadas nas prisões políticas e nos campos de concentração, condenados por terem mantido uma atitude de desobediência em relação à integridade do regime⁶⁸. Os subversivos tinham encerrados, mesmo sem condenação, nas prisões do regime e submetidos a diferentes tipos de tortura: as pancadas eram muito frequentes, mas também a tortura do sono e o isolamento prolongado eram métodos igualmente eficazes para desestabilizar o prisioneiro⁶⁹.

No campo das relações externas, Portugal declarou-se neutral depois do começo da Segunda Guerra Mundial. Além das conexões ideológicas com a Itália fascista, Salazar foi capaz de manter uma série de estreitas ligações com algumas potências europeias; em particular levou adiante uma relação importante com a Espanha, apesar do medo de um regresso republicano no início dos anos trinta. Embora isso pudesse afetar a estabilidade do Estado Novo, a eclosão da Guerra Civil Espanhola e a sucessiva vitória das tropas do exército franquista, ajudados por milhares de voluntários portugueses com abastecimentos de armamentos, evitou o retorno da democracia⁷⁰. Em seguida, a Espanha franquista consolidou uma importante aliança com Portugal no

⁶⁵ A. Garrido; F. Rosas, *Il Portogallo di Salazar: Politica, Società, Economia*, 1ª ed., Bologna, Bononia University Press, 2020, pp. 33-36.

⁶⁶ Em 1969 regista-se outra mudança de denominação da polícia, ou seja Direção Geral de Segurança (DGS). *Ibidem*, pp. 40-104.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 35.

⁶⁸ *Ibidem*, pp. 37-40.

⁶⁹ Durante todo o período ditatorial (1926-1974) avalia-se que a polícia secreta do regime tenha realizado aproximadamente 30.000-35.000 detenções por razões políticas. Além disso, calcula-se que a maioria se registam na época da Guerra Civil Espanhola, das duas guerras mundiais e da guerra colonial (8293 prisioneiros políticos entre 1936-1939, enquanto foram 4.267 as detenções após a Segunda Guerra Mundial 1945-1949 e no período entre 1958-1962 efetuaram-se 4.894 arrestos). Cfr. A. Garrido; F. Rosas, *Op. Cit.*, pp. 41-42.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 49.

Bloco Ibérico com o Tratado de Não Agressão (1939), pois os eventos da Segunda Guerra Mundial deram a ocasião ao Estado Novo de adquirir maior independência da Inglaterra que, até essa época, controlava o país economicamente e com a frota marítima, mas mesmo sem intervir nas dinâmicas políticas⁷¹.

Depois da ameaça da invasão alemã, o ditador português conseguiu manter ligações económicas com a Alemanha⁷². A seguir as forças aliadas inglesas e norte-americanas tentaram bloquear as negociações comerciais entre os dois países formulando o plano de ocupação dos Açores em 1941. Além disso, mesmo as colónias africanas sofreram, nesse período, a ameaça da União Sul-Africana, que tentava expandir os seus territórios aos domínios portugueses de Angola e Moçambique na ótica de criar uma espécie de Estados Unidos de África⁷³.

Em relação à questão das colónias africanas portuguesas, é de assinalar, primeiramente o *Acto colonial* de 1930 que sancionava não somente que Angola, Moçambique e a Guiné se tornavam parte integrante da Nação portuguesa, mas também decretava a unidade imperial colonial com a incorporação desses territórios⁷⁴. Além disso, essas poses africanas eram fundamentais na construção de uma Nação global portuguesa e, por essa razão, atuou-se uma política de nacionalização das colónias (1931-1937)⁷⁵. Contudo, essa decisão do governo criou uma grande instabilidade social por causa das péssimas medidas tomadas no campo económico e financeiro colonial barrando, dessa forma, a possibilidade de elas obterem a autonomia. Se bem que o processo de anexação das colónias tivesse comprometido as relações com elas mesmas, a política externa de Salazar não sofreu uma travagem brusca.

⁷¹ Além dessa vontade de Salazar de afastar-se da supervisão inglesa no território português, em 1941 o governo da Alemanha visava controlar o estreito de Gibraltar, com a ajuda militar da Espanha, para impedir o desembarque inglês. A Operação Félix previa também a ocupação das costas portuguesas, mas a decisão dos nazistas de se dirigirem para a União Soviética salvou Portugal da invasão alemã. Oliveira, Marques, A. H de. *História de Portugal- Vol III*. Cit., pp. 380-384.

⁷² Especialmente o tungsténio português era uma mercadoria importante trocada por ouro e armas produzidas na Alemanha. F. T. Pimenta. *Storia politica del Portogallo Contemporaneo*. Cit., pp. 110-112.

⁷³ A intervenção da Inglaterra, que ainda defendia a incolumidade do projeto imperial salazarista, impediu uma possível invasão sul-africana. *Ibidem*, p. 111.

⁷⁴ Cfr. A. Garrido; F. Rosas. *Il Portogallo di Salazar: Politica, Società, Economia*. Cit., pp. 203-206.

⁷⁵ A política de centralização e nacionalização forçada das colónias previa a organização de uma rede intensa de delegados do governo salazarista, os quais detinham o domínio político, administrativo e financeiro, além da exploração da mão de obra da população local. Em particular do ponto de vista económico em Angola, essa medida causou o bloqueio do comércio local, por quanto se queria favorecer a expansão comercial colonial portuguesa. Em seguida instalou-se um verdadeiro aparelho de controlo e supervisão da economia, impedindo o desenvolvimento efetivo da terra africana, acrescentando os ressentimentos nacionalistas da população angolana. Cfr. F. T. Pimenta, *Op. Cit.*, pp. 103-104.

O descontentamento dos colonos brancos depois do fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 obrigou o governo salazarista a aperfeiçoar o *Acto Colonial* de 1930. De facto, os ressentimentos coloniais obrigaram Salazar em 1951 a suprimi-lo englobando-o na Constituição Portuguesa, com o título de *Ultramar Português*⁷⁶. Sucessivamente em 1953 as colónias obtiveram a denominação de Províncias Ultramarinas, cada uma delas com um estatuto autónomo. Na realidade dos fatos, Portugal nunca perdeu o domínio colonial porque o poder ainda pertencia a um delegado do governo português; desse modo as províncias do Ultramar Português foram sempre objeto de uma política de exploração e centralização imperialista portuguesa sem nunca reconhecer-se a autonomia aos colonos brancos⁷⁷.

O Estado Novo teve que enfrentar outros grandes problemas para consolidar a sua estabilidade: a vitória dos Aliados no segundo conflito mundial correspondeu ao começo das lutas internas em particular com os movimentos dos estudantes, que invocavam o restabelecimento da democracia; mas também as facções oposicionistas tentaram influenciar a hegemonia salazarista, em particular os republicanos e o Partido Comunista Português⁷⁸. A guerra contra o comunismo dirigia toda a atenção à eliminação da ameaça russa para toda a Europa; de facto, por esta razão as ditaduras autoritárias foram consideradas necessárias (mesmo com os seus métodos de repressão e opressão) para impedir a expansão dos movimentos comunistas na Europa da metade século XX⁷⁹.

Porém Salazar teve que enfrentar outras lutas dentro do sistema parlamentar do país e: primeiramente a vinda de Marcelo Caetano⁸⁰, nomeado ministro da Presidência do Conselho de Ministros por Salazar em 1955 e contrário às políticas de repressão e opressão implementada pelo Salazarismo. Mas o evento dos anos cinquenta, que simbolizou o ponto mais alto no conflito interno contra o Salazarismo, foi a disputa com

⁷⁶ F. T. Pimenta. *Storia politica del Portogallo Contemporaneo*. Cit., pp. 135-136.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 136.

⁷⁸ Como é sabido, a Guerra Fria entre os Estados Unidos e Rússia eclodiu em 1947, transformando em ameaça para o mundo ocidental o comunismo e todos os seus filiados espalhados pela Europa. Cfr. R. Ramos (org.); B. V. Sousa; N. Monteiro, *História de Portugal*, 8ª ed., Lisboa, A Esfera dos Livros, 2015, pp. 667-671.

⁷⁹ *Ibidem*, pp. 668-669.

⁸⁰ Em 1962 Marcelo Caetano recobriu o cargo de reitor da Universidade de Lisboa antes de tornar-se o chefe do governo de Portugal em 1968. R. Ramos (Org.); B. V. Sousa; N. Monteiro. *História de Portugal*. Cit., p. 676.

o general Humberto Delgado que encabeçou em 1958⁸¹. Como afirma o historiador Rui Ramos, a figura de Delgado nas eleições de 1958 encarnou “o pólo de todo o descontentamento” num clima de grande tensão⁸². Apesar dos esforços cumpridos para travar o poder de Salazar, o órgão da censura conseguiu reprimir e bloquear a oposição, restabelecendo novamente a ordem e a soberania no campo político.

A partir desse contexto, Salazar começou a utilizar cada vez mais o método da repressão diminuindo o espaço de poder, também aos seus apoiantes políticos, para o centralizar ainda mais e evitar a evolução de outros movimentos revolucionários, atentados ou golpes de estado⁸³.

Se do lado europeu, Salazar, não obstante as muitas tentativas de o destituir, conseguiu manter o poder, do outro lado em África a situação de disgregação progressiva das colónias e as contínuas rebeliões obrigaram o ditador a utilizar uma política de controlo das massas revolucionárias, enviando a polícia política para restabelecer o domínio salazarista no Ultramar Português⁸⁴. Eduardo Lourenço observa que o clima em Portugal naqueles anos refletia uma adversidade total frente à ameaça da revolução colonial, resumindo a atitude do governo português:

De um lado está o Bem, representado pelos portugueses e os ‘bons pretos’, do outro está o Mal, representado pelo Negro fanático e primitivo, rebelde sem razão ou ao serviço do comunismo internacional.⁸⁵

Em seguida, avançou-se com uma política de exploração das colónias já implementada na primeira década do regime salazarista. A condição das colónias melhorou de uma maneira notável, na altura que acrescentou o trabalho no campo da agricultura e o cultivo do subsolo, mas também teve melhorias importantes nas infraestruturas. Mas a

⁸¹ O ex-militar do exército salazarista pretendia uma mudança radical em Portugal aproveitando as péssimas relações entre Caetano e o ditador. Nas eleições de 1958 que Salazar convocou para substituir o presidente da República Craveiro Lopes, o candidato escolhido por Salazar, Américo Tomás, enfrentou o general Delgado, ganhando com uma margem enorme de votações (70% contra 23% em favor de Delgado) em particular por causa de ações ilícitas pela censura e pela PIDE. *Ibidem*, pp. 676-677.

⁸² *Ibidem*, p. 677.

⁸³ F. T. Pimenta. *Storia politica del Portogallo Contemporaneo*. Cit., p. 112.

⁸⁴ A. Garrido; F. Rosas. *Il Portogallo di Salazar: Politica, Società, Economia*. Cit., p. 209.

metodologia utilizada para alcançar esse objetivo foi principalmente baseada no uso da violência e a exploração forçada da mão de obra indígena⁸⁶. O objetivo era limitar as rebeliões constantes dos colonos brancos africanos e os movimentos nacionalistas da população local.

A guerra colonial eclodiu definitivamente no início dos anos sessenta, mais precisamente em 1961, com as revoltas angolanas e o episódio do massacre dos militantes da União das Populações da Angola (UPA)⁸⁷ ou a carnificina de Mueda em Moçambique⁸⁸. Em seguida, na Guiné-Bissau o conflito explodiu em 1963 enquanto em Moçambique no ano seguinte em 1964. Foi uma guerra que Portugal manteve por 13 anos; até ao início dos anos setenta o conflito baseava-se na guerrilha, principalmente deslocada em áreas longe dos centros urbanos⁸⁹. Mas a sua intensidade não representava um perigo importante para o exército colonial salazarista, o qual essencialmente conseguia administrar o avanço dos revolucionários africanos por meio da violência da PIDE.⁹⁰ Somente com o início dos anos setenta a guerra colonial teve uma rápida evolução; a modernização dos abastecimentos militares dos revolucionários africanos mas sobretudo a *Revolução dos Cravos* de 1974 comportou o fim da guerra contra o exército português⁹¹.

Uma das causas que levou ao desastre colonial foi a mudança de poder entre Salazar e Marcelo Caetano em 1968. A queda acidental duma cadeira levou a um estado

⁸⁵ Em geral, muitas vezes a imprensa portuguesa rotulava a ameaça africana de modo análogo à comunista no campo internacional. E. Lourenço, *Do colonialismo como nosso impensado*, 2ª ed., Lisboa, Gradiva, 2016, p. 45.

⁸⁶ Essencialmente a mão de obra gratuita local era fundamental para a extração de matérias primas como café, cacau e algodão mas também minerais como diamantes. A. Garrido; F. Rosas, *Op. Cit.*, pp. 209-210.

⁸⁷ O episódio ocorreu no noroeste do país o dia 15 de março de 1961; os militantes da UPA começaram a guerra com ações de guerrilha contra a população europeia que vivia em Angola. Esse episódio fez eclodir a guerra militar contra Portugal. F. T. Pimenta. *Storia politica del Portogallo Contemporaneo*. Cit., p. 148.

⁸⁸ No dia 16 de junho de 1960 na província de Cabo Delgado mais de 500 moçambicanos foram assassinados pelas tropas portuguesas apenas por terem pedido a independência, um salário mais alto e uma reforma para as infraestruturas. Também denunciaram as correntes dos colonos portugueses nos campos de algodão, que obrigavam a população local a deslocar-se nas áreas menos férteis do país. L. Passerini, *Colonialismo portoghese e lotta di liberazione nel Mozambico*, 2ª ed., Torino, Einaudi, 1970, pp. 115-116.

⁸⁹ Os movimentos revolucionários foram três: na Guiné-Bissau, do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) de Amílcar Cabral, a Frente para a Libertação de Moçambique (FRELIMO) e o Movimento Popular de Libertação da Angola (MPLA) no leste de Angola. F. T. Pimenta. *Storia politica del Portogallo Contemporaneo*. Cit., p. 184.

⁹⁰ Cfr. A. Garrido; F. Rosas. *Il Portogallo di Salazar: Politica, Società, Economia*. Cit., pp. 210-212.

⁹¹ F. T. Pimenta, *Op. Cit.*, pp. 196-198.

de parálise o ditador, que faleceu em 1970⁹². Em seguida o sucessor Marcelo Caetano tentou atuar uma política de reformas para aliviar o clima de tensão mas a guerra colonial e ao mesmo tempo o descontentamento do exército colonial português tinham alcançado um nível insustentável para as instituições do regime que estavam próximas à queda final⁹³.

Portanto as últimas colónias africanas que estavam sob o domínio duma nação europeia alcançaram a viragem necessária para obterem a independência com a *Revolução dos Cravos*, o golpe de estado que significou o início da revolução portuguesa mas que decretou mesmo o início do processo de decolonização que terminou no dia 28 de novembro de 1975⁹⁴.

I.3 A Espanha no início do século XX

Após o *desastre de 98* a situação da crise das instituições espanholas da Restauração, no início do primeiro conflito mundial, as péssimas condições da Espanha e a inadequação do equipamento bélico levou á decisão de neutralidade, nas dinâmicas da Primeira Guerra Mundial, da maioria dos partidos políticos, ou seja conservadores, socialistas, republicanos e também os catalanistas, para impedir a deterioração da estabilidade do país e resolver a grave crise interna e económica⁹⁵.

O conflito mundial envolvia quase todos os países da Europa e a mesma Espanha foi atropelada por essa onda de violência na Europa, de modo que a situação já grave interna, política e económica interna teve uma importante degradação.

Se por um lado a estrutura social espanhola estava ainda profundamente atrasada, com a maioria da população a trabalhar na agricultura, por outro o principal desenvolvimento económico ocorreu essencialmente no nordeste do país, constituído pela região da Catalunha e no norte dos Países Bascos. Essas realidades tiveram uma forte evolução industrial, aumentando as oportunidades de trabalho em relação à

⁹² Cfr. M. Ferrari, *L'incredibile storia di António Salazar, il dittatore che morì due volte*, 2ª ed., Roma-Bari, Laterza, 2020, p. 5.

⁹³ Cfr. A. Garrido; F. Rosas. *Il Portogallo di Salazar: Politica, Società, Economia*. Cit., p. 214.

⁹⁴ Cfr. F. T. Pimenta, *Op. Cit.*, pp. 218-222.

extração minerária, nas indústrias siderúrgicas e nos estaleiros de construção⁹⁶. Além disso, a economia espanhola optou por focalizar-se na exportação de materiais para o abastecimento militar aos países beligerantes e a produção minerária favoreceu também o aprovisionamento de ferro e aço⁹⁷. Entretanto a escolha do estado espanhol de utilizar o evento da Primeira Guerra Mundial como ocasião para ampliar os tráficos externos influenciou também nas dinâmicas de produtividade interna. A inflação que já desde 1914 se arrebatou levou a maioria das empresas espanholas a uma crise profunda, apesar da obra de ação de intervencionismo do governo para acelerar o desenvolvimento económico interno⁹⁸.

Por isso, as únicas regiões que se favoreceram dessa situação de crise interna foram precisamente a Catalunha e os Países Bascos e para evitar o aumento dos preços e a falta de abastecimentos internos, o governo espanhol teve que ativar o bloqueio do comércio dessas realidades internas com o estrangeiro a fim de o tráfico externo ter um impacto menor dentro da Espanha. Essa decisão do governo espanhol acentuou a aproximação do desastre interno, uma vez que se exacerbaram as pressões dos nacionalismos catalães e bascos, os quais começaram progressivamente a tomar consciência da sua própria autonomia e independência dentro do território espanhol⁹⁹. De facto, as veleidades separatistas das duas realidades catalãs e bascas aumentaram de maneira exponencial após essa rápida evolução económica e industrial frente a uma situação de fragmentação territorial e de pobreza geral em toda a Espanha. Por essa razão Barcelona foi apelidada a “capital da dissidência”¹⁰⁰, precisamente por essa sua vontade de separar-se da Espanha realçando ainda mais o seu afastamento do território espanhol, focalizando-se na força da sua região na perspectiva do conceito de um Estado-Nação autónomo. Contudo, em relação às dissidências entre Espanha e Catalunha, o

⁹⁵ Cfr. F. d’Amaro; J. M. Estevez, “No hay neutrales. Todos estamos en guerra. La Spagna tra il 1914 e il 1918”, in: *Storia delle Idee*, V. 4, N°2 pp. 76-80.

⁹⁶ Em particular o desenvolvimento do trabalho atraiu principalmente a população camponesa, que vivia no resto da Espanha. Cfr. F. G. de Cortázar; J. S. M. Vesga, *Storia della Spagna: dalle origini al ritorno della democrazia*, 4ª ed., Milano, Bompiani, 2001, pp. 420-422.

⁹⁷ Além do crescimento da produção minerária entre 1914-1918, regista-se também o aumento das exportações dos produtos têxteis entre o biénio 1913-1915, embora em 1916 comece a diminuir a procura. Cfr. G. Hermet, *Storia della Spagna nel Novecento*, Urbino, Mulino, 1999, pp. 78-81.

⁹⁸ *Ibidem*, pp. 78-80.

⁹⁹ Cfr. S. G. Payne. *El Camino al 18 de Julio: La erosión de la democracia en España (diciembre de 1935-julio de 1936)*. Cit., pp. 16-18.

¹⁰⁰ X. Diez, “Breu Història de la Catalunya Contemporània”, in X. Espinet; M. Sanchez (coord.), *Catalogne, la République Libre*, Paris, Syllepse, 2019, p. 35.

evento que ameaçou a estabilidade do país foi a *Semana Trágica*, ocorrido na cidade de Barcelona no fim de julho de 1909, onde se desencadearam por uma inteira semana as reivindicações de anárquicos e socialistas juntamente com a violência da insurreição do descontentamento popular¹⁰¹. Em resposta a esses tumultos sociais o governo decidiu com grande veemência reprimir o fermento catalão, obstaculando qualquer possibilidade de prolongar os protestos contra as decisões do governo. Além de condenar a questão da guerra no norte da África, foi deplorada também a falta de intervenção da Igreja nessa questão porque não conseguiu enfrentar as lutas entre as classes sociais; a abordagem clerical a esse problema foi severamente contestada por Francisco Ferrer i Guàrdia¹⁰², um revolucionário catalão que criticou firmemente a educação religiosa da igreja daquela época¹⁰³.

Em seguida, essas revoltas sociais e as repressões brutais do governo espanhol começaram a revelar-se úteis em alimentar as reivindicações separatistas e a vontade de afastar-se do domínio espanhol com a construção de uma realidade independentista¹⁰⁴.

O conúbio das forças políticas acompanhado por uma clara orientação para a modernização europeia, que significava sair do controlo da Espanha, permitiria a transformação numa realidade autónoma reconhecida como Estado-Nação independente frente à pobreza e à fragmentação espanhola em ato. A fundação do partido da *Lliga regionalista* em 1901 e, logo a seguir, da *Mancomunitat de Catalunya* (1914-1925) foram a demonstração da união e coesão da inteira Catalunha frente a esse objetivo independentista¹⁰⁵. Enquanto a inteira Espanha estava afligida pela situação de crise, a Catalunha tentava expandir a sua autonomia territorial e o seu pequeno proteccionismo

¹⁰¹ Os operários foram a maioria que alimentou a manifestação contra a decisão do governo espanhol de enviar os militares catalães como outro reforço na guerra colonial em Marrocos. Cfr. F. G. de Cortázar; J. S. M. Vesga. *Storia della Spagna: dalle origini al ritorno della democrazia*. Cit., pp. 428-430.

¹⁰² Cfr. A. Dalmau i Ribalta, “La oleada de violencia en la Barcelona de 1904-1908”, in: *Ayer*, N°85, 2012, p. 159.

¹⁰³ Em seguida, foi acusado e assassinado como suspeito de ser um dos incitadores à revolta contra o governo espanhol, uma demonstração do poder que o governo reivindicava com a sua ação repressiva. Cfr. G. Hermet. *Storia della Spagna nel Novecento*. Cit., p. 66.

¹⁰⁴ Cfr. X. Diez. *Breu Història de la Catalunya Contemporània*, in X. Espinet; M. Sanchez (org.), *Catalogne, la République Libre*. Cit., p. 35.

¹⁰⁵ Este foi o primeiro órgão reconhecido e autorizado pelo governo espanhol com as figuras representativas de Enric Prat de la Riba e Francesc Cambò como símbolos da renascença catalã contemporânea. Cfr. P. Rigobon, “La lingua e tradizione letteraria: la valenza politica della singolarità catalana”, in P. Rigobon; J. Caglio y Conde; G. Ferraiuolo, *La nazione catalana. Storia, lingua, politica, costituzione nella prospettiva plurinazionale*, 1ª ed., Napoli, Scientifica, 2018, pp. 27-28.

industrial e territorial foi um apoio importante em alimentar essa vontade separatista e nacionalista¹⁰⁶.

No âmbito político os anos da Primeira Guerra Mundial constataram o aumento da oposição a essa neutralidade isolacionista. Um dos maiores representantes dos opositores foi o chefe do Partido Republicano Radical (PRR), Alejandro Lerroux, que nos primeiros anos do século XX tentou realizar em Barcelona um processo de rejuvenescimento da política burguesa republicana; tratava-se essencialmente de encontrar apoio e colaboração de jovens catalães, que ainda não tinham tido contactos com o âmbito político, de modo que se pudessem moldar como os oradores de uma nova geração espanhola no projeto político de união da Espanha de Lerroux¹⁰⁷. Em relação à neutralidade da Espanha em guerra, o político republicano afirmou a sua total adversidade a este persistente isolacionismo e pressionava para a Espanha entrar nas dinâmicas de guerra. A possível entrada espanhola no conflito podia representar uma ocasião para fortalecer e resolver a situação fragmentária do país, em particular no campo social, económico e político na perspetiva de tomar o controlo do Norte da África¹⁰⁸. Desse modo, o país deveria negociar um duplo acordo diplomático com o destacamento aliado: por um lado, a Espanha apoiá-los-ia no conflito com a Alemanha, por outro, o empenho militar espanhol devia funcionar como pretexto para pedir reforços militares na ótica de obter o domínio da colónia de Marrocos¹⁰⁹.

Nesse mesmo período surgiram também as insurreições populares dos operários no sul de Espanha e aumentaram as violências do movimento anárquico na Catalunha e na região valenciana. A causa dessa eclosão dos movimentos revolucionários remonta principalmente ao início da revolução russa de 1917 que tinha fomentado o clima de tensão e revoltas nas regiões separatistas, já alimentadas pelas contínuas reivindicações

¹⁰⁶ Cfr. X. M. S. Núñez, “¿Negar o reescribir la Hispanidad? Los nacionalismos subestatales Ibéricos e América Latina, 1898-1936”, in: *El Colegio de México (CEH)*, V. 67, N°1 (265), 2017, p. 402.

¹⁰⁷ Alejandro Lerroux foi um importante político espanhol do início do século XX. Participou na criação da *Unión Republicana* em 1903 (em 1910 mudou em PRR). Encarou uma luta importante contra o aumento do fermento nacionalista catalão e do anarco-sindacalismo após Primeira Guerra Mundial, de facto contra a cisão catalanista da coroa espanhola. Cfr. J. B. Culla i Clarà, “Ni tan jóvenes, ni tan bárbaros: las juventudes en el republicanismo lerrouxista barcelonés”, in: *Ayer*, N°59, 2005, p. 52-54.

¹⁰⁸ Em particular foi o líder do Partido dos conservadores, António Maura, um dos políticos mais influentes da época, a empurrar para a reconquista dos territórios do Norte da África, a qual se revelou uma catástrofe total para o exército espanhol. Cfr. M. F. Codera, *España en la Primera Guerra Mundial – Una movilización cultural*, 1ª ed., Madrid, Axal, 2014, pp. 61-67; Cfr. F. G. de Cortázar; J. S. M. Vesga. *Storia della Spagna: dalle origini al ritorno della democrazia*. Cit., p. 66.

¹⁰⁹ Cfr. J. B. Culla i Clarà, *Op. Cit.*, pp. 64-65.

catalães¹¹⁰. Além desse fermento interno social, o facto principal que determinou a queda do governo espanhol foi a derrota colonial em julho de 1921, quando 12.000 militares espanhóis perderam a vida¹¹¹.

I.3.1 As catástrofes ditatorial e republicana espanhola

Esse quadro político, social e mesmo económico de crise política e recessão, favoreceu o general Miguel Primo de Rivera que em setembro de 1923 se aproveitou dessa situação política instável para atuar um golpe de estado rápido e eficaz com a intenção de restabelecer a ordem e instituir um novo modelo espanhol¹¹². Inicialmente esse golpe foi aceite e percebido como um breve período de transição necessário para reorganizar as instituições políticas e económicas. O seu objetivo principal era reconstruir a política espanhola baseandose no regeneracionismo autoritário e militar, por isso uma das primeiras medidas foi a criação do Diretório Militar, no dia 17 de setembro de 1923 e compreendia o ditador, um almirante e outros generais. Em seguida atuou-se uma série de intervenções no campo económico com vista a melhorias no setor da agricultura, das comunicações e das infraestruturas com a instituição de empresas públicas industriais e comerciais¹¹³. O projeto autoritário de Primo de Rivera previa também a instituição de um partido único espanhol, a Unión Patriótica¹¹⁴. Na realidade, essas medidas não pareciam ser soluções ao problema da Espanha, motivo pelo qual começaram a surgir fortes movimentos oposicionistas, como os republicanos que queriam um retorno ao passado democrático¹¹⁵, mas em particular os nacionalismos regionais que tinham o seu centro na Catalunha. Frente a essa ameaça nacionalista, aumentou o recurso a medidas repressivas contra os dissidentes catalães e, com a proibição oficial da língua catalã e a

¹¹⁰ Cfr. G. Hermet. *Storia della Spagna nel Novecento*. Cit., p. 70.

¹¹¹ Cfr. S. G. Payne. *El Camino al 18 de Julio: La erosión de la democracia en España (diciembre de 1935-julio de 1936)*. Cit., p. 18.

¹¹² Cfr. M. Tomasoni, “Reprimere e detenere”: L'altra faccia del conservadorismo español. La pratica della detenzione da Primo de Rivera a Francisco Franco”, in *Diacronie*, 2010, p. 4; G. Hermet. *Storia della Spagna nel Novecento*. Cit., pp. 88-89.

¹¹³ G. Hermet, *Op. Cit.*, pp. 90-91.

¹¹⁴ Tal partido foi criado em 1924, apoiava sem dúvida o regime ditatorial, a monarquia e defesa do militarismo, recusava os ideais democráticos liberais. Estava formado principalmente por conservadores e católicos. Desapareceu em 1930 depois da queda da Ditadura primorriverista. *Ibidem*, p. 91.

¹¹⁵ Cfr. J. G. Pecharrmán, *História de la Segunda República Española (1931-1936)*, 1ª ed., Madrid, Biblioteca nueva, 2002, pp. 19-21.

supressão da *Mancomunitat de Catalunya* em 1925, pretendeu-se dar um sinal importante ao país, ou seja que o uso da violência era considerado um necessário e admissível para restabelecer a ordem e a justiça dentro do país contra os seus opositores internos¹¹⁶. Porém, a reação popular frente a essas abominações teve a mesma agressividade e rigidez efetuada pelo regime¹¹⁷.

Portanto a primeira experiência ditatorial pode-se definir como uma implementação da base autoritária mas sem a sua realização efetiva: se por um lado o “Primorriverismo”¹¹⁸ foi uma tentativa de corporativismo autoritário e uma solução prática à crise das instituições políticas e económicas espanholas, por outro é preciso dizer que isso foi um regime estático; tudo estava focalizado em restaurar a centralização do poder mas basicamente não se conseguiu obter o necessário apoio dos partidos políticos porque as intenções de institucionalizar a ditadura por parte de Primo de Rivera entraram em conflito com a transitoriedade da mesma, uma vez que os partidos políticos aspiravam a restaurar a democracia em Espanha. Além disso, os tumultos políticos somaram-se ao descontentamento do exército. A vontade de Primo de Rivera era reestruturar e modernizar o exército espanhol sobretudo depois da vitória colonial de 1927¹¹⁹, mas a maioria dos militares, sem incluir as tropas coloniais, recusava essa tipologia de mudança; conseqüentemente a essa decisão de renovação militar, muitos oficiais decidiram conspirar contra o autoritarismo primorriverista culminando na conjuração do fim de 1929 e a resultante renúncia ao poder por parte de Primo de Rivera no dia 28 de janeiro de 1930¹²⁰.

Por essa razão a queda do governo arbitrário de Primo de Rivera foi um outro fator de falta de coesão entre as forças políticas e o exército espanhol. Embora essa implantação ditatorial demonstrasse novamente a fraqueza das instituições espanholas frente ao persistir da crise política, surgiu o elemento da repressão política que nesse período começou a modelar a violência como método para suprimir a oposição.

¹¹⁶ G. Hermet, *Op. Cit.*, p. 91.

¹¹⁷ Cfr. M. Tomasoni. *Reprimere e detenere: L'altra faccia del conservadorismo español. La pratica della detenzione da Primo de Rivera a Francisco Franco*. Cit., pp. 5-6.

¹¹⁸ S. G. Payne, *El fascismo*, 1ª ed., Madrid, Alianza, 2020, pp. 178-179.

¹¹⁹ Em julho de 1927, após a abordagem de Alhucemas o exército espanhol assistido pelas tropas francesas do Marechal Petain conseguiu obter uma vitória importante no território de Marrocos, derrotando a resistência colonial. Cfr. G. Hermet. *Storia della Spagna nel Novecento*. Cit., p. 90.

¹²⁰ *Ibidem*, pp. 99-101.

Em 1931, em seguida à experiência semi-ditatorial após a queda de Primo de Rivera¹²¹, nas eleições no dia 14 de abril houve o triunfo das fações republicanas e a proclamação da *Segunda República Espanhola* por parte do novo Presidente Niceto Alcalá Zamora. Os partidos líderes eram três, nomeadamente: a esquerda republicana, os socialistas e os centristas radicais, e os objetivos dessa nova experiência republicana consistiam numa recomposição e modernização da política espanhola¹²².

A década dos anos 30 foi um período de reformas radicais em todos os setores do país; uma entre todas foi da reforma agrária, mas também ocorreram intervenções no campo da educação e da igreja católica¹²³. Contudo, a tipologia de intervenção estatal nas dinâmicas económicas do país não representou uma resolução definitiva porque as autoridades do governo tiveram que encarar muitas críticas e em particular greves e tensões sociais como as revoltas operárias catalãs e asturianas¹²⁴.

Uma outra questão inacabada foi o estatuto catalão, um tema importante sobretudo em relação à necessidade de unificar a nação espanhola, mas, desde o fim do século XIX o fermento nacionalista catalão, tinha causado uma certa conflitualidade interna para a obtenção da autonomia da região. Apesar disso, o governo republicano recém-eleito evitou outras alterações políticas e a concessão do estatuto catalão formou o novo governo regional autónomo da *Generalitat de Catalunya*, que teve como chefe Francesc Macià, e um aparelho parlamentar, cuja presidência foi concedida a Lluís Companys¹²⁵.

Além de considerar a Catalunha como uma região autónoma dentro da Espanha, a política do novo chefe do governo republicano, Manuel Azaña, não levou a mudanças definitivas; por essa razão voltaram à tona todos os problemas das estruturas arcaicas económicas e sociais pré-existentes, como a falta de distribuição equilibrada do

¹²¹ Após a conjuração militar em 1930 instalou-se a semi-ditadura do general Berenguer, que durou pouco mais de um ano. As forças republicanas no mesmo ano empenharam-se para acabar com a ditadura com o *Pacto de San Sebastián* de 1930 que sancionou a busca de uma estratégia para renovar as estruturas do governo espanhol. Cfr. F. G. de Cortázar; J. S. M. Vesga. *Storia della Spagna: dalle origini al ritorno della democrazia*. Cit., pp. 443-444.

¹²² Cfr. S. G. Payne, *¿Por Qué la República perdió la guerra?*, 4ª ed., Madrid, Espasa, 2020, p. 22.

¹²³ Cfr. J. G. Pecharrmán. *História de la Segunda República Española (1931-1936)*. Cit., pp. 47-49.

¹²⁴ O caso das Astúrias remonta ao ativismo político em particular de Dolores Ibarruri, ativista política comunista, a qual guiou a revolta dos mineiros na região espanhola em 1934. Essa revolta estava formada por mineiros (principalmente pela união de operários comunistas e socialistas) e foi brutalmente reprimida pelo exército espanhol encabeçado por Francisco Franco. As estatísticas constatarem 1300 falecidos e aproximadamente 30000 detenções por motivos políticos. Cfr. AA.VV. *Il Milione – Volume I*. Cit., p. 103.

poder¹²⁶. No início a tripla coalizão de governo devia representar uma solução eficaz para estabelecer um poder forte compartilhado entre os partidos no poder, mas, pelo contrário, prevaleceram as diferentes opiniões e visões políticas entre as forças do governo e o atraso do aparelho burocrático alimentou essa falta de coesão e integração¹²⁷.

Ademais, a oposição política, subestimada até aquele momento, teve um avanço rápido das fações de extrema direita, cuja união em 1933 criou a *CEDA* (Confederação Espanhola das Direitas Autónomas) encabeçada por Gil Robles e um embrião de fascismo espanhol, a *Falange Espanhola*, um partido violento antimarxista e antirepublicano instituído no mesmo ano por José António Primo de Rivera¹²⁸.

O erro que o governo republicano cometeu ao subestimar os opositores políticos (especialmente em relação à oposição da *CEDA*¹²⁹) repetiu-se também em relação à própria força militar. Uma boa parte do governo estava fortemente convencida de que o exército, que no período ditatorial anterior obedecia ao regime de Primo de Rivera, nesse novo contexto passaria automaticamente sob o controlo republicano¹³⁰.

A seguir, a fragmentação da coalizão republicana obrigou a Espanha a voltar às eleições em 1936 quando a Frente Popular, uma aliança entre comunistas, socialistas e republicanos, encabeçada pelo líder socialista Francisco Largo Caballero, ganhou com

¹²⁵ Cfr. J. Canal, *Storia minima della Catalogna*, 1ª ed., Roma, Viella, 2018, pp. 122-124.

¹²⁶ Cfr. X. Diez. *La Catalogne Contemporaine: histoire d'une réalité*, in: X. Espinet; M. Sánchez (org.), *Catalogne, la République Libre*. Cit., pp. 70-72.

¹²⁷ O avanço do nazismo na Alemanha começava naquela época a ameaçar a Europa. Em particular os socialistas auspiciavam uma mudança mais revolucionária de poder destronando a coalizão republicana. Por outro lado os radicais no poder abandonaram a coalizão por incompatibilidade com o regime republicano baseado nos princípios democráticos e da propriedade privada. Cfr. F. G. de Cortázar; J. S. M. Vesga. *Storia della Spagna: dalle origini al ritorno della democrazia*. Cit., p. 451; Cfr. S. G. Payne. *¿Por Qué la República perdió la guerra?*. Cit., p. 25.

¹²⁸ A Falange Espanhola revelou o seu carácter de partido violento, mesmo com a ajuda económica dos fascistas italianos, na metade dos anos trinta. Essa nova fação política, tinha como objetivo organizar “falanges de jovens”, milícias de universitários, para os envolver em atentados violentos e sanguinários contra as outras fações políticas na perspectiva de estourar um conflito civil interno. F. G. de Cortázar; J. S. M. Vesga. *Storia della Spagna: dalle origini al ritorno della democrazia*. Cit., 452-453.

¹²⁹ No biénio 1933-1935, as ações da *CEDA* começaram a mostrar o rápido avanço da extrema direita na tentativa de alcançar o topo do governo espanhol. As reformas que Gil Robles previa para a nova Espanha apontavam principalmente para uma revisão da Constituição espanhola e da redução da autonomia de Catalunha. G. Hermet. *Storia della Spagna nel Novecento*. Cit., p. 119.

¹³⁰ Na verdade, já no início do novo governo republicano ocorreram as primeiras insurreições militares, a primeira foi encabeçada por José Sanjurjo em Sevilha o dia 10 de agosto de 1932. Cfr. S. G. Payne. *¿Por Qué la República perdió la Guerra?*. Cit., p. 253.

uma margem muito estreita em comparação com a oposição¹³¹. Manuel Azaña, que se tinha convertido no novo presidente da República, tentou restaurar o programa da reforma agrária mas sobretudo apoiar e acalmar o fermento das massas operárias com a concessão da amnistia aos prisioneiros políticos após a revolução asturiana¹³². Realmente, apesar dos esforços de restabelecer a ordem pública, a coalizão de governo teve que enfrentar a instalação de um clima de violência e atentados políticos, greves e manifestações que revelou a falta de recuperação da autoridade governamental e a percepção eloquente de uma aproximação a uma revolução civil espanhola, perante a qual o exército parecia a única salvação¹³³. De facto, mais uma coalizão de governo tinha danificado novamente a estabilidade do governo e da recém-formada Frente Popular, sancionando a falta de colaboração entre as diferentes facções em âmbito político e realçando a fraqueza institucional republicana¹³⁴.

I.4 A Espanha franquista

A degradação da autoridade do Estado durante o período da Segunda República Espanhola foi um dos maiores fatores da crise política dos anos trinta na Espanha e levaram ao levantamento nacional em 1936¹³⁵.

O rastilho que fez eclodir as dinâmicas do conflito civil foi em particular o atentado ao líder da direita José Calvo Sotelo¹³⁶, que como afirma Stanley Payne foi o pretexto necessário para a ativação da conspiração da extrema direita:

¹³¹ Cfr. A ascensão da Frente Popular espanhola foi mesmo favorecida da *COMINTERN* (Organização internacional dos partidos comunistas) para os fascismos combaterem, como o político francês Léon Blum que auspicava a uma nazionalização e democratização com um governo de uma Frente Popular. De todo modo, A margem de vitória da Frente Popular espanhola foi aproximadamente de 4% (47% contra 43%). Cfr. R. Della Seta, “Fascismo, antifascismo e socialismo in Léon Blum (1933-1936)”, in: *Studi Storici*, N°3, 1985, pp. 628-630.

¹³² Cfr. F. G. de Cortázar; J. S. M. Vesga. *Storia della Spagna: dalle origini al ritorno della democrazia*. Cit., p. 453.

¹³³ Nesse contexto, cerca de 10.000 membros da Falange Espanhola realizaram uma série de confrontações sangrentas contra as forças da esquerda há poucos meses do início da Guerra Civil. Cfr. G. Hermet. *Storia della Spagna nel Novecento*. Cit., pp. 123-124.

¹³⁴ *Ibidem*, p. 145.

¹³⁵ Cfr. F. G. de Cortázar; J. S. M. Vesga. *Storia della Spagna: dalle origini al ritorno della democrazia*. Cit., p. 453.

El asesinato de Calvo Sotelo fue el catalizador necesario para transformar una conspiración en una rebelión violenta que podía disparar una lucha masiva.¹³⁷

O efetivo golpe de estado ocorreu no dia 18 de julho de 1936, atuado pelos generais Emilio Mola, encarregado da ocupação militar no norte da Espanha e Francisco Franco que ocupou a parte sul do país, guiando a rebelião nacional ou melhor o *Alzamiento*¹³⁸. A instauração da ditadura militar franquista e do governo do general Francisco Franco transformou a Espanha num estado de terror. A subversão do governo republicano foi a certeza de que a Espanha necessitava de uma mudança radical e o novo regime franquista realçou a imagem de um país atormentado, incapaz de ativar um processo de renovação com as suas estruturas democráticas que refletiam uma inadequação notável. As intenções da ditadura de Franco que visavam a uma nova implementação da Espanha foram totalmente opostas com respeito às soluções do governo anterior; por isso o Franquismo poder-se-ia definir “uma interrupção violenta do processo de modernização social e político no contexto da crise espanhola dos anos trinta”.¹³⁹

O levantamento nacional do exército de Franco levou à apropriação das instituições governamentais democráticas encontrando inicialmente uma resistência férrea das forças republicanas, que conseguiram manter a maior parte das regiões da Espanha sob o controlo republicano nas primeiras fases do conflito¹⁴⁰. Porém, com a prolongação da guerra civil, denotou-se ao mesmo tempo a preparação notável por parte do destacamento franquista que em breve tempo conseguiu conquistar a região da Extremadura no sudoeste do país, enquanto no norte as tropas do general Emilio Mola se apropriaram de uma parte dos Países Bascos. Ambos os destacamentos tiveram importantes ajudas externas, em particular em relação aos abastecimentos militares:

¹³⁶ O assassinio dum dos líderes da direita, no dia 13 de julho de 1936, foi efetuado pelas forças de segurança republicana como vingança pela a morte do ex militar socialista José del Castillo. Cfr. G. Hermet, *Op. Cit.*, pp. 117-118.

¹³⁷ S. G. Payne. *El Camino al 18 de Julio: La erosión de la democracia en España (diciembre de 1935-julio de 1936)*. Cit., p. 335.

¹³⁸ Cfr. G. Hermet. *Storia della Spagna nel Novecento*. Cit., pp. 125-131.

¹³⁹ L. Casali, “Il fascismo di tipo spagnolo”, cit. trad. nossa, in L. Casali (.a cura di), *Per una definizione della dittatura franchista*, 1ª ed., Milano, Franco Angeli, 1990, p. 12.

¹⁴⁰ Trata-se da costa mediterrânica que abarca as regiões de Catalunha e da comunidade valenciana, a maior parte da Andaluzia e o norte da Espanha incluindo a Galizia e a cidade de Bilbao.

para o lado republicano, regista-se o apoio de França e União Soviética, para franquista foram fundamentais as ajudas de Itália e Alemanha¹⁴¹.

Porém no destacamento republicano os problemas principais estiveram relacionados com as dissidências internas à República; em particular registaram-se duas guerras civis internas ao partido republicano nos anos 1937 e 1939¹⁴². O único período de imperturbabilidade alcançou-se com a eleição como chefe do governo republicano de Juan Negrín, que conseguiu restaurar a ordem e a estabilidade institucional, outorgando um certo prestígio às instituições republicanas; mas apesar disso as milícias franquistas demonstraram a sua supremacia no campo de guerra conseguindo derrotar as forças republicanas com o avanço do conflito¹⁴³. Especialmente as ofensivas da batalha do Ebro no dia 24 de julho de 1938 e a última no fim do mesmo ano e em janeiro de 1939¹⁴⁴ foram decisivas na subversão final da Segunda República Espanhola.

O fim da guerra civil espanhola, no dia 1 abril de 1939, e a conseguinte proclamação de Francisco Franco como *generalíssimo* e *caudillo* da Espanha, constituiu o começo dessa nova ditadura espanhola que se pode considerar um regime autoritário ditatorial de tipo fascista.

Os elementos fundamentais que permitiram a estabilidade do *Franquismo* foram principalmente: a emarginação da vida política de todas as minorias democráticas, republicanas e também monárquicas, concentrando todos os poderes na figura do ditador. Além disso o uso do exército, da repressão violenta e do encarceramento de todos os dissidentes efetuados pelos corpos armados do regime foi fundamental para consolidar as bases do poder; de facto, registaram-se depurações, denúncias, arrestos, execuções da Guardia Civil e da Polícia Política, mas o que mais se destaca nesse

¹⁴¹ Além do apoio nazista e fascista na luta anti-bolchevique, Franco teve o apoio importante da Falange Espanhola, essencial na supressão violenta dos opositores. Em 1937 a Falange vai formar com as JONS (Juntas de Ofensiva Nacional Sindacalista) a organização política nacional da Falange Española tradicionalista de las Jons, encabeçada pelo general Francisco Franco, ou seja uma ideia de partido único político. Cfr. F. G. de Cortázar; J. S. M. Vesga. *Storia della Spagna: dalle origini al ritorno della democrazia*. Cit., pp. 456-458.

¹⁴² As duas guerras civis mencionadas referem-se à insurreição armada anárquica em Barcelona nos dias 3-7 de maio de 1937 e ao conflito comunista-socialista em Madrid nos dias 5-10 de março de 1939. *Ibidem*, p. 458.

¹⁴³ Cfr. G. Hermet. *Storia della Spagna nel Novecento*. Cit., pp. 146-153.

¹⁴⁴ As duas ofensivas franquistas concernem ao conflito do rio Ebro em 1938 entre franquistas e as forças republicanas da resistência de Catalunha, as quais tentaram defender as margens territoriais. O segundo marca a derrota republicana com a conquista final franquista das cidades de Tarragona (15 de janeiro de 1939), Barcelona (no dia 25) e Gerona (no dia 5 de fevereiro do mesmo ano), obtendo o controlo total da Catalunha. *Ibidem*, pp. 155-156.

contexto de violência é a construção de prisões, que em breve tempo se transformaram em verdadeiros campos de concentração realizados para encerrar milhares de rebeldes e dissidentes para eles não denunciarem as torturas e as barbaridades do Franquismo¹⁴⁵. A fim de tal instituição de prisões funcionar como uma eficaz máquina repressiva, constituiu-se a *Inspección de Campos de Concentración de Prisioneros (ICCP)*, um órgão que se tratava de organizar a vida do prisioneiro dentro das paredes carcerárias para o colocar numa determinada área relacionada ao tipo de crime cometido¹⁴⁶.

Sem dúvida o uso da repressão e do encarceramento por parte da polícia política como forma de silenciamento demonstrou-se a melhor arma para expandir e impor o domínio da ditadura franquista. Especialmente, os alvos principais eram os grupos de resistência armada catalanistas mas também asturianos, galegos e da região da Andaluzia e as forças de resistência republicanas-democráticas, que no fim da Segunda Guerra Mundial e no início dos anos cinquenta formaram um bloco antifranquista importantíssimo¹⁴⁷.

Quanto à aprovação popular da ditadura, nesse período as ligações entre o Estado e a Igreja espanhola fortaleceram-se, em particular as instituições católicas tiveram uma função de coesão popular na ótica do consenso e de legitimação do regime franquista e do papel que Franco cobria na construção de bases sólidas na história da Espanha dos Réis Católicos¹⁴⁸.

Quanto à política externa, Franco tomou decisões importantes para consolidar a sua posição no comando da Espanha, mas também, o seu fim era aproveitar as ajudas de Itália e Alemanha obtendo mais favoritismos em relação à questão colonial norte-africana com o pedido de incorporar à nova Espanha a região de Oran em Marrocos e

¹⁴⁵ Os prisioneiros políticos antes do começo da Guerra Civil eram aproximadamente 12500, enquanto no fim do conflito civil passaram à cifra enorme de 250000-270000. Nos dados após o fim da Segunda Guerra Mundial figura que os fuzilados alcançaram o número de 192000. Ibidem, pp. 166-167; Cfr. M. Gallo, *Storia della Spagna Franchista*, Bari, Laterza, 1972, p. 84; Cfr. J. A. G. Casanova, "L'Organizzazione dello stato durante la dittatura franchista" in: L. Casali (a cura di), *Per una definizione della dittatura franchista*, 1ª ed., Milano, Franco Angeli, 1990, p. 133.

¹⁴⁶ Cfr. M. Tomasoni. "Reprimere e detenere": *L'altra faccia del conservadorismo español. La pratica della detenzione da Primo de Rivera a Francisco Franco*. Cit., pp. 11-12.

¹⁴⁷ Em 1945 formou-se a Agrupación de las fuerzas armadas de la República Española, pequenos grupos de militares que constituíram a resistência clandestina antifranquista. Cfr. G. Hermet. *Storia della Spagna nel Novecento*. Cit., p. 184

¹⁴⁸ Cfr. A. Elorza. "Le radici ideologiche del franchismo", in: L. Casali (a cura di), *Per una definizione della dittatura franchista*. Cit., pp. 58-64.

expandir o controlo espanhol até à Guiné¹⁴⁹. De facto, as conquistas nazistas nos primeiros anos da Segunda Guerra Mundial pareciam dar a Espanha o apoio para concretizar a restauração do novo império espanhol, porém as condições terríveis após o fim da Guerra Civil impediram uma entrada real espanhola na guerra ao lado das potências do Eixo porque a sua condição de atraso realçou o nível elevadíssimo da taxa de desemprego, a destruição e desolação causada pelos bombardeios e uma pobreza enorme que afetou a maioria da população¹⁵⁰.

Em seguida, a operação Félix do exército nazista no território espanhol fez adivinhar as razões da colaboração com a Espanha franquista; o acordo entre as duas nações previa, pelo lado espanhol ajudas no campo económico e a concessão do Marrocos francês, por outro a Alemanha ganhava o controlo do estreito de Gibraltar bloqueando o avanço inglês no mar Mediterrâneo¹⁵¹. Como afirma Luciano Casali, após o segundo conflito mundial Francisco Franco decidiu ativar uma política de relações comerciais bilaterais, também com os Estados Unidos, que depois da guerra na Coreia nos anos cinquenta, acordaram com a Espanha uma série de ajudas económicas e no âmbito da defesa militar¹⁵².

Uma importante estratégia que o ditador levou a cabo, após o acordo com os EUA, foi sobretudo a admissão da Espanha nas Nações Unidas em 1955, aproveitando a situação de tumulto geral europeu, com o início das disputas entre a Rússia e os Estados Unidos que convergiram na Guerra Fria, para resolver a situação exterior do país repulsando o comunismo, que toda a Europa combatia, e utilizando o regresso hipotético à monarquia como desculpa e máscara para continuar a loucura ditatorial¹⁵³.

Em relação a isso, o ditador já tinha promulgado uma lei importantíssima para esconjurar outras críticas por parte da Europa em relação à política de repressão e opressão franquista; trata-se da lei de sucessão de abril de 1947. Como afirma Max

¹⁴⁹ A ideia de Franco era essencialmente unificar a inteira Espanha incluindo as colónias norte-africanas para forjar um novo império. Cfr. M. Gallo. *Storia della Spagna Franchista*. Cit., p. 133.

¹⁵⁰ Ibidem, pp. 119-132.

¹⁵¹ O acordo de assistência económica e militar celebrado no dia 26 de setembro de 1953 previa principalmente a assistência recíproca para a defesa dos territórios, ajudas económicas e técnicas e acordos por algumas instalações militares americanas no solo espanhol. Cfr. L. Casali. “Il fascismo di tipo spagnolo”, in: L. Casali (a cura di), *Per una definizione della dittatura franchista*. Cit., pp. 8-16-18.

¹⁵² Cfr. V. V. Fernández, “Esercito e franchismo”, in: L. Casali (a cura di), *Per una definizione della dittatura franchista*, 1ª ed., Milano, Franco Angeli, 1990, p. 171.

¹⁵³ C. Molinero; P. Ysás, “La conflittualità sociale in Spagna durante il franchismo”, in: L. Casali (a cura di), *Per una definizione della dittatura franchista*, 1ª ed., Milano, Franco Angeli, 1990, p. 115.

Gallo, essa aprovação, que tinha como objetivo a legitimação da soberania franquista, foi pronunciada no discurso no dia 1 de abril afirmou que o ditador espanhol afirma que “A Espanha como unidade política é um Estado católico social e representativo”¹⁵⁴, portanto ela representa uma medida que não só permite a soberania em campo político mas também, como continua o historiador francês, “Franco reservou-se o direito de propor às Cortes o seu sucessor, como rei ou regente, depois de tê-lo designado, revogá-lo caso de necessidade”.¹⁵⁵ Por essa razão, a falsa legitimação do carácter democrático das instituições franquistas foi uma estratégia importantíssima para as denúncias dos crimes contra a população espanhola amordaçarem por parte da opinião pública internacional e da ONU¹⁵⁶.

Do ponto de vista económico, a Espanha franquista teve um breve melhoramento em particular no campo económico, com o processo de industrialização e uma progressiva política de autarquia¹⁵⁷, mas a ideia principal era, essencialmente, sanar a crise económica em que o país se arrastava desde os anos dos governos republicanos e que a guerra civil aumentou ainda mais. Portanto, se por um lado, se tentou encontrar o rumo certo e novas ideias para a atuação de um processo de renovação e revigoração, por outro o controlo do regime tornou-se ainda mais férreo¹⁵⁸.

A intervenção do regime no desenvolvimento da economia foi um recurso importante na medida em que levaria a Espanha à condição de autossuficiência. Nos anos quarenta a criação do Instituto Nacional de Industria (INI) e a ajuda importante do governo obteve os primeiros ótimos resultados no setor industrial sobretudo com a prevalência da indústria pesada¹⁵⁹, enquanto na questão da agricultura o governo franquista eliminou o projeto de reforma agrária implementado no anterior governo republicano para continuar a obra de exploração da mão de obra camponesa

¹⁵⁴ M. Gallo. *Storia della Spagna Franchista*, cit. trad. nossa, Cit., p. 265.

¹⁵⁵ Depois da aprovação das Cortes espanholas, o dia 7 de junho do mesmo ano foram anunciadas novas eleições que viram a vitória com o 92% de votações em favor do regime franquista. *Ibidem*, cit. trad. nossa, pp. 265-271.

¹⁵⁶ *Ibidem*, pp. 268-269.

¹⁵⁷ Cfr. M. R. Fonseret, “Política e instituciones económicas en el nuevo estado”, in: G. R. Sánchez (org.), *Instituciones y sociedad en el franquismo*, Pasado y memoria, N 1, 2007, pp. 33-35.

¹⁵⁸ Cfr. R. Tamanes, “L’economia spagnola nell’era di Franco”, in: L. Casali (a cura di), *Per una definizione della dittatura franchista*, 1ª ed., Milano, Franco Angeli, 1990, p. 149.

¹⁵⁹ Os planos do governo visavam um desenvolvimento industrial como motor da economia. Em particular aumentou a procura em relação ao setor siderúrgico, ao material ferroviário, à indústria metálica e do cimento. Cfr. M. R. Fonseret, *Op. Cit.*, p. 37.

especialmente no sul do país¹⁶⁰. Contudo, o modelo de autarquia espanhol sofreu uma grave crise na metade dos anos cinquenta¹⁶¹, levando o aumento da conflitualidade social interna a um nível muito elevado. Especialmente em 1951 os impulsos nacionalistas catalães e bascos representaram o início da rebelião popular e da unidade da classe operária contra a repressão franquista¹⁶². Denota-se como esses foram anos de enormes conflitos sociais com a denúncia das torturas franquistas, mas as instituições do general Franco mantiveram-se sólidas e a força da repressão da polícia política conseguiu reprimir todos os protestos.

Em 1959 o governo franquista foi obrigado a ativar um plano de estabilização para enfrentar a grave crise na qual o país estava mergulhado. Os benefícios económicos que essa medida levou concerniam em particular à redução do nível da inflação, a limitação das despesas públicas, o aumento dos salários dos trabalhadores e também a liberalização no comércio com o estrangeiro; mas é na década sucessiva que a Espanha conseguiu alcançar um grande progresso económico, em particular no setor automóvel e dos eletrodomésticos¹⁶³. Não obstante essa espécie de política de liberalização promovida pelo estado franquista para apaziguar as revoltas populares, estas não se atenuaram e a vaga de protestos que se tinha gerado no início da década anterior, nessa altura, começou a ter um impacto enorme em toda a Espanha, sobretudo nas cidades de Barcelona, Madrid e mesmo na região basca aumentaram os movimentos de jovens universitários e trabalhadores. Nesse quadro também a Igreja teve o seu papel de fomentar a revolta das massas populares porque iniciou o seu afastamento da ideologia

¹⁶⁰ Regista-se também o período de grave carestia após a Segunda Guerra Mundial, em que a Espanha recebeu abastecimentos fundamentais de trigo por parte da Argentina que lhe permitiram em parte salvar o país da recessão. Cfr. F. G. de Cortázar; J. S. M. Vesga. *Storia della Spagna: dalle origini al ritorno della democrazia*. Cit., pp. 472-473.

¹⁶¹ Em 1950 na Espanha ocorreu uma nova fase da crise económica com o aumento da inflação e dos preços. As massas populares, universitários e operários protestaram contra as péssimas condições de vida, a falta de aumento salarial e do aumento desemprego. O início dos protestos foram as manifestações e as greves em 1951 ocorridas na cidade de Barcelona. Cfr. M. Gallo. *Storia della Spagna Franchista*. Cit., pp. 314-317.

¹⁶² Cfr. C. Molinero; P. Ysás. “La conflittualità sociale in Spagna durante il franchismo”, in: L. Casali (a cura di), *Per una definizione della dittatura franchista*. Cit., pp. 111-113.

¹⁶³ Cfr. F. G. de Cortázar; J. S. M. Vesga. *Storia della Spagna: dalle origini al ritorno della democrazia*. Cit., pp. 485-487; C. Molinero; P. Ysás. “La conflittualità sociale in Spagna durante il franchismo”, in L. Casali (a cura di), *Per una definizione della dittatura franchista*. Cit., pp. 121-128.

franquista que tinha apoiado desde a primeira década da ditadura, contribuindo para os movimentos de protesto a favor o regresso da democracia¹⁶⁴.

Além disso foi necessário abrandar a política de controlo e repressão sobre a população por causa das pressões contínuas das manifestações operárias, dos movimentos nacionalistas bascos e catalães e do regresso dos movimentos comunistas, a fim de evitar o fracasso geral territorial. Uma outra etapa da deterioração lenta da Espanha de Franco foi a promulgação da Lei orgânica do estado em 1966, que previa o projeto futuro de instauração do regime monárquico após o fim da ditadura franquista¹⁶⁵.

O último governo franquista do almirante Luiz Carrero Blanco, nomeado vice-presidente do governo em 1967, representou o fator final de desintegração total do governo franquista: se por um lado aumentou a repressão contra os movimentos de oposição revolucionários anti-franquistas, mas também os partidos políticos da esquerda, por outro no fim de 1973, após alguns meses da sua designação como novo presidente do governo, o almirante foi assassinado pela ETA¹⁶⁶ determinando a conclusão certa da hegemonia do franquismo, cujo fim definitivo ocorreu no dia 20 de novembro de 1975 com a morte do ditador Franco.

CAPÍTULO II

O silêncio da censura e a literatura de resistência

¹⁶⁴ É de assinalar a criação do movimento separatista paramilitar basco *ETA* (Euskadi ta Askatasuna - Pátria basca e liberdade) fundado em 1958 por um grupo de estudantes bascos, que atuou uma série de atentados terroristas contra os altos cargos do regime franquista. *Ibidem*, p. 484.

¹⁶⁵ De qualquer forma, as instituições franquistas deviam representar o pilar monárquico, mesmo depois da morte do seu fundador, e novamente transformar-se na base da nova Espanha do fim do século XX. Cfr. J. A. G. Casanova. “L’organizzazione dello stato durante la dittatura franchista”, in: L. Casali (a cura di), *Per una definizione della dittatura franchista*. Cit., p. 140.

¹⁶⁶ A operação *Ogro* efetuada e reivindicada por parte dos *etarras* (os pertencentes à ETA) da organização terrorística basca o dia 20 de dezembro de 1973 em Madrid, determinou o assassinio do almirante após que uma carga explosiva fez explodir o seu carro. *Ibidem*, p. 492.

Este segundo capítulo introduz o tema da relação entre a censura e a literatura no período das ditaduras ibéricas no século XX. Para explicar essa temática muito importante em relação aos métodos restritivos dos regimes salazarista e franquista, analisa-se uma tipologia de repressão muito difundida naquela época, ou seja a censura literária e nos meios de informação. A seguir o discurso direciona-se para a examinação do impacto que tal esse aparelho do regime teve em Portugal com a ilustração da repressão da censura com o auxílio da polícia política. Como último ponto analisam-se dois casos de autores censurados: José Cardoso Pires e José Saramago.

Em relação à Espanha e Catalunha, explica-se o desenvolvimento do aparelho restritivo em relação à informação e à literatura e o papel que esse mecanismo teve nas dinâmicas de evolução da ditadura franquista. A seguir, analisam-se como exemplos efetivos de censura literária os autores Manuel de Pedrolo e José Maria Gironella.

II.1 As tesouras da censura salazarista e a máquina do silêncio

A censura, o principal órgão de repressão cultural, teve uma renovação importante a partir do dia 11 de abril de 1933¹⁶⁷ no solo português. A sua tarefa principal era selecionar e analisar um artigo ou um livro e verificar que tais meios de comunicação não representassem uma ameaça para o regime.

Como afirma Roberto Francavilla, tais operações de limpeza da oposição tinham como objetivo impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social¹⁶⁸.

¹⁶⁷ A censura já existia antes de 1933 porque foi uma das primeiras medidas atuadas no primeiro governo ditatorial em junho de 1926 com a instituição da censura prévia e a posteriori à Imprensa. A seguir após o início da ditadura do Estado Novo até o fim da Segunda Guerra Mundial, ocorreu uma maior repressão e aniquilação de qualquer tipo de material subversivo (em particular jornais e livros) por parte do aparelho restritivo da censura e da PIDE para consolidar o poder ditatorial de Salazar. Uma outra etapa de reforço desse aparelho foi a criação do Secretariado Nacional da Informação (SNI), o órgão oficial de controlo da propaganda e da censura em 1944. Quanto ao controlo das atividades relacionadas ao teatro e ao cinema a supervisão estava sob a Inspeção Geral dos teatros, que em seguida mudou na Comissão de Censura aos Espectáculos e novamente, em 1957 na Comissão de Exame e Classificação de Espectáculos. Cfr. Azevedo, C de. *A censura de Salazar e Marcelo Caetano: Imprensa, teatro cinema, televisão, radiodifusão, livro*. Cit., pp. 33-73; Cfr. R. Francavilla, “Immorale, indecoroso, pornografico”: Censura e propaganda nel Portogallo di Salazar”, in: L. Villa; S. Verdino (org.), *Censura e Scrittura. Percorsi dall’800 a oggi*, Novara, Interlinea, 2015, p. 125.

¹⁶⁸ Cfr. R. Francavilla. “Immorale, indecoroso, pornografico”: Censura e propaganda nel Portogallo di Salazar”, in: L. Villa; S. Verdino (org.), *Censura e Scrittura. Percorsi dall’800 a oggi*. Cit., p. 124.

Esse mecanismo define-se também como forma de destruição da informação e da mensagem, aplicada no momento em que se apercebe uma possível ameaça para a ideologia¹⁶⁹. Além do mais é importante sublinhar, que esse método da censura não sempre se aplicou de forma correta, ou melhor com as boas intenções porque em alguns casos a censura se tornava uma tática para os autores desistirem de escrever o material subversivo eliminando-o mesmo quando não representava uma ameaça real. Frequentemente ameaçava-se o autor ou a editora, ambos sujeitos à apreensão pelos escritos redigidos e pela tipologia de linguagem utilizada, que podia representar uma crítica ou uma provocação às ações empreendidas pela ditadura salazarista; as sanções em que se incorria, no caso de se violar os parâmetros do aparelho da censura, podiam ser o encerramento da livraria, da editora ou do journal, enquanto em relação ao autor, ele era etiquetado como subversivo ou não se lhe outorgava a possibilidade de publicar, ou imprimir, as suas obras, que se podia definir: “uma reacção necessária, indispensável como meio de negar a insídia, ao insulto e a calúnia”¹⁷⁰. Analogamente ao que atesta J. M. Coetzee, pode-se afirmar que em Portugal também a censura funcionava como uma fortaleza de defesa da sociedade da época contra as forças consideradas ideologicamente subversivas¹⁷¹.

O imperativo de Salazar era “cortar, mutilar textos e imagens”¹⁷² que podiam refletir a verdadeira essência do seu regime. Além disso, a ideia do ditador era criar uma nova geração “salazarista”, a qual previa a manipulação das mentalidades, ideias e comportamentos com a ideologia do regime, uma espécie de lavagem cerebral onde a realidade aparente era o salazarismo, um país virtual onde todas as liberdades eram ocultadas ou destruídas pela censura¹⁷³.

Outro órgão fundamental, que se ocupava de limpar com violências e torturas as ameaças da oposição, era a PIDE, o aparelho da polícia política do regime apoiado por simpatizantes políticos, “os bufos”¹⁷⁴, simples cidadãos que dirigiam a polícia secreta

¹⁶⁹ Cfr. J. Portolés, “Evitar la censura: análisis pragmático”, *Revista de estudios do discurso*, nº 2, 2013, p. 210.

¹⁷⁰ Azevedo, C de. *A censura de Salazar e Marcelo Caetano: Imprensa, teatro cinema, televisão, radiodifusão*, livro. Cit., p. 335.

¹⁷¹ Cfr. J. M. Coetzee, *Pornografia e censura*, 1ª ed., Roma, Donzelli, 1996, p. 15.

¹⁷² Azevedo, C de, *Op. Cit.*, p. 23.

¹⁷³ *Ibidem*, p. 23.

¹⁷⁴ R. Francavilla, “Immorale, indecoroso, pornografico” Censura e propaganda nel Portogallo di Salazar”, in: L. Villa; S. Verdino (org.), *Censura e Scrittura. Percorsi dall’800 a oggi*. Cit., p. 126.

do estado aos esconderijos dos opositores em troca de dinheiro. Assim estava-se a criar o novo estado, uma ditadura totalmente alheia da realidade em que o estrito controlo da censura e da polícia política regulava a vida quotidiana dos portugueses com violências arbitrárias contra todas as formas de resistência¹⁷⁵.

A primeira medida de restrição atuada apontou para a imprensa e especialmente para a limitação da liberdade de expressão; muitas vezes utilizava-se o *lápiz azul*, o símbolo, por excelência, do trabalho dos censores a fim de as marcas da censura serem visíveis¹⁷⁶. Em particular nos jornais portugueses, como atesta o jornalista e escritor Ferreira de Castro, um dos autores que mais sofreu a opressão do aparelho da censura, a censura como forma de supressão jornalística converteu-se num hábito diário¹⁷⁷. Desta forma, a ideia inicial que será o fulcro do autoritarismo português nos anos seguintes, era impedir de ridicularizar o regime com divagações ou afirmações que afetassem a estabilidade das autoridades governamentais e dos seus membros e que prejudicassem a firmeza do Estado Novo e a sua imagem¹⁷⁸. A efetiva instauração da ditadura salazarista implicou o aprimoramento do órgão da censura; por exemplo a questão dos *espaços brancos* nos jornais, que inicialmente não se mostravam para não deixarem os vestígios da repressão jornalística do regime, desde 1933 esse aspeto, relacionado em particular aos meios de informação, tornou-se mais visível nas primeiras páginas de jornais e revistas, que, nessa altura, foram obrigados a enviar ao aparelho da censura todas as notícias que recebiam para serem controladas. Na maioria dos casos, eliminavam-se inteiros artigos ou deixavam-se sinais evidentes embora, inicialmente, isso acontecesse só nos rascunhos¹⁷⁹. Mesmo o jornal, às vezes, se autocensurava de maneira que a censura não intervisse novamente; contudo, a maioria dos diretores dos meios de informação eram filiados à ditadura; isso certifica que o aparelho da censura tinha alcançado uma influência importantíssima no controlo da informação¹⁸⁰.

¹⁷⁵ Cfr. A. Garrido; F. Rosas. *Il Portogallo di Salazar: Politica, società, economia*. Cit., pp. 35-36.

¹⁷⁶ Cfr. R. Francavilla, *Op. Cit.*, pp. 123-127.

¹⁷⁷ Muitos dos seus inteiros artigos foram totalmente cortados das primeiras páginas dos jornais. Além disso, reafirma o conceito de imagem de ficção e realidade do regime que Salazar tentava implementar em Portugal, nomeado também a *República da Ilusitânia*. Cfr. Azevedo, C de. *A censura de Salazar e Marcelo Caetano: Imprensa, teatro cinema, televisão, radiodifusão, livro*. Cit., pp. 25-29.

¹⁷⁸ *Ibidem*, pp. 343-344.

¹⁷⁹ *Ibidem*, pp. 27-28.

¹⁸⁰ Cfr. M. Baiôa, “A censura como factor de formação e consolidação do Salazarismo: O caso do noticiário sobre a política internacional na imprensa (1933-1935)”, in: F. Martins (org.), *A formação e consolidação política do Salazarismo e Franquismo*, Évora, Colibri, Cidehus, 2012, p. 162.

Um exemplo claro desse mecanismo de censura editorial aparece no livro de Antonio Tabucchi, *Sostiene Pereira*. O contexto em que se desenvolve a novela é, sem dúvida, realístico e, nas linhas do escritor italiano trata-se do tema da censura e do silêncio persistente que enfurecia naqueles tempos. Efetivamente no romance há algumas referências às técnicas do regime salazarista para intimidar os jornais que ousavam caluniar a ditadura, insinuar a realidade de violências e torturas ou também aludir à fraqueza do sistema político e económico de Portugal:

É cómodo, objetou o doutor Cardoso, todos os dias está a censura prévia. Antes de os rascunhos dos jornais saírem, são controlados pelas tesouras da censura prévia e no caso de problemas surgir, isso, com certeza, não vai ser publicado. Talvez deixam um espaço branco, já vi jornais portugueses com grandes espaços brancos, uma grande raiva e melancolia.¹⁸¹

Com certeza essa frase contém a geração inteira portuguesa do século XX, cuja vida foi profundamente perturbada. A tristeza e a melancolia com que são exprimidas essas palavras e a resignação a viver nessas condições de pobreza e abandono retratam a imagem verossímil de Portugal daquela época.

A atitude de Salazar na limitação da oposição demonstra-se bastante crítica porque ele não consegue aperceber os protestos perpétuos e as tentativas de influenciar a opinião pública; em particular no jornal reflete-se uma obra importante de supressão¹⁸². Sempre em relação à imprensa, percebe-se que não obstante esse método repressivo violento de um regime construído sobre a queda da Primeira República, Salazar terá sempre problemas com a oposição, já que haverá sempre uma maneira para enganar o sistema da censura e o seu abuso de poder¹⁸³.

¹⁸¹ (trad. nossa), A. Tabucchi, *Sostiene Pereira*, Milano, Feltrinelli, 1996, p. 141.

¹⁸² Na maioria dos casos as temáticas censuradas estão relacionadas ao comunismo, ao antinazismo ou fascismo e à Espanha republicana. Além disso, os jornais que se prodigaram na obra de resistência e denúncia foram o *Diário de Lisboa, República* e o *Diário Popular*. Cfr. R. R. Rosa; R. P. G. Pereira, *A censura à imprensa durante o Estado Novo*, Dissertação de licenciatura, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa (FCSH), 2016, p. 10.

¹⁸³ Nesse período os autores, para evitar escrever segundo as restrições e os parâmetros da censura, começaram a utilizar diferentes estratégias para comunicarem com os leitores; trata-se da autocensura, uma linguagem diferente que em seguida se converteria em algumas das testemunhas mais importantes e violentas das atrocidades cometidas durante essa época. *Ibidem*, pp. 26-29-339-340.

Realmente, a violência da ação era imprevisível e os critérios utilizados eram inadequados, contraditórios e arbitrários, mas o fundamental era que todos tinham que respeitar a vontade do regime; por isto adivinha-se que mesmo os censores estavam controlados e obrigados a seguir os parâmetros específicos que se aplicavam, independentemente da tipologia de material que tinham que “corrigir”¹⁸⁴.

A repressão da censura baseou-se em particular em duas fases diferentes mas ao mesmo tempo eficazes: primeiramente a *censura prévia*, uma forma de limitação inicial, tinha como intenção impedir e aos meios de informação e comunicação, como os jornais, de receber as notícias antes de o *lápiz azul* dos censores assinalar ameaças ou alterações a fazer antes da publicação ou impressão¹⁸⁵. Era um tipo de restrição que implicava uma grave perda da informação escrita:

O regime manipulava, silenciava, ocultava, esbatia, na crueza da sua objectividade e verdade, ou do seu inconformismo e liberdade, todas as notícias, acontecimentos, ideias, críticas e manifestações de liberdade de expressão e criação artística, sob qualquer forma. Especialmente caso abalarem os seus fundamentos políticos, princípios filosóficos, valores religiosos ou morais.¹⁸⁶

Pelo contrário, a *censura a posteriori* era um método aplicado após a publicação da tipologia de informação, onde a instituição do *Gabinete da Leitura*, um corpo especial de censores, era capaz de decidir a sorte da definitiva saída dum livro o de qualquer outro tipo de informação escrita¹⁸⁷. Aqui é de assinalar que a violência da PIDE e dos simpatizantes foi relevante no favorecer a ideologia salazarista e o processo de intimidação e do controlo do fluxo da informação para proteger a opinião pública. No caso da censura *a posteriori*, na maioria dos casos aplicava-se a obras literárias, peças de teatro, ao cinema, à rádio e televisão¹⁸⁸.

¹⁸⁴ Ibidem, pp. 66-70.

¹⁸⁵ Ibidem, pp. 71-72.

¹⁸⁶ Ibidem, p. 65.

¹⁸⁷ Ibidem, p. 76.

¹⁸⁸ A Comissão de Exame e Classificação de Espectáculos de 1957 tinha o poder de decidir se permitir ou impedir a realização de peças de teatro embora essas já tivessem ultrapassado as malhas da censura. Ibidem, pp. 73-75.

A máquina do silêncio foi criada mesmo com a intenção de obter o consenso geral necessário à defesa do *Estado Novo*. Com a construção desse novo estado queria-se reavivar o povo português e, além disso, na perspectiva de refletir aquela imagem de nação em pleno desenvolvimento ofuscando os crimes cometidos. Nesta perspectiva o ditador, nas entrevistas com o seu diretor do *Secretariado da Propaganda Nacional*, António Ferro, define a censura como “o mal necessário”¹⁸⁹. Essa atitude arbitrária teve péssimas influências na produção, na difusão e na circulação literária porque muitos autores escreviam obras que nunca ultrapassaram o crivo dos censores e nunca foram publicadas. A atitude do censor, além de ser protetiva em relação à autoridade do regime, foi sempre intimidatória porque abrangia a exigência do regime quanto ao perene controlo necessário de todo o material literário para preservar a integridade ditatorial. A hostilidade geral em relação à literatura, remonta a uma conceção segundo a qual essa é considerada como meio de resistência que os autores utilizam para denunciar os crimes do regime¹⁹⁰. Além disso, os trabalhos do autor serão sempre controlados uma vez que ele persevera no testemunhar as atrocidades e em reivindicar a liberdade de expressão; por isso o censor, que age em função da defesa do Estado, etiqueta-o como inimigo ou subversivo. Essa figura da cadeia da censura transformava-se num parasita na vida do autor criando aquela condição de recusa a escrever contra a ideologia e os métodos do regime¹⁹¹.

A liberdade de palavra e pensamento tinha terminado de existir, mas sobretudo a escrita literária ficou quase paralisada; os escritores, torturados interiormente, não conseguiam redigir um texto nesse contexto esmagador, então tiveram que camuflar a linguagem do texto, uma nova língua codificada, *entrelinhas*, que devia funcionar como estratégia literária a fim de interagirem com o leitor, o qual tinha que decifrar o novo método de comunicação subversivo¹⁹². Para os autores o encarceramento interior do próprio pensamento por causa das tesouras da censura podia ser um ponto de partida mais que uma queda porque tinham a ocasião de aperfeiçoar a própria escrita. O uso de uma nova linguagem não devia significar uma desgraça ou fonte de melancolia e demolição interior; ao invés, tinha que se tornar no meio principal de luta contra o

¹⁸⁹ D. Serapiglia. *Il fascismo portoghese: le interviste di Ferro a Salazar*. Cit., p. 189.

¹⁹⁰ Azevedo, C de, *Op. Cit.*, pp. 102-103.

¹⁹¹ Cfr. J. M. Coetzee. *Pornografia e censura*. Cit., pp. 18-21.

¹⁹² Azevedo, C de, *Op. Cit.*, pp. 30-68.

regime que queria atraparalhar mesmo o privilégio de ser escritores e poder variar nas milhares de maneiras para expor as ideias pessoais¹⁹³.

Entre as estratégias diferentes para eles não ficarem totalmente invisível, a autocensura era o mal menor, embora fosse uma espécie de censura prévia operada pelo próprio autor. Como Cândido de Azevedo corrobora o objetivo da máquina repressiva cultural era incutir no espírito de jornalistas, autores e artistas o terror e influenciar a sua essência, de facto moldando a sua mentalidade, atrofiando o gene da criatividade e o espírito crítico¹⁹⁴. Porém tal experiência de autocensura pode ser vista sob o aspeto de utilizar a própria arbitrariedade e criticidade na revisão da própria escrita sem ter influências externas porque o autor tem que se focalizar no seu trabalho, já que isso representa a sua vida e o seu papel de escritor e difusor de ideais e modelos. Portanto o perigo da censura literária salazarista significava, para o autor, encontrar um novo estilo de escrita criativo adaptando-se a esta realidade de supressões contínuas¹⁹⁵.

O ofício do escritor foi objeto de muitas repercussões onde a tentativa de Salazar apontava para a desestabilização da mesma pessoa e a extirpação do mesmo pensamento de rebelião. Em particular iniciou-se a censurar todo o material ligado à infância e adolescência a fim de limpar o espírito dos portugueses; o fulcro desse projeto consistia na educação de uma nova geração salazarista capaz de perseguir os ideais fascistas recusando as influências democráticas¹⁹⁶. Portanto a ideia desse Portugal purificado no espírito, como afirmam Fernando Rosas e Álvaro Garrido, era dar a viragem à deceção republicana do século XX português e iluminar o novo caminho do terror implantado pelo Estado Novo¹⁹⁷.

¹⁹³ Cfr. R. Francavilla. “Immorale, indecoroso, pornografico” Censura e propaganda nel Portogallo di Salazar”, in: L. Villa; S. Verdino (org.), *Censura e Scrittura. Percorsi dall’800 a oggi*. Cit., p. 127.

¹⁹⁴ Azevedo, C de, *Op. Cit.*, p. 80.

¹⁹⁵ Cfr. M. Morini; R. Zacchi, *Le forme della censura*, 1ª ed., Napoli, Liguori, 2006, pp. 868-869.

¹⁹⁶ Assinala-se a publicação das *Instruções sobre Literatura Infantil* o dia 15 de dezembro de 1950 por parte da *Direção dos Serviços da Censura*, necessárias para o controlo ideológico da infância. Azevedo, C de. *Op. Cit.*, p. 72; Cfr. R. T. Fernández; A. M. Ramos; J. S. Vázquez, “Análisis comparativo de la censura de la LIJ en España y Portugal a través de la legislación promulgada durante las dictaduras de Franco y Salazar”, in: *Bulletin of Spanish Studies*, V. 96, N°10, 2019, p. 1662.

¹⁹⁷ Cfr. A. Garrido; F. Rosas. *Il Portogallo di Salazar: Politica, Società, Economia*. Cit., p. 157.

II.1.1 A necessidade da autocensura da época salazarista: O caso de José Cardoso Pires

As atividades literárias na época de Salazar foram sujeitas a repressões violentas e os autores condicionados mentalmente pela alteração sistemática dos seus trabalhos. A nova linguagem que se começou a usar foi uma ajuda importante não só em relação à sua escrita, mas também para dar esperança de liberdade a uma nação suprimida pelos abusos contínuos da ditadura. A condição de autocensura, além de ser um efeito indireto implantado da máquina da censura, estimulava em alguns casos a criatividade do escritor porque era a razão essencial que permitia a transmissão das próprias opiniões ou ideais, sob a forma de metáforas e alegorias, e outorgava aos autores o privilégio de ser, eles mesmos, censores do próprio trabalho¹⁹⁸. Além disso, como afirma Vincenzo Arsillo, nessa infinita cadeia de mentiras, o ato crítico, ou melhor, o mal necessário que representa a essência do mecanismo da censura poder-se-ia definir uma técnica eficaz de omissão da palavra subversiva, aplicado a todos os opositores à ideologia do regime e a aquela imprescindível retórica do silêncio que o regime impunha¹⁹⁹.

Esta forma de autocensura individual pode-se encontrar nas obras do autor português José Cardoso Pires, um dos mais importantes escritores daquela época. A sua testemunha e a sua ligação com a censura em Portugal na época salazarista é fundamental aos fins de entender a atuação verdadeira desse mecanismo de repressão²⁰⁰. Mesmo, depois da publicação da sua segunda obra, *Histórias de amor* (1952), foi preso pela PIDE por alguns dias²⁰¹. A violência psicológica à qual o autor foi submetido ocorreu principalmente, como o mesmo escritor afirmou, “para nele criarem um clima de pânico e de irritação, por forma a que, como já referi, ficasse psicologicamente perturbado”²⁰².

¹⁹⁸ Cfr. Azevedo, C de. *A censura de Salazar e Marcelo Caetano: Imprensa, teatro cinema, televisão, radiodifusão*, livro. Cit., p. 80.

¹⁹⁹ V. Arsillo, “Lo specchio nel silenzio: La storia come essai in José Cardoso Pires”, in: *Rassegna Iberistica*, Venezia, 2006, pp. 76-77.

²⁰⁰ É igualmente importante entender o papel de Cardoso Pires nesse período porque ele mesmo foi sujeito à arbitrariedade da censura. Azevedo, C de, *Op. Cit.*, pp. 559-563.

²⁰¹ José Cardoso Pires passou três dias encerrado numa espécie de esquadra da polícia do regime em que foi submetido a uma série de interrogatórios por causa da publicação do seu último livro que tinha deixado mais de um suspeito quanto ao seu papel de escritor opositor do regime. *Ibidem*, pp. 100-101.

²⁰² *Ibidem*, p. 102.

O clima de terror que se respirava em Portugal daqueles tempos estava caracterizado por punições pesadas aos vários autores, os quais, através da literatura, tentavam denunciar o regime. A testemunha de Cardoso Pires é de relevância importante porque representa a sua mesma experiência com o aparelho restritivo do governo, cujo chefe, naqueles tempos, era Álvaro Salvação Barreto²⁰³, explicando a modalidade de juízo dos censores e como todo o sistema repressivo funcionava no âmbito literário.

Podemos encontrar essa vontade de utilizar a criatividade na sua forma literária, na descrição dos acontecimentos e os crimes de Portugal salazarista num dos romances de Cardoso Pires; essencialmente o contexto de *O Delfim* (1968) desenvolve-se durante a ditadura de Salazar transmitindo as sensações desse período violento e arrebatador à alma do escritor português que, na entrevista com Artur Portela, confessa toda a sua indignação por esse período de tortura e repressão que mudou radicalmente a identidade portuguesa e a mentalidade dos autores na abordagem à escrita de aquela época²⁰⁴. De facto, é possível constatar uma certa frustração no escrever esse tipo de literatura que tinha que funcionar como último baluarte da resistência moral e cultural portuguesa.

O delfim de José Cardoso Pires é uma das suas maiores obras, escrita nos últimos anos do regime salazarista e representa o grande trabalho do autor em relação ao uso da ficção para delinear a condição da sociedade portuguesa daquela época. O fundo do texto olha para uma interpretação de um país estreitamente implementado sobre os três pontos essenciais da ideologia salazarista: Deus, pátria e família, onde o protagonista do romance, Tomás Manuel da Palma Bravo, encarna a tipologia social do marialva lusitano²⁰⁵. A habilidade do autor consiste em desenvolver uma narração intensa e levar a frente duas histórias sem nunca perder o fio narrativo e sem esquecer de ridiculizar o regime com o uso de metáforas e alegorias²⁰⁶. De facto, parece que esse

²⁰³ O tenente-coronel do exército português foi o principal responsável da criação do mecanismo da censura à imprensa durante todo o período ditatorial salazarista. Cfr. J. C. Gomes, “Álvaro Salvação Barreto: Oficial e censor do Salazarismo”, in: *Media & Jornalismo*, V. 9, 2006, p. 60.

²⁰⁴ Cfr. A. Portela, *Cardoso Pires por Cardoso Pires*, Lisboa, Dom Quixote, 1991, pp. 26-27.

²⁰⁵ O marialva lusitano representa a figura do aristocrata da província rural e reflete inteiramente a estrutura da mentalidade nazi-fascista; o exercício do poder aristocrático em detrimento dos mais débeis e de uma sociedade pobre num universo prevalentemente agrário. Cfr. R. Francavilla, *Calligrafie morali: Discorsi del potere in José Cardoso Pires, António Lobo Antunes, Herberto Helder*, Pisa, ETS, 2017, pp. 27-34.

²⁰⁶ As duas histórias que compõem o romance identificam-se na busca de Tomás Manuel da Palma Bravo após a sua desapareção e na reconstrução da sua figura através da memória do narrador e das vozes da aldeia onde se desenrola a ação. *Ibidem*, pp. 24-26.

livro nunca tem fim e, nas últimas páginas, deduz-se esse sentimento de liberdade como se o Salazarismo tivesse estado vencido:

Temos um valioso tesouro que, se Deus nos der a vida e saúde, havemos de conservar intacto, porque a língua pátria que herdámos é, como não se ignora, uma das mais ricas do mundo. Está cheia de bengalas por dentro e carregada de palavra a mais.²⁰⁷

Nesse quadro o autor confere um enorme valor à literatura mas sobretudo ao poder da palavra e da língua como veículo de cultura. Além disso, já desde a introdução desse romance assiste-se a uma espécie de viagem espiritual em busca duma nova identidade portuguesa, em que Cardoso Pires identifica na lagoa, o lugar imaginário inventado que indica a estagnação e a imobilidade do regime salazarista e isso é só um dos “sinais do mundo do autor que é preciso decifrar”²⁰⁸. As várias formas à quais as linhas de Cardoso Pires aludem, englobam diferentes temáticas, a partir da fidelidade até ao poder patriarcal passando pela questão do tempo²⁰⁹. Ana Leticia Fauri, em relação à questão da linguagem de comunicação da narração de Cardoso Pires salienta que o presente-futuro que o autor lisboeta descreve nas suas obras determina o percurso de cada de um de nós e ao mesmo tempo representa o período de estagnação salazarista que Portugal teve que enfrentar por quase metade do século passado²¹⁰.

Porém, José Cardoso Pires consegue transformar tal imposição ditatorial numa esfera de ironia e sarcasmo. Tais aspetos principais da sua narrativa, no início dos anos setenta, mais precisamente em 1972, o levaram a redigir uma grande obra da literatura de resistência portuguesa contemporânea, o *Dinossauro Excelentíssimo*, em que a alegoria frequente à figura de Salazar foi tema de muitas críticas. A imagem grotesca do ditador representada no livro está acompanhada por alguns retratos, igualmente

²⁰⁷ J. C. Pires, *O delfim*, 16ª ed., Lisboa, Dom Quixote, 1998, p. 216.

²⁰⁸ R. Francavilla, *Op. Cit.*, p. 25.

²⁰⁹ Nas dinâmicas da narração é de fundamental importância o silêncio que flutua na região imaginária da Gafeira, símbolo da imobilidade do tempo e forma alegórica para representar a história de Portugal de Salazar. Cfr. R. Francavilla. *Calligrafie morali: Discorsi del potere in José Cardoso Pires, António Lobo Antunes, Herberto Helder*. Cit., pp. 28-42.

²¹⁰ A. L. Fauri, *O Escritor nas Garras da PIDE: Literatura, Sociedade e Repressão no Contexto do Estado Novo*, tese de doutoramento, Providence (RI), Brown University, 2016, pp. 86-88; R. Francavilla. *Calligrafie morali: Discorsi del potere in José Cardoso Pires, António Lobo Antunes, Herberto Helder*. Cit., p. 25.

alegóricos, ilustrados por João Abel Manta²¹¹, que acrescentam a ironia sobre os métodos pouco ortodoxos aplicados pelo regime. A câmara de tortura das palavras, assim nomeada por Cardoso Pires, é o motivo principal do melancólico silêncio literário e do perene medo para a incolumidade da implantação salazarista²¹².

A publicação do livro em 1972 desenrola-se num quadro em que Portugal, depois da morte de Salazar dois anos antes, Marcelo Caetano, o novo presidente da República, devia representar, através de reformas radicais, a passagem à restauração da democracia do país²¹³. Naquele mesmo ano enfurecia um debate muito animado numa assembleia de governo que, de maneira involuntária, consentiu a difusão do livro do autor²¹⁴. Além do fato da atenuação das tesouras da censura, o livro conseguiu ser publicado sobretudo por causa desse confronto concitado entre os adversários políticos²¹⁵, mas é interessante notar como o conflito político entre a censura (Casal-Ribeiro) e a liberdade de expressão (Miller Guerra), foi o primeiro verdadeiro sem a oposição ou as limitações da censura.

A sátira na narração de Cardoso Pires já se pode encontrar na eleição do título da obra, uma exageração em descrever Portugal de Salazar, aproveitando também do evento trágico que aconteceu ao ditador, ou seja, à famosa queda da cadeira de Salazar em 1968. Cardoso Pires tomou esse acontecimento particular como estímulo para acrescentar o escárnio da representação literária do ditador português.

²¹¹ João Abel Manta é um famoso arquiteto e pintor português, que com as suas caricaturas alegóricas criticou firmemente a sociedade salazarista. AA.VV, “Cartoons de Abel Manta”, in *Arquivos RTP. Pt*, 11/05/2021, online. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/cartoons-de-abel-manta/>. Último acesso: 13/05/2021.

²¹² No segundo capítulo do livro, entre todas as representações gráficas irónicas, a mais simbólica é a imagem do aparelho da censura sob a forma de uma maquinaria industrial que rejeita todas as palavras inadequadas e uma figura, um opositor do ditador, que tenta escapar da força repressiva do autoritarismo salazarista. J. C. Pires, *O Dinossauro Excelentíssimo*, 2ª ed., Lisboa, Leya, 2016, pp. 11-63.

²¹³ F. T. Pimenta. *Storia politica del portogallo contemporaneo*. Cit., pp. 174-175.

²¹⁴ Trata-se do conflito de dois políticos portugueses: Casal-Ribeiro e Miller Guerra, um nazi-fascista contra um democrático deputado da ala liberal. O tema da assembleia do governo concernia à aprovação de maior liberdade de imprensa liberando-se do jugo da censura; o nazi-fascista não estava de acordo com o pedido do democrático, considerando-o uma vontade inaceitável vista a função que tinha a máquina censória, e, exacerbando uma vez mais a conversa, afirmava que a saída do livro de Cardoso Pires era um insulto ao regime. “Vigília da Capela do Rato (1972)”, in *ComunicAR- Boletim da Assembleia da República*, 2014, online. Disponível em: <https://app.parlamento.pt/comunicar/Artigo.aspx?ID=562>. Último acesso: 20/03/2021.

²¹⁵ Além disso o autor, para evitar repercussões à editora escolhida pela publicação ou alterações da censura à sua obra, optou pela livraria Arcádia, a qual estava para fechar ao invés da Morais. Azevedo, C de. *A censura de Salazar e Marcelo Caetano: Imprensa, teatro cinema, televisão, radiodifusão, livro*. Cit., pp. 105-106.

Em conclusão, a sátira representa um ótimo meio de denúncia ocultada que nunca se poderá aceitar ou permitir que se espalhe com o medo de influenciar a opinião pública porque significaria ofender a dignidade e o prestígio do Estado Novo; ademais após a reescrita dessa obra, anos depois do fim do salazarismo, na qual mudou uma grande parte da estrutura da edição anterior, de facto transformou-se num enorme trabalho de evolução da narração mas permaneceu aquele aspeto fundamental de sarcasmo necessário para transmitir à população portuguesa a realidade dum passado inesquecível, através da ficção, para desnudar o regime na sua verdadeira essência²¹⁶.

Como Cardoso Pires afirmou, os seus conflitos com a censura e a polícia política foram como contrair a doença da esclerose e a necessidade de usar as metáforas para elaborar a sua narração levou-o ao quase desconhecimento da sua alma²¹⁷.

II.2 Os *Poemas Possíveis* de José Saramago

Além da estratégia da autocensura de Cardoso Pires utilizada para eludir o controlo estrito da censura, um outro autor contemporâneo português que viu a sua escrita padecer naquela altura foi José Saramago que representou uma figura importante nessa luta contra o regime salazarista²¹⁸. Nos anos setenta, quase no fim do período ditatorial, ele mesmo foi testemunha de um episódio de repressão editorial na qualidade de revisor de provas para um jornal lisboeta²¹⁹. Se bem que a conceção de recusa total do regime para qualquer tipo de escrita fosse de domínio público, a PIDE efetuava mesmo ações de intimidação e repressão editorial em relação a alguns livros já censurados somente para mostrar a força da opressão da ditadura.

²¹⁶ Cfr. S. Celani, “O devorador de palavras: Stadi evolutivi del Dinossauro Excelentissimo”, in *Status Quaestionis* N°1, Roma, 2011, pp. 6-14.

²¹⁷ A. Portela. *Cardoso Pires por Cardoso Pires*. Cit., p. 36.

²¹⁸ Entre o fim dos anos sessenta e início dos anos setenta Saramago trabalhou como colaborador e corretor nos jornais submetidos ao regime salazarista como o *Diário de Lisboa* e o *Diário de Notícias*. Cfr. Azevedo, C de, *A censura de Salazar e Marcelo Caetano: Imprensa, teatro cinema, televisão, radiodifusão, livro*. Cit., p. 33.

²¹⁹ O episódio remonta à atuação da censura de uma patrulha da PIDE a qual o autor assistiu. Os policiais que se apresentaram na redação do jornal o *Diário de Lisboa* exigiam a entrega de alguns manuais presentes nos arquivos; porém esses títulos já estavam censurados. Além de ser revisor para o *Diário de Lisboa*, Saramago trabalhou também no jornal “*A Capital*” (1968-1969) e no semanal “*Jornal do Fundão*” (1971-1972). Cfr. Azevedo, C de, *A censura de Salazar e Marcelo Caetano: Imprensa, teatro*

Nesse mesmo período Saramago redigiu a sua primeira obra de poesia, *Os poemas possíveis* (1966) que, em seguida, decidiu reescrever uma segunda vez em 1982. Reeditar um livro, escrito dezasseis anos antes, é um trabalho bastante importante e exaustivo, mas essa obra de reescrita significou dar voz a um novo Saramago; um importante desafio “que foi como se tivessem passado dezasseis séculos depois da primeira versão”²²⁰.

A obra está dividida em cinco partes e nessa encontramos diferentes temáticas tratadas mas em particular são presentes reflexões importantes sobre o tema da ditadura e das torturas do regime salazarista. Saramago mesmo define a nova adaptação de 1982 como uma sua decisão de “raspar com unha seca e irónica o poeta de ontem”²²¹ e na nova parte dedicada aos poemas contra a repressão salazarista sublinha-se a escrita crua e violenta que descreve a verdadeira face do regime, destruindo, de facto, a imagem aparente e fictícia de regime liberal que a ditadura construiu durante o século passado.

Pode-se observar já na primeira palavra “Não” do primeiro poema, *Poema a boca fechada*, a representação dos sentimentos de impossibilidade, opressão e falta de liberdade de expressão que transmitem esses versos; tal imagem representa o preâmbulo do tom poderoso e acusatório contra a repressão salazarista que se espalha durante toda essa parte do livro:

Não direi:

Que o silêncio me sufoca amordaça.

Calado estou, calado ficarei,

Pois é que a língua que falo é de outra raça.

Palavras consumidas se acumulam,

Se represam, cisterna de águas mortas,

Ácidas mágoas em limos transformadas,

Vaza de fundo em que há raíes tortas.

cinema, televisão, radiodifusão, livro. Cit., p. 33; Cfr. R. Vecchi; V. Russo; *La letteratura portoghese: i testi e le idee*, 1ª ed., Città di Castello (PG), Le Monnier, 2017, p. 562.

²²⁰ J. Saramago, *Os poemas possíveis*, 2ª ed., Lisboa, Caminho, 1982, pp. 13-14.

²²¹ *Ibidem*, p. 14.

Não direi:

Que nem sequer o esforço de as dizer merecem,
Palavras que não digam quanto sei
Neste retiro em que me não conhecem.

Nem só lodos se arrastam, nem só lamas,
Nem só animais bóiam, mortos, medos,
Túrgidos frutos em cachos se entrelaçam
No negro poço de onde sobem dedos.

Só direi,
Crispadamente recolhido e mudo,
Que quem se cala quanto me calei
Não poderá morrer sem dizer tudo.²²²

A primeira palavra é uma afirmação que essencialmente indica algo que é impossível, uma imposição recorrente que opta pela descrição da condição de impossibilidade de ter uma vida normal nesse quadro de torturas e repressões, o ostracismo que impede falar livremente, pensar e escrever numa dimensão onde a liberdade de pensamento não tem limites nem obrigações morais. Portanto, assistimos a uma alienação da pessoa onde o imperativo principal era manter o silêncio. É também muito importante mencionar a eleição muito definida e detalhada de termos apropriados ao contexto de fundo: por exemplo “calado, silêncio que me sufoca, língua de outra raça”²²³, uma terminologia que reflete a condição, mesmo do escritor, da opressão e violência diária à qual tinha que se submeter por causa do sistema fascista-português. Além dessa temática do silêncio, é de assinalar o fator da língua utilizada, a qual é etiquetada como um fluxo de termos pertencente a algo obsoleto, como se o autor tivesse estado obrigado a penetrar no labirinto do seu espírito para encontrar uma nova linguagem que não o fizesse

²²² Ibidem, p. 75.

²²³ Ibidem, p. 76.

transformar no instrumento da máquina tortura-palavras²²⁴. De todo modo, adverte-se uma certa rigidez nessas palavras que, de certa forma, sublinham tal situação; o amontoar-se dos vocábulos suprimidos pela censura numa “cisterna de águas mortas”²²⁵ infunde aquele sentimento de putrefação da literatura por causa dum poder superior identificando esse depósito abandonado de palavras com o enorme oblívio de onde essas não conseguem sair. Ademais um outro nexos igualmente importante denota-se no verso “o negro poço onde sobem dedos”²²⁶, uma clara referência às consequências das repressões e à total perda do valor da vida humana.

Como afirma Maria Jesús Fernández García, “La imagen de Saramago simboliza un hombre de izquierda e su profundo amor por Portugal, y su cultura quedará como principal marca de su identidad como individuo, escritor e intelectual”²²⁷. O que Saramago propõe é nunca parar de combater pela própria liberdade que, no fim de contas, é uma luta coletiva para denunciar a veemência, a brutalidade e as veleidades imperialistas de um fanático ditador conservador.

Além do tom sombrio e melancólico que acompanha todas essas estrofes, a habilidade do autor consiste na reprodução escrita muito detalhada, embora nevoada, de uma realidade reprimida que se reconhece no conceito de vontade de liberdade de expressão através de uma luta contínua, por meio das palavras, contra a repressão salazarista²²⁸. Além disso, “en las novelas de Saramago de temática histórica, el pasado no es un mero viaje en el tiempo sino la oportunidad de poner en conexión pasado e presente para descubrir contextos paralelos y situaciones que se repiten”²²⁹.

Uma outra coisa importante que se anuncia, nessa parte do livro, é a função do povo nesse contexto: quanto mais a voz dos submetidos será forte e unificadora, mais difícil será reprimir tal onda de revolução capaz de destruir qualquer barreira para que

²²⁴ A. E. Sgarbi, *A Poesia de José Saramago: análise de Os Poemas Possíveis, Provavelmente Alegria, O Ano de 1993*, Dissertação de mestrado, Assis, Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2013, pp. 21-22.

²²⁵ J. Saramago, *Op. Cit.*, p. 75.

²²⁶ *Ibidem*, p. 75.

²²⁷ M. J. F. García, *Historia de la literatura portuguesa*, Mérida, Junta de Extremadura, 2017, p. 458.

²²⁸ Uma certa familiaridade com esse tipo de escrita, posteriormente criticada pela abundância de detalhes, revela uma predisposição natural que reflete totalmente o gênio da arte de escrever do autor. Cfr. G. Pontiero, “Interview with José Saramago”, in *Pn Rewiew*, V. 16, 1989, p. 39.

²²⁹ M. J. F. García, *Op. Cit.*, p. 458.

essa se transforme na salvação de um país precipitado no total esquecimento por causa da lagoa salazarista²³⁰.

Tirando as conclusões, a tarefa do escritor português nesse poema demonstra que o seu papel focaliza-se na redescoberta dos valores interiores e na força da sua alma para derrotar o abuso do poder autoritário; com essa nova reedição dos *Poemas possíveis* Saramago teve mesmo a oportunidade de dar uma nova luz à poesia que vai representar uma fonte importante no caminho de reabilitação da humanidade portuguesa mediante o poder da palavra e da escrita.

II.3 O aparelho restritivo franquista

Pouco antes do fim da guerra civil de 1936, o objetivo principal do fautor e cunhado do futuro ditador Francisco Franco, Ramón Serrano Suñer²³¹, concentrou-se principalmente na utilização da eliminação do perigo do retorno da democracia e da interdição da circulação regular das fontes de informação por parte do aparelho restritivo da censura; mesmo através de uma colaboração estreita e forçada com todos os meios de comunicação em papel, como editoras, jornais e rádio para monitorizar as represálias possíveis contra o regime franquista²³².

A constituição desse mecanismo de eliminação dos meios de informação, da propaganda antifranquista e da censura dos livros submetiva todos os que trabalhavam pela difusão das notícias e obrigava-os a escrever em função da nova cultura e da ideologia franquista, já que a coerção não acontecia somente no lugar de trabalho que podia ser a redação do jornal, a livraria ou a biblioteca, mas o processo de extirpação da

²³⁰ Cfr. A. E. Sgarbi. *A Poesia de José Saramago: análise de Os Poemas Possíveis, Provavelmente Alegria, O Ano de 1993*. Cit., p. 27.

²³¹ Ramón Serrano Suñer foi eleito deputado nas Cortes espanholas em 1933. Em seguida durante o período da ascensão do Franquismo cobriu o cargo de ministro do Interior (1938-1940); enquanto desde 1940-1942 foi ministro do Exterior no governo da ditadura de Franco. Cfr. S. Payne. *¿Por Qué la república perdió la guerra?*. Cit., pp. 170-172.

²³² Cfr. A. Pérez Bouza, *Periodismo y censura en el tardofranquismo y en el contexto de la Ley Fraga: estudio histórico a través de dos encuentros con periodistas que lo vivieron*, Dissertação de licenciatura, Barcelona, Universitat autònoma de Barcelona, 2018, p. 12.

oposição ao regime tinha que ocorrer na mente desses “dispensadores de péssima informação”²³³.

Em seguida, o ditador Francisco Franco através do aparelho da censura apontava para consolidação do seu poder em âmbito político, mas também para monitorizar as atividades de tipo propagandístico e ideológico das frentes opositoras durante a Guerra Civil²³⁴. Tal mecanismo imponia um controlo férreo a nível nacional de todo o material da informação, especialmente no caso de livros ou meios de informação utilizados pelos opositores²³⁵.

Eduardo Ruiz Bautista atesta que o conceito de censura nos primeiros anos do franquismo foi de relevância para uma elite falangista no poder; influenciada pelos ideais fascistas, tinha como objetivo a reestruturação da cultura e propaganda na perspectiva de criar uma nova geração espanhola:

Había que rescatar de entre la hojarasca culta y las excrecencias populares a verdadera esencia cultural hispana, pero no con el ánimo y la vocación del arqueólogo o el anticuario, sino con la pasión del intelectual orgánico que no tiene reparos en ‘actualizar’ este legado y busca su engarce con la nueva cultura que demandaba la ‘Nueva Europa’, bajo el signo de la esvástica y las fascas.²³⁶

A promulgação da *Ley de Prensa* de 1938 e, em seguida, a criação da *Vicesecretaría de Educación Popular* em maio de 1941²³⁷ representaram o fortalecimento do aparelho

²³³ Lima Grecco, G de, “La censura literaria: desarrollo conceptual e teórico, los efectos de su acción y su funcionamiento”, in: *Anuário de literatura*, V. 21, N°1, 2016, pp. 125-126.

²³⁴ A primeira instituição do aparelho de censura foi decretada o dia 14 de janeiro de 1937, com a Delegación del Estado para Prensa y Propaganda (DEEP). Cfr. Blas, J. A. de, “La censura de libros durante la Guerra Civil Española”, in E. R. Bautista (org.), *Tiempo de censura: la represión editorial durante el franquismo*, Gijón, Trea, 2008, p. 23.

²³⁵ Para evitar que alguma notícia não escapasse às malhas da censura, controlavam-se todos os livros que estavam para ser expostos nas livrarias, os já impressos e publicados e mesmo os que estavam para serem republicados. *Ibidem*, pp. 22-25.

²³⁶ E. R. Bautista, “La censura en los años azules”, in E. R. Bautista (org.), *Tiempo de censura: la represión editorial durante el franquismo*, Gijón, Trea, 2008, p. 73.

²³⁷ Este foi o aparelho burocrático mais adequado para manter a estabilidade do regime franquista mas também vigiar e prevenir ameaças ou contestações possíveis em termos de restrições da censura. No mesmo ano criou-se, dentro desse órgão de governo *La Sección de censura de libros*, cujo primeiro chefe foi Juan Beneyto Pérez. Cfr. M. L. Abellán, *Censura e creación literaria en España (1939-1976)*, 1ª ed., Madrid, Península, 1980, p. 16; Cfr. E. R. Bautista. “La censura en los años azules”, in E. R. Bautista (org.), *Tiempo de censura: la represión editorial durante el franquismo*. Cit., p. 50

repressivo e a certificação do aumento da opressão no âmbito cultural e literário. O mecanismo do aparelho implementado pelo governo franquista funcionava através do controlo e da realização de operações de inspeção para limitar a difusão de material subversivo que pudesse influenciar a opinião pública e o sistema das instituições franquistas. A inspeção de um livro, de um jornal ou de uma notícia previa uma série de passagens fundamentais de respeitar para publicarem as obras: primeiramente o autor tinha que entregar uma cópia da sua obra à censura, em seguida, um corpo de censores analisava-a; antes da sua publicação efetiva, o censor tinha que indicar ou notificar algumas alterações estruturais caso de algumas palavras, frases ou mesmo capítulos inteiros não respeitarem os parâmetros ditatoriais²³⁸.

Na maioria dos casos os censores recorriam ao uso do *lápiz rojo* cuja marca imprimia-se em quase cada parte do livro à procura de críticas ou danificações à imagem do regime²³⁹. Todos os equipamentos da informação, como jornais, editoras e revistas de carácter especialmente político, estavam estreitamente vinculados à causa franquista, cuja eleição era forçada e obrigatória.

Franco sabia que utilizando este método repressivo teria interrompido a circulação de livros, impedindo a sua publicação e mesmo a sua impressão. Por essa razão, era necessário apropriar-se da alma do escritor que mais tarde se teria tornado silencioso e mudo. A continuação disto, Manuel Abellán cita uma parte de um discurso de Gabriel Arias Salgado em que afirma que “ El órgano de la censura es más que una acción que elimina la libertad de criterio o redacción; es una función preventiva de cooperación armónica y tutelar del bien común”²⁴⁰.

Isso era a razão principal da criação dessa máquina de torturas e, como afirma o historiador Robert Darnton:

²³⁸ Em relação à questão da publicação, na altura do livro ultrapassar o aparelho da censura era fundamental respeitar uma outra passagem: o autor, após a consulta do censor, tinha que enviar à DEPP cinco exemplares da sua obra. Em seguida o censor entregaria-lhe a chamada *hoja de censura*, que correspondia à autorização de imprimir. Cfr. Blas, J. A. de. “La censura de libros durante la Guerra Civil Española”, in E. R. Bautista (org.), *Tiempo de censura: la represión editorial durante el franquismo*. Cit., pp. 25-26.

²³⁹ Cfr. F. Faustini, *El miedo a la verdad: Análisis de las intervenciones y de los efectos del sistema de la censura franquista a través de una triple perspectiva en la novela, el teatro y el cine*, Dissertação de mestrado, Venezia, Università Ca’ Foscari, 2019, pp. 14-18.

²⁴⁰ M. L. Abellán. *Censura e creación literaria en España (1939-1976)*. Cit., p. 15.

Al adentrarnos en el trabajo de los censores, observamos la forma de pensar, en su momento, de los legisladores; cómo calibró el Estado las amenazas a su monopolio del poder, y cómo intentó hacer frente a ellas. El poder de la palabra impresa podía ser tan amenazador como una guerra cibernética.²⁴¹

De todo modo, o maior sucesso que um estado autoritário possa alcançar é a censura prévia do mesmo autor porque é isso que dá a certeza da eficiência da máquina de tortura palavras e mesmo subverte o seu pensamento “revolucionário” interior. De facto os escritores estavam agrilhoados nos meandros da própria mente com a esperança de voltar a reavivar a sua escrita. No entanto, tal situação permitia ao autor ter a ocasião de utilizar uma nova forma de escrita endereçada ao olho intelectual e atento do leitor. De facto, quanto mais forte era a censura, mais forte era a reivindicação na literatura através da qual se idearam uma série de jogos literários através de metáforas, sinónimos, alusões em lugar de palavras que teriam sido consideradas inadequadas²⁴². A realização dessa linguagem *entrelinhas* devia provocar no leitor uma reação tal que podia ser a maneira fundamental de o ânimo despertar por causa do silêncio que a censura infinita instalava à esfera literária do país. Tal eleição dessa nova linguagem foi o trabalho intenso ditado duma criatividade forçada para a literatura sobreviver.

A necessidade de recorrer a essa metodologia subversiva era ditada da força e influência enorme do aparelho da censura; de facto, a partir da segunda década do início do regime franquista, todas as notícias que os meios de informação recebiam e todo o material imprimido foram administradas pelo *Ministério de Informação e Turismo*²⁴³.

Em relação à década dos sessenta é possível afirmar que foi um período de revoluções e rebeliões sociais em que a Espanha teve um desenvolvimento notável após o plano de estabilização de 1959. A nível político ocorreu um evento de grande relevância que sacudiu os altos cargos políticos franquistas, ou seja a imposição da *Ley*

²⁴¹ R. Darnton; M. Ortega, “Censores trabajando”, in: *Espacio, Tiempo y forma*, N°29, 2016, p. 16.

²⁴² Cfr. F. Faustini. *El miedo a la verdad: Análisis de las intervenciones y de los efectos del sistema de la censura franquista a través de una triple perspectiva en la novela, el teatro y el cine*. Cit. pp. 47-49.

²⁴³ Nessa década, entre 1951-1962, Gabriel Arias-Salgado tornou-se o novo chefe do órgão da censura e propaganda. Cfr. M. L. Abellán. *Censura e creación literaria en España (1939-1976)*. Cit., p. 87.

Fraga (a Ley de Prensa e Imprenta) em 1966²⁴⁴, atuada por Manuel Fraga Iribarne chefe do departamento da Informação e Turismo, parecia ser a fenda de atenuação da censura porque não somente se eliminava a censura prévia e a consulta obrigatória concedendo maior espaço e liberdade pelos meios de informação e pela circulação de livros, mas mesmo podia-se definir terminado o período mais duro em termos de censura, “pocas tachaduras, escasas denegaciones y modificaciones insignificantes”.²⁴⁵ O ministro Fraga apresentou esse projeto como uma necessidade para o relançamento do país num quadro europeu de restauração da democracia, com o slogan “España es diferente”²⁴⁶. Inicialmente essa nova ação política foi uma grande vitória pelas instituições democráticas porque deu maior espaço sob o ponto de vista editorial e jornalístico. Porém a censura não desapareceu completamente, de facto poder-se-ia falar de “liberdade vigiada”²⁴⁷, que por um lado, outorgava a oportunidade de ler os jornais e as notícias sem censura, mas por outro, as limitações restritivas do franquismo estavam ainda em vigor. Pois, todos os aparelhos da informação estavam sempre vinculados ao regime e ao controlo estrito dos censores que ainda podiam decidir se remover ou publicar um artigo dum jornal ou um livro, caso de passarem a sua examinação atenta; desse jeito deduz-se que, no fim, a *ley Fraga* acrescentou a repressão da censura franquista em vez de a atenuar, perdendo a sua função de alívio da opressão porque, não obstante tentasse legitimar as liberdades, que antes eram reprimidas, a sombra do regime ditatorial permaneceu sempre²⁴⁸.

De todo modo, era um período em que o regime tinha que soltar a opressão e a repressão especialmente por causa de debates na Europa em relação aos métodos repressivos franquistas. Por essa razão, a Espanha necessitava manter aquela imagem de país livre para manter o seu status de nação liberal-democrática²⁴⁹. Se por um lado, o

²⁴⁴ Cfr. A. B. Pérez. *Periodismo y censura en el tardofranquismo y en el contexto de la Ley Fraga: estudio histórico a través de dos encuentros con periodistas que lo vivieron*. Cit., p. 19.

²⁴⁵ M. L. Abellán, *Op. Cit.*, p. 151.

²⁴⁶ A. Grandes, “España es diferente”, in: *El País*, 28/03/2011, online.

Disponível em: https://elpais.com/sociedad/2011/03/28/actualidad/1301263201_850215.html. Último acesso: 22/03/2021.

²⁴⁷ A. B. Pérez. *Periodismo y censura en el tardofranquismo y en el contexto de la Ley Fraga: estudio histórico a través de dos encuentros con periodistas que lo vivieron*. Cit., p. 20.

²⁴⁸ P. H. López, “La ley Fraga” luces y sombras”, in: *la Información*, 18/09/2019, online. Disponível em: <https://www.lainformacion.com/233grados/la-ley-fraga-luces-y-sombras/6511793/>. Último acesso 8/1/2021; M. Abellán. *Censura e creación literaria en España (1939-1976)*. Cit., p. 209.

²⁴⁹ Cfr. J. C. Detrell, “La censura després dels censos: algunes reflexions sobre aspectes no resolts de l’herència cultural del franquisme”, in *Anuari Trilcat*, N°2, 2012, p. 40.

país estava atravessando um período de fermento social e liberdade editorial, por outro as repressões violentas por parte da polícia política não deixaram de ser efetuadas.

Dentro do mecanismo ditatorial, como já antes mencionado, os censores tiveram um dos papéis mais importantes, cujo juízo final determinava a publicação ou a eliminação da obra literária. Eles representaram o engrenagem fundamental para entender a metodologia desse julgamento inflexível; essa função do censor, nos primeiros anos do regime, tornou-se na criptonita dos escritores, cujas obras estavam totalmente anotadas com o *lápiz roxo* ou, como ocorria muitas vezes, capítulos inteiros para elas não publicarem²⁵⁰.

Como afirma Jordi Cornellà-Detrell, é de assinalar, a diferença fundamental entre a censura e os censores; com o passar das décadas e a obtenção da estabilidade do regime, essas figuras académicas perderam o seu valor de juízes nesse âmbito pelo fato que as revoltas, as represálias e os movimentos revolucionários tinham-se atenuado e, por causa disso, decidiu-se para conceder essa função de avaliação de obras literárias e artigos jornalísticos a figuras do aparelho militar que não tinham nenhuma experiência nesse âmbito, conferindo ao papel do censor um significado de importância secundária nesse processo de destruição de trabalhos literários e jornalísticos. Portanto essa alteração importante desses juízes-militares como novos censores representou uma pequena falha no aparelho da censura, já que a maioria dessas figuras tinha uma péssima instrução escolástica. Esse detalhe revelava-se importante na altura que o escritor ou jornalista podia escrever *entrelinhas* sem temer uma inspeção severa, constatando a realidade de uma brecha nas dinâmicas de repressão e controlo e a inaptidão do governo na escolha de substitutos aptos à crítica no campo editorial e da propaganda²⁵¹. Além desse particular, o censor, de qualquer forma, figurava como um instrumento no tabuleiro do regime; frequentemente a mínima perceção de ameaça eliminava-se de repente, mas, como os autores, mesmo os censores sofriam muitas pressões, tantas que os levava a suspeitar que a ameaça ao regime estava sempre presente. Desse jeito, o conceito de arbitrariedade transformava-se em subjetividade, em

²⁵⁰ Essas personagens eram figuras que exerciam cargos importantes dentro da sociedade espanhola: em particular eram professores universitários, académicos que tinham a formação profissional adequada e a faculdade de julgar na melhor maneira possível. Cfr. Lima Grecco, G de, “Más allá de la pluma censora: las zonas grises en torno a la censura literaria durante el Primer Franquismo”, in: *Estudios Ibero Americanos*, V. 45, N°2, 2019, Cit., p. 127.

²⁵¹ *Ibidem*, pp. 29-30.

que o censor era só um meio utilizado da repressão franquista, o método repressivo fundamental na prorrogação do franquismo, especialmente na década dos anos quarenta, porque tinha implantado uma rede infinita de filiados que controlavam especialmente todas as atividades das editoras e dos jornais mas também rádio e teátrons consolidando as bases da ditadura para os anos sucessivos²⁵².

Robert Darnton atesta que “O sistema da censura é uma forma de intervenção estatal no âmbito literário que representa não só uma simples ação de eliminação do texto, mas parecia que o estado queria dar uma nova forma à literatura”²⁵³. De facto, a literatura anterior ao franquismo tinha que se extinguir para se tornar no novo meio de comunicação da força repressiva do regime. Contudo, a tipologia de literatura que o regime queria implantar teria tido oportunidades mínimas de ter efeitos favoráveis e influenciar a cultura espanhola porque a pressão exercitada das forças da oposição contra a luta anti-franquista era demasiado forte. Apesar disso, tal barbaridade estorvou o desenvolvimento do setor editorial e por décadas a literatura tornou-se quase como cometer um crime. Além do mais, como afirma Manuel Abellán, a censura em alguns casos era aplicada pelo mesmo editor, o qual se erguia a juiz das obras que tinham podido sofrer mais alterações censórias com respeito a outras; nessa altura as editoras poder-se-iam definir como “instituciones para-censoriales”²⁵⁴.

Uma particularidade desse órgão de repressão foi a proibição estrita da circulação dos livros escritos em catalão; especialmente no primeiro franquismo a repressão contra o livro e também a língua catalã representou um fator muito incisivo na tentativa de suprimir a oposição nacionalista catalã. As técnicas de interdição da censura provocaram uma grave interrupção da cadeia de veiculação da cultura e literatura catalã e aquelas poucas impressões apenas chegavam aos estantes das livrarias²⁵⁵.

²⁵² Relembra-se que os censores eliminavam obras que não abrangiam a causa anti-franquista ou pela suspeita que apoiassem algumas fações contra o franquismo ou movimentos revolucionários. Cfr. F. Faustini. *El miedo a la verdad: Análisis de las intervenciones y de los efectos del sistema de la censura franquista a través de una triple perspectiva en la novela, el teatro y el cine*. Cit., pp. 28-29.

²⁵³ R. Darnton; M. Ortega. *Censores trabajando*. Cit., p. 23.

²⁵⁴ Além da censura e da ação da *censura prévia* do editor pode-se afirmar que mesmo o autor atuava o método da *autocensura*, que muitas vezes significava alterar totalmente a narração a fim de ela conformar-se com os parâmetros do regime. M. L. Abellán. *Censura e creación literaria en España (1939-1976)*. Cit., pp. 97-102.

²⁵⁵ Cfr. J. C. Detrell. *La censura després dels censors: algunes reflexions sobre aspectes no resolts de l'herència cultural del franquisme*. Cit., pp. 29-30.

Qualquer livro, antes da publicação, devia respeitar cinco parâmetros para ultrapassar a máquina de tortura-palavras: “¿ataca al dogma?, ¿a la moral?, ¿a la Iglesia o a sus ministros?, ¿al régimen e a sus instituciones?, ¿a las personas que colaboran ou han colaborado com el régimen?”²⁵⁶, mas o caso catalão é diferente. Se uma das razões da estabilização da censura era delimitar o espaço das literaturas consideradas revolucionárias, todo o que concerne à Catalunha poder-se-ia definir, com certeza, uma dupla censura. Uma atitude espanhola frente à literatura catalã que no curso das décadas teve diferentes nuances e realçou o conflito entre Espanha e Catalunha.

II.4 A repressão do independentismo catalão em “*Acte de violència*” de Manuel de Pedrolo

A *Ley Fraga* de 1966 devia funcionar como uma forma de atenuação da opressão do franquismo e permitir uma maior circulação de livros. Porém as restrições ao aparelho da censura não tiveram um efeito decisivo em relação à liberdade total em termos de publicações editoriais. A finalidade principal do governo espanhol, quanto concerne à questão da Catalunha, era vigiar e, entretanto proibir, o difundir-se do catalanismo porque o problema mais grande não estava representado pelo conteúdo utilizado no livro, pelo contrário, a língua catalã e a sua propagação constituíam um obstáculo para as instituições castelhanas; por isso tinha que ser extinta, já que a sua força podia gerar um sentimento de reivindicação do orgulho e reconhecimento da cultura e literatura catalã contra essa política de discriminação linguística e cultural atuada em detrimento da Catalunha. De acordo com a afirmação de Manuel Abellán, a opressão da censura franquista mirava à “ausencia total de conflictos”²⁵⁷, mas, apesar disso, é importante sublinhar como a atividade literária não desapareceu totalmente e nem a veiculação da língua porque, não obstante a indústria cultural catalã continuasse a sofrer uma repressão forte, cristalizou-se a identidade nacionalista consolidando o otimismo catalão na ótica de uma renascença literária e cultural e o desejo de independência de uma comunidade unida e forte.

²⁵⁶ M. L. Abellán, *Op. Cit.*, p. 19.

A censura da literatura catalã, desde os anos quarenta, foi bárbara, mais uma tortura que uma simples supressão da difusão da cultura e dos livros em catalão. Antonio César Moreno salienta que muitas palavras, frases, textos, manuais mesmo sofreram a eliminação ou alteração:

Es el caso de *nacional* y *nacionalidad* aplicadas a Cataluña, que fueron sistemáticamente tachadas por la censura, así como el concepto *Països Catalans* referido al ámbito cultural de las regiones de lengua catalana. En este sentido, tesis doctorales, estudios de historia y manuales de lingüística eran sistemáticamente despedazados si no se atenían a una terminología que los censores encontraban adecuada.²⁵⁸

Em relação à atividade das editoras daquela época regista-se a quase aniquilação total, por causa disso, não somente teve início a catástrofe literária catalã mas também se proibiu o uso da língua catalã fora da esfera privada e familiar:

D'una banda, la implantació de la censura a tots els nivells: la prohibició de les institucions culturals i literàries, la depuració de biblioteques públiques i privades, la proscripció del català com a llengua fora de l'àmbit privat i familiar, amb la col·laboració decidida i sincera de no pas pocs catalans – escriptors, artistes, periodistes i professors universitaris. De l'altra, la perillosa tossuderia d'alguns per aconseguir que la literatura catalana, en els anys més durs, es mantigués a un nivell de literatura clandestina i testimonial, com a mínim.²⁵⁹

²⁵⁷ Ibidem, p. 151.

²⁵⁸ A. C. Moreno Cantano. “La censura franquista y el libro catalán y vasco (1936-1975)”, in E. R. Bautista (org.), *Tiempo de censura: la represión editorial durante el franquismo*. Cit., p. 157.

²⁵⁹ “Por um lado, a implantação da censura a todos os níveis: a proibição das instituições literárias e culturais, a depuração das bibliotecas públicas e privadas, a interdição do catalão como língua fora da esfera privada e familiar com a colaboração resolvida e sincera de muitos catalães – escritores, artistas, jornalistas e professores universitários; por outro a perigosa obstinação de alguns para a literatura catalã conseguir manter uma circulação mínima, nos anos mais duros, a nível de literatura subversiva”. (Trad. nossa), M. Abellan, “Apunts sobre la censura literària durant el Franquisme”, in: *Rev. De Catalunya*, 6/03/2009, online. Disponível em: http://www.represa.es/represa_6_marzo_2009_articulo7.html. Último acesso: 13/01/2021.

Quanto a episódios de obras catalãs censuradas, é de assinalar o caso do escritor Manuel de Pedrolo, cuja importância literária, a partir dos anos do primeiro franquismo, deixou uma marca profunda na história da Catalunha; essencialmente ele escreveu e reproduziu na escrita o drama da guerra civil a qual ele mesmo assistiu²⁶⁰. Já nesse período a ideologia anárquica e independentista começa a ser um ponto fundamental na formação do autor, que, em 1961, o empurra a redigir um dos seus romances mais censurados da literatura catalã, *Acte de Violencia*. Essa obra da sua produção literária imensa trata principalmente da questão social, um tema muito importante no início da década dos sessenta, onde as conflitualidades sociais tornam-se um continuum quotidiano contra o regime franquista, o qual nas linhas do escritor catalão está desprezado de maneira crua e violenta²⁶¹.

A censura atingiu de maneira veemente à literatura de Manuel de Pedrolo mas sobretudo essa novela; nos anos sucessivos o livro foi rejeitado várias vezes, não obstante os estratagemas para encobrir o tema da denúncia silenciosa contra o regime franquista, como o primeiro caso em 1963 quando o título escolhido, *Esberlem els murs de vidre* (quebramos os muros de vidro) com o fim de ser publicado com a editora *Selecta*, tentou desviar as tesouras da censura. A questão que, em seguida, levou a censura a impedir a publicação da obra não se limitava ao problema simples da língua mas estava relacionado com o estilo violento e crítico da escrita escolhido pelo autor²⁶². O tema principal do livro remete à rejeição da dominação das autoridades castelhanas franquistas, por isso o ato de violência consiste na recusa do franquismo e na resistência à opressão num contexto onde o país imaginário mencionado pelo autor catalão é a Barcelona dos anos sessenta²⁶³.

A autenticação dos abusos do poder franquista e as manobras de eliminação da cultura e identidade catalã repercutiram-se na linguagem violenta e de denúncia que Pedrolo utilizou para enfatizar o clima de repressão no contexto catalão. A revolução

²⁶⁰ O autor nos anos republicanos e da guerra civil fez parte da artilharia do Ejército Popular Republicano e da Federación Anarquista Ibérica (FAI), uma organização revolucionária que combateu o Franquismo durante todo o período ditatorial. Cfr. X. F. Trill, “Manuel de Pedrolo: Literature as Intellectual Engagement”, in *Journal of Catalan Intellectual History (JOCIH)*, 2016, pp. 108-112.

²⁶¹ Cfr. L. Van. Den Hout Huijben. “La censura y el caso de Manuel de Pedrolo. Las novelas 'perdidas’”. Cit., pp. 12-13.

²⁶² Cfr. L. Van. Den Hout Huijben, *El Rojo Critico: Expansion de la literatura catalana bajo la censura (1962-1977)*, tese de doutoramento, Groningen, University of Groningen, 2015, p. 112.

social representada na narração não foi descrita como uma rebelião violenta, mas uma ação de desobediência civil silenciosa que se pode sintetizar em poucas palavras:

ÉS MOLT SENZILL: QUEDEU-VOS TOTS A CASA.²⁶⁴

Uma frase significativa que recorre várias vezes durante toda a narração; realmente, nas linhas do autor as três jornadas na qual se desenrolam as greves e os protestos silenciosos estão divididos em três partes no livro, onde comerciantes e operários deixam de exercer as próprias atividades de trabalho:

Des d'allí escolta el silenci de l'edifici, una quietud angoixosa, insana, que puja no solament dels tallers de la planta baixa, sinó que, de tota la ciutat, sembla convergir en les seves orelles.²⁶⁵

O que se denota durante toda essa narração é a realidade das situações descritas e uma tipologia de linguagem específica para cobrir elementos relacionados com o separatismo catalão e contra o franquismo. Uma verdade de fatos que se exprime nesse ato de violência contra a sociedade contemporânea espanhola da época, o abuso de poder por parte do governo e a força incontestável da censura²⁶⁶.

Além do mais, no curso da narração assiste-se a várias ações de desobediência civil transformadas em cenas de vida quotidiana que vêm como protagonista o povo catalão no histórico conflito entre as injustiças (os catalães) contra o franquismo que, nas linhas de Pedrolo, se identifica no juiz Domina, uma figura dos altos cargos políticos, cujo poder e dominação territorial, que parecia ilimitada, pode-se atribuir ao ditador Francisco Franco e à arbitrariedade do aparelho da censura²⁶⁷. Como afirma na

²⁶³ Além disso ocorreu uma outra tentativa de publicar essa obra. Em 1965 o novo título escolhido foi *Estat d'Excepció* com a editora Edicions 62. L. Van. Den Hout Huijben, *Op. Cit.*, pp. 15-18.

²⁶⁴ “É muito simples, que todos fiquem em casa”. (trad. nossa), M. De Pedrolo, *Acte de violència*, 1ª ed., Valencia, Sembra llibres, 2016, p. 35.

²⁶⁵ “De aqui pode-se ouvir o silêncio do edifício, uma paz angustiante, insana, que não só se levanta das oficinas do rés-do-chão, mas também, de toda a cidade, parece dirigir-se às suas orelhas”. (trad. nossa), *Ibidem*, p. 38.

²⁶⁶ Cfr. L. Van. Den Hout Huijben. *El Rojo Critico: Expansion de la literatura catalana bajo la censura (1962-1977)*. Cit., p. 104.

²⁶⁷ Em 1963 um dos leitores-censores de *Esberlem els murs de vidre*, afirmava que a revolução silenciosa atuada para subverter o sistema da repressão apontava para a remoção do juiz, o chefe do estado nas

prefácio do livro *Cesk Freixas*, o trabalho extraordinário que Pedrolo consegue realizar é alinhar ao mesmo nível o sentimento de desobediência civil com a aspiração de soltar-se da dominação franquista; tal obra de implantação da realidade catalã materializa-se através dos diálogos que caracterizam toda a narração de *Acte de Violencia*²⁶⁸. Durante todo o texto e os vários episódios contados, assiste-se a situações frequentes em que a sufocação franquista era tanto abafada que parecia que estava para eclodir uma outra sangrenta guerra civil:

Doncs ens hem acostumat a usar les paraules d'una manera manifestament inexacta. Sen'ha abusat tant, se les ha distorsionades fins a tal extrem que sovint hem acabat per donar-los un significat totalment contrari al que tenien originàriament.²⁶⁹

Uma violência ordinária, cujo efeito reflete-se na conseguinte rebelião contra o poder franquista. O acostumar-se a respeitar os parâmetros do governo ditatorial, como nesse caso, simboliza o silenciamento da essência de ser catalão e a única solução possível para sair dessa prisão está representada pelo uso da força das palavras, uma recorrência muito frequente no texto como prova que isso é a realidade dos fatos:

En un clima així és impossible de construir res, perquè sense el dret de crítica les institucions es corrompen, els homes que ocupen el poder es deïfiquen i tot a decisió, fins i tot la més sensata, acaba per convertir-se en arbitrària.²⁷⁰

Nessas palavras adverte-se o cansaço geral, que, essencialmente, representa a época dos anos sessenta e a evolução histórica do franquismo na fase da sua fase de decadência. Porém, infelizmente, essa obra não teve um grande sucesso no panorama literário

linhas de Pedrolo. Cfr. L. Van. Den Hout Huijben, *La censura y el caso de Manuel de Pedrolo. Las novelas 'perdidas'*. Cit., p. 15.

²⁶⁸ Cfr. M. de Pedrolo. *Acte de Violencia*. Cit., p. 10.

²⁶⁹ “Portanto, acostumamo-nos a utilizar palavras duma maneira errada. Abusaram delas, deformaram-nas tanto que terminamos para dar-lhes um significado totalmente diferente do original”. (trad. nossa), *Ibidem*, p. 116.

²⁷⁰ “Nesse clima é impossível construir algo, porque sem o direito da crítica, as instituições corruptas e os seus membros do poder hegemónico nunca deixarão de tomar decisões arbitrárias em favor da causa franquista”. (trad. nossa), *Ibidem*, p. 118.

internacional e a maior causa deve-se à censura contínua e à linguagem realística utilizada por Pedrolo nas suas descrições, uma reprodução clara e detalhada dos acontecimentos, que, embora fictícios, tinham um fundo da verdade atroz. Portanto, para o livro ser publicado, teve-se que esperar o fim da ditadura franquista, em 1975, quando, com a ajuda da editora Edicions 62, saiu a obra *Acte de Violencia*²⁷¹.

Não obstante as personagens são os protagonistas de uma revolução silenciosa, desde abaixo, deduz-se a atuação de uma estratégia literária para os leitores identificarem com essas figuras, as quais representam a resistência de um povo inteiro frente aos mecanismos de controlo e vigilância que decretaram o genocídio cultural catalão²⁷².

Por esta razão Pedrolo está à procura da aprovação do público e a sua escrita simples e realista permite identificar essa obra da literatura catalã como uma contestação dura, na qual aparece um elemento novo: essa revolução não preenche as praças, mas sim as esvazia. O ato de violência descrito por Pedrolo não simboliza uma resposta igualmente sangrenta às violências perpetradas, utilizando a mesma crueldade do regime, mas uma subversão silenciosa a fim de acontecer a mudança de uma nova realidade livre das repressões e crueldades.

II.5 A ambiguidade do retrato da Guerra Civil Espanhola de José María Gironella

O evento da brutal guerra civil representou um importante objeto de estudo onde muitos escritores argumentaram, através da própria perceção, as causas possíveis que levaram um país inteiro ao abismo da Guerra Civil . Entre os vários autores que empreenderam esse trabalho de pesquisa intensa, é de assinalar a trilogia da Guerra Civil de José Maria Gironella.

Inicialmente pensava-se que essa trilogia podia ser uma celebração do fascismo espanhol franquista, sobretudo porque o mesmo autor simpatizava com o regime de

²⁷¹ Cfr. L. Van. Den Hout Huijben. *El Rojo Critico: Expansion de la literatura catalana bajo la censura (1962-1977)*. Cit., pp. 212-213.

Franco. Mas, pelo contrário, essa obra, apresenta, de maneira imparcial, ambos os destacamentos na guerra em que o autor é o narrador onisciente que ilustra os acontecimentos vários. A realização dos três livros, escritos em castelhano, que compõem a trilogia, *Los cipreses creen en Dios* (1953), *Un millón de muertos* (1961), *Ha estallado la paz* (1966), simboliza o envolvimento e a subversão da Espanha do século passado²⁷³.

A questão da censura, em relação à trilogia, foi tema de muitas críticas por parte dos mesmos simpatizantes fascistas pela abordagem escolhida por Gironella; ou seja, a imparcialidade que caracteriza todos os três livros entra em conflito não só com a ideologia fascista-franquista do regime mas mesmo com o fato de ter dado espaço, nas linhas da narração, à oposição à ditadura. Em particular condena-se o não apoio automático aos projetos ditatoriais franquistas e a falta de críticas reais ao período da República recém terminado.

Como afirma Sara Polverini, é de sublinhar o papel importante da censura nesse contexto e dar uma explicação quanto à intenção efetiva do escritor catalão na implantação dessa trilogia que lhe permitiu ultrapassar as malhas da censura²⁷⁴. A publicação do primeiro volume teve lugar em Paris, uma mudança de ambiente necessária visto que as duas primeiras novelas (*Ha llegado el invierno y tú no estás aquí* (1945) e *La Marea* (1949), escritas afinal dos anos quarenta, tiveram um insucesso tal que Gironella trasladou na a cidade francesa²⁷⁵. Uma eleição que se revelou útil aos fins da inspiração que o autor descobriu vivendo no estrangeiro, tanto que em 1953 publicou a primeira obra da trilogia, *Los cipreses creen en Dios*. Na verdade a primeira edição do livro não recebeu um grande consenso do público francês; a narração trata principalmente dos acontecimentos à família dos Alvear, no fundo da cidade de Gerona durante o período entre a Segunda República e o início da Guerra Civil, um contexto

²⁷² Cfr. C. A. Cantano Moreno, “La censura franquista y el libro catalán y vasco (1936-1975), La Nueva España “Imperio del libro Españolismo”, in E. R. Bautista (org.), *Tiempo de censura: la represión editorial durante el franquismo*, 1ª ed., Gijón, Trea, 2008, p. 144.

²⁷³ Cfr. A. L. Mateu, *La violència i l'anticlericalisme abans de la Guerra Civil*, dissertação de licenciatura, Girona, Universitat de Girona, 2016, p. 22.

²⁷⁴ S. Polverini, *Letteratura e memoria bellica nella Spagna del XX secolo: José María Gironella e Juan Benet*, 1ª ed., Firenze, Firenze University Press, 2013, p. 13.

²⁷⁵ A decisão de mudar-se para Paris aconteceu depois de uma conversa com José Ortega y Gasset, que aconselhou a mudar de ambiente. Cfr. C. Fillière, “De la búsqueda de la novela total al encuentro del éxito masivo: A trilogía de José María Gironella y su trayectoria como objeto predilecto de la historia cultura”, in: *Historia Contemporánea*, V. 32, 2006, p. 285.

que o autor descreve de maneira muito detalhada, como, por exemplo, algumas referências em relação ao reconhecimento da autonomia catalã:

Los periódicos catalanes se lanzaron a la ofensiva. La Generalidad, en términos solemnes, se dirigió al Gobierno de Madrid exigiendo el reconocimiento inmediato de una serie de privilegios sociales, de orden público, administrativos, que se había abrogado. Y por supuesto, la aceptación de la Ley de Contratos de Cultivo.²⁷⁶

Mesmo também outros detalhes relacionados à política espanhola como a *CEDA* de Gil Robles, a *Unión General de Trabajadores* (UGT), a *Confederación Nacional del Trabajo* (CNT), a *Federación Anarquista Ibérica* (FAI) e a *Falange Española*. De acordo com a afirmação de Alba Lupiáñez Mateu, Gironella, nessa primeira obra da trilogia, estabelece o início da evolução histórica e social da Espanha do ponto de vista imparcial²⁷⁷.

Quanto à publicação da primeira obra pode-se notar que isso representou mesmo o começo dos problemas que o autor teve com o aparelho da censura. Inicialmente o censor delegado à leitura da obra, Florentino Perez, teve uma certa indecisão se permitir a sua publicação sobretudo em relação à questão da temática da obra e à posição política do autor; porém, considerando que o livro vai ser imprimido na França, traduzido em 6 línguas, com a etiqueta “prohibido na Espanha”²⁷⁸, Perez autorizou a proceder com a impressão, com a certeza de que o conteúdo refletia, embora em parte, a ideologia franquista.

Contudo, é preciso sublinhar como o verdadeiro sujeito do livro é a classe média, a família dos Alvear. O protagonista Ignacio começa um processo de aproximação à vida política em correlação com as várias alterações históricas e políticas do contexto espanhol mencionadas na obra, do apoio à República à Falange passando pelo comunismo; além disso, poder-se-ia dizer que esta personagem é a personificação

²⁷⁶ J. M. Gironella, *Los cipreses crean en Dios*, Barcelona, Planeta, 1961, p. 350.

²⁷⁷ A. L. Mateu. *La violència i l'anticlericalisme abans de la Guerra Civil*. Cit., p. 4.

²⁷⁸ S. Polverini. *Letteratura e memoria bellica nella Spagna del XX secolo: José María Gironella e Juan Benet*. Cit., pp. 13-16.

do mesmo Gironella, o qual nasce num contexto semelhante em que toda a narração do núcleo familiar dos Alvear desenrola-se na cidade natal do autor, Gerona²⁷⁹.

Voltando para os problemas ligados à censura da trilogia de Gironella, é importante sublinhar que as alterações que o autor sofreu foram marginais com respeito à maioria dos autores da época. O mesmo autor na entrevista com Antonio Beneyto expõe de maneira resoluta o seu pensamento em relação ao método de eliminar obras por parte da censura, sentenciando a opressão total que o livro e a literatura padeceram naquela época, tanto que ao autor, às vezes, lhe teria gostado nascer num outro país livre e sem limitações²⁸⁰.

O terror de repercussões e revoltas sociais refletia-se em décadas de repressão e opressão efetuada por parte da censura e da polícia política do regime. Aliás essa atitude da censura impunha os autores, como afirma também o mesmo Gironella em seguida, a “dejar de escribir muchas cosas”²⁸¹, mas isso evitaria a castração total literária com este processo de autocensura forçada.

Quanto às razões de empreender esse trabalho destes três manuscritos sobre a guerra civil, é importante considerar a afirmação de William J. Pulte:

As the idea of writing a novel concerning the Spanish Civil War further developed in Gironella's mind, he decided to write not only one novel, but rather three, which would answer the questions por qué, como, and para qué.²⁸²

Portanto a realização de um processo enorme na qual se realiza a subversão das instituições republicanas no dia 1 de abril de 1939, na trilogia corresponde à última página da segunda obra, *Un millón de muertos*: “En el día de hoy, cautivo y desarmado, el ejército rojo, las tropas nacionales han alcanzado sus últimos objetivos militares. La guerra ha terminado”²⁸³.

²⁷⁹ Cfr. P. Ilie, “Fictive History in Gironella”, in: *Journal of Spanish Studies*, V. 2, N°2, 1974, p. 79.

²⁸⁰ Cfr. A. Beneyto. *Censura y política en los escritores españoles*. Cit., pp. 191-194.

²⁸¹ *Ibidem*, p. 192.

²⁸² W. J. Pulte, *The religious aspects of the novels of José María Gironella*, Texas, North Texas State University, 1966, p. 4.

²⁸³ J. M. Gironella, *Un millón de muertos*, Barcelona, Planeta, 1962, p. 797.

A intenção do escritor é explicar, sob diferentes pontos de vista e ideologias, o desenvolvimento da guerra civil. Isso dificilmente simboliza uma narração totalmente em favor do franquismo, já que foi um trabalho onde a imparcialidade do autor-narrador descreve a neutralidade do conflito fratricida entre republicanos e franquistas, a fim de que, como atesta Sara Polverini, “ogni suo connazionale possa riconoscersi nel suo racconto”²⁸⁴ ou seja que, todos são parte da narração e testemunha do reviramento nacional espanhol. Essencialmente foi um trabalho muito detalhado porque ele consegue respeitar a perfeita cronologia dos eventos reais, inserindo na evolução da narração de fatos e eventos nacionais e internacionais dentro da ficção da existência das personagens²⁸⁵.

Em relação à segunda obra da trilogia, É de assinalar como as malhas da censura tentaram bloquear a sua publicação, na altura que essa segunda parte, seguindo a cronologia da crónica da guerra, representava as fases mais importantes da guerra e as repressões efetuadas por ambos os lados.

Portanto como Gironella salienta, o órgão da censura não queria permitir a publicação de um livro que realçava as torturas que o regime impunha mas as pressões do mesmo autor, o qual afirmava que essa segunda parte estava para ser traduzida em muitas línguas, obrigaram o órgão da censura a deixar passar a obra “íntegra, con solo una tachadura”.²⁸⁶

Apesar das críticas do lado franquista que teria preferido a celebração de Franco como protagonista da obra, a segunda continuação da história da guerra civil espanhola conseguiu ser publicada em 1961. Esta trilogia não é uma forma de literatura que queria chegar à alma do leitor ou queria ser uma forma de comunicação subversiva, pelo contrário, define-se um relato muito detalhado do período da guerra civil espanhola que

²⁸⁴ S. Polverini. *Letteratura e memoria bellica nella Spagna del XX secolo: José María Gironella e Juan Benet*. Cit., p. 16.

²⁸⁵ Cfr. C. Fillière. *De la búsqueda de la novela total al encuentro del éxito masivo: A trilogía de José María Gironella y su trayectoria como objeto predilecto de la historia cultura*. Cit., pp. 289-290.

²⁸⁶ Algumas das alterações que o autor teve que introduzir estavam relacionadas com a impossibilidade de mencionar a palavra regime no novo período político espanhol que estava prestes a iniciar. As modificações para o regime ditatorial ficar invisível identificam-se nas palavras *Estado mayor nacional* ou *Gobierno Civil*. Cfr. J. M. Gironella. *Un millón de muertos*. Cit., pp. 648-757; A. Beneyto. *Censura y política en los escritores españoles*. Cit., p. 193.

tinha como protagonistas os ramos sociais que naquela época estavam à margem duma sociedade exclusivamente formada por militares²⁸⁷.

Para concluir, a censura ao último livro da trilogia, *Ha estallado la paz* (1966), no qual essencialmente trata-se do regresso à vida normal depois do fim do conflito civil, embora mencionam-se alguns acontecimentos internacionais e aos campos de concentração franceses²⁸⁸, não foram aplicadas alterações importantes ou marcas evidentes do *lápiz rojo*. Na entrevista com Antonio Beneyto, Gironella revela como a atitude do censor foi, nesse caso, colaborativa; tal “señor Robles Piquer”²⁸⁹, encarregado de ocupar-se de modificações á narração, decidiu dar alguns conselhos ao escritor catalão quanto às estratégias para a censura enganar. Em particular o uso de alusões, ironias e metáforas teria sido o atalho linguístico perfeito para as repercussões da censura evadirem²⁹⁰. Em relação a essa ligação estreita que Gironella teve com esse censor, é importante sublinhar que a intenção não era olhar para acordos ou favoritismos com os censores ou outros tipos de estratégias, como fez Manuel de Pedrolo, que, mudou o título da sua obra para que essa publicar integralmente. As razões de Gironella nem remontavam à questão da repressão editorial mas pode-se afirmar que os autores foram estimulados a melhorar a própria criatividade como a inserção de piadas, ou outras formas alegóricas. Na verdade, é preciso dizer que o fato de pensar em catalão foi com certeza útil ao escritor na altura que: por um lado conseguiu dar voz à classe media, um ramo da sociedade que não representava nem os ricos e nem sequer os militares; por outro, conseguiu desencadear críticas ferozes ao governo franquista que exigiam uma celebração total da ditadura nessa trilogia²⁹¹.

De todo modo, a representação clara e definida do quadro espanhol dos anos republicanos e do franquismo não mostrou nenhuma marca ou alusão ou denúncia ao

²⁸⁷ Cfr. S. Polverini. *Letteratura e memoria bellica nella Spagna del XX secolo: José María Gironella e Juan Benet*. Cit., p. 16.

²⁸⁸ Refere-se à eclosão da Segunda Guerra Mundial com a invasão dos alemães na Polónia no dia 1 de setembro de 1939 e mesmo na França, a intervenção espanhola na União Soviética no agosto de 1942 e a guerra entre Estados Unidos e Japão depois do ataque japonês de Pearl Harbor no dezembro de 1941. Cfr. C. Fillière. *De la búsqueda de la novela total al encuentro del éxito masivo: A trilogía de José María Gironella y su trayectoria como objeto predilecto de la historia cultura*. Cit., p. 292; Cfr. J. M. Gironella, *Ha estallado la paz*, Barcelona, Planeta, 1966, pp. 120-756.

²⁸⁹ A. Beneyto. *Censura y política en los escritores españoles*. Cit., p. 194

²⁹⁰ Ibidem, p. 193.

²⁹¹ A. Salmon, “Gironella: Franco dijo de mi novela: "Esto sí fue la guerra", in: *El Mundo*, 1/08/2001, online. Disponível em: <https://www.elmundo.es/elmundolibro/2001/08/01/anticuario/996602775.html>. Último acesso: 31/01/2021.

regime ditatorial, portanto pode-se dizer que o gênio do autor catalão foi na explicação ambígua e imparcial dos acontecimentos do período do franquismo, algo que a ditadura de Franco não podia aceitar como verdade.

Apesar da origem catalã do autor a razão principal que comportou o uso do castelhano identifica-se no medo de os próprios trabalhos serem censurados por ser catalão que o levaram a abjurar as suas origens declarando “o seu amor pelo idioma castelhano”²⁹², dessa forma permitindo-lhe obter um sucesso enorme editorial. Em particular a questão da interdição de falar a língua catalã e a imposição da língua castelhana foi sintoma de marginalização e discriminação social e cultural²⁹³.

Por isto, essa mudança de língua era um fenómeno necessário pela sobrevivência literária das obras e mesmo outorgava a incolumidade ao mesmo escritor naquela época; desse jeito isso ia em detrimento da sua língua de origem, porque cada vez que um escritor catalão decidia começar a escrever em castelhano representava uma derrota para o panorama catalão, que tanto lutou para reivindicar o próprio estatuto de diversidade com respeito ao colonizador espanhol franquista.

CAPÍTULO III

O exílio ibérico e analogias e diferenças entre Portugal e Espanha

Este terceiro capítulo trata do exílio como consequência da repressão e opressão dos órgãos da censura e da polícia política. Para argumentar esse conceito analisam-se os testemunhos do exílio português europeu e a luta antissalazarista no exílio brasileiro, a fuga dos exilados espanhóis na França e a importância da literatura do exílio relacionada à Catalunha.

²⁹² A. Beneyto, *Op. Cit.*, p. 194.

²⁹³ Cfr. C. A. Cantano Moreno. “La censura franquista y el libro catalán y vasco (1936-1975): La Nueva España Imperio del libro Españolismo”, in E. R. Bautista (org.), *Tiempo de censura. La represión editorial durante el franquismo*. Cit., p. 147.

Nesse contexto é de sublinhar que as principais terras de refúgio foram a França na Europa, enquanto Argentina, México, Chile e Brasil em América Latina. Na maioria dos casos estes novos territórios de exílio transformavam-se na nova pátria dos exilados, esse fluxo de migrantes que se espalhou e deslocou por todo o mundo em busca duma nova realidade²⁹⁴.

Afirma-se que a nomeada *diáspora* do exílio incluía principalmente as categorias de escritores, intelectuais, políticos e artistas, que se exprimiam firmemente contra as repressões brutais que os governos franquista e salazarista cumpriram por quase metade do século XX²⁹⁵. Além disso o objetivo principal é demonstrar que o exílio, apesar de simbolizar a perda de contato definitivo com a pátria, representou a salvação do genocídio literário e cultural e a oportunidade de desenrolar a função de fonte de memória e denúncia dos atos de violências que afetaram o conceito de liberdade.

A seguir analisam-se as várias divergências e convergências que caracterizaram Espanha e Portugal, divididas em dois blocos: primeiramente introduzem-se as causas que alimentaram a necessidade de instaurar os regimes de matriz autoritária-ditatorial durante os primeiros anos do século passado, sucessivamente ilustram-se analogias e diferenças das duas ditaduras ibéricas, a partir dos anos trinta.

III.1 O exilado como nómada e *desterrado* na Espanha do século XX

O conceito de exílio teve uma enorme ressonância do ponto de vista da escrita e da literatura porque a figura do escritor começou a representar uma ameaça ideológica pelo próprio país. Por causa dos seus trabalhos desaprovados e considerados nocivos à opinião pública, decide empreender a via do exílio como solução provisória para salvar não somente a sua produção literária mas também a sua incolumidade.

Poder-se-ia dizer que existem duas tipologias de exílio: primeiramente o exílio como vontade própria de escapar da essa vida de terror, medo e destruição literária para

²⁹⁴ Cfr. X. Diez. *La Catalogne Contemporaine: histoire d'une réalité*, in X. Espinet; M. Sánchez (org.), *Catalogne, la République Libre*. Cit., pp. 35-36.

²⁹⁵ Cfr. J. M. Casas; P. C. Urquijo, *El Exilio Español (1936-1978)*, 1ª ed., Barcelona, Planeta, 2002, p. 13.

encontrar um novo lugar longe das torturas; a segunda define-se com o termo “destierro” ou “expatriación”²⁹⁶. Trata-se de uma solução que, durante a época da ditadura de Primo de Rivera, obrigava os dissidentes a fugir do estado, uma punição para recusar a imposição dos princípios ditatoriais e por causa das atividades literárias finalizadas à denúncia das violências e dos métodos repressivos do regime. Contudo, durante o regime ditatorial do general Franco, alterou-se a tipologia de punição para os que não se subjugavam à vontade do franquismo, com a instituição de uma grande quantidade de prisões que aprisionaram milhares de inimigos do regime franquista²⁹⁷. Isso foi uma estratégia utilizada para aliviar as críticas e as denúncias, que não se limitava ao único objetivo de controlar os inimigos internos, mas representava mesmo uma humilhação ao sujeito recluso porque não tinha a possibilidade de fugir numa outra realidade; por exemplo, como no caso dos autores ou intelectuais, a ideia principal era aniquilar a identidade de subversivo impedindo-lhe de levar a frente o ofício do escritor, ou seja transmitir o seu pensamento através da sua escrita e das palavras.

A necessidade da repressão focalizava nesse projeto de eliminação da cultura e literatura manchada da atitude revolucionária, uma dupla censura do trabalho literário e da mesma figura do autor, obstaculizando a concreta possibilidade de obter uma nova vida fora da margem; um novo mundo que o escritor em exílio, como afirma Luisa Selvaggini, identifica com a identidade da diáspora, uma construção de uma nova existência baseada em novos valores, sensações sem nunca perder as características do passado²⁹⁸.

No momento em que o exilado ou *desterrado* rompe definitivamente a ligação com a pátria tem que emigrar do próprio lugar de origem. Como afirma Michael Ugarte, “estar *desterrado* significa estar desarraigado, haber perdido el vínculo fundamental entre la tierra y la alma”²⁹⁹. No caso do escritor significa perder uma parte da própria existência que se volatilizou por ter exprimido a própria opinião num contexto político na qual não se permitiam ou aceitavam críticas ou pensamentos contrários à ideologia

²⁹⁶ M. Ugarte, *Literatura española en el exilio: Un estudio comparativo*, 1ª ed., Madrid, Siglo Veintiuno de España, 1999, p. 13.

²⁹⁷ Cfr. M. Tomasoni. «Reprimere e detenere»: *l'altra faccia del conservadorismo español. La pratica della detenzione da Primo de Rivera a Francisco Franco*. Cit., p. 6.

²⁹⁸ Cfr. L. Selvaggini, “Tra critica e coscienza storica: la saggistica di Claudio Guillén attraverso il prisma dell’esilio”, in *Orillas*, N°8, 2019, p. 349.

²⁹⁹ M. Ugarte. *Literatura española en el exilio: Un estudio comparativo*. Cit., p. 13.

em vigor onde o espírito de vitalidade da população tinha sufocado na ótica de criar o consenso unânime aos princípios do franquismo, a fim de reconstituir a unidade territorial da Espanha³⁰⁰.

A fuga do país implicava mesmo a perda das raízes do próprio lugar de origem e a criação de um processo que obriga o *desterrado* a vagabundear sem terra. Em seguida, sublinha-se que no contexto da nova terra que alcança, às vezes não consegue integrar-se totalmente alimentando a sensação de perda de identidade e de cognição da realidade.

Para aprofundar esse conceito é de assinalar a teoria do “exiliado como nómada”³⁰¹ de Juan Goytisolo. De certa forma, essa teoria do exilado como vagabundo-nómada pode-se aplicar à nova existência na terra de exílio.

Como afirma Michael Ugarte, Goytisolo “equipara su obra al desplazamiento errante de los nómadas, de un sitio a otro, de un punto en el tiempo a otro punto, de identidad en identidad”³⁰². A condição do nómada coincide com a mesma situação do autor, ou seja, o exílio converte-se no novo caminho do autor que, entretanto, não consegue encontrar um outro lugar similar à sua pátria onde estabelecer o início da vida do exilado. Essencialmente em cada lugar que se desenvolve a ação narrativa das suas personagens representa mesmo a vida do escritor catalão, o qual altera constantemente a sua existência, “sin tierra”, e a sua identidade, “sin alma”³⁰³; além disso Goytisolo afirma novamente que “escribir es como vagabundear sin rumbo por um território desconocido, una tierra exótica en la que todo se encuentra a cierta distancia”³⁰⁴. A continuação disso, o desejo persistente de voltar à própria pátria impede-lhe de reconstruir-se uma outra vida nessa nova terra e a separação com as suas raízes obrigam-no a aceitar essa condição de figura sem morada certa e espírito, o qual perdeu o contato com a sua existência ficando “disperso e desculturalizado”³⁰⁵.

³⁰⁰ Cfr. L. Casali, *Fascismi: Partito, società e stato nei documenti del fascismo, del nazionalsocialismo e del franchismo*, Bologna, CLUEB, 1995, pp. 292-293.

³⁰¹ Juan Goytisolo foi um dos principais escritores da *Geração dos 50*. A questão do exílio foi amplamente descrita nos romances *Juan sin tierra* (1975) e *Makbara* (1980). M. Ugarte. *Literatura española en el exilio: Un estudio comparativo*. Cit., pp. 206-216.

³⁰² M. Ugarte, *Op. Cit.*, p. 206.

³⁰³ A sua vida de exilado concentrou-se principalmente no fim dos anos cinquenta em 1956 quando exiliou-se em Paris; em seguida no fim do século passado trasladou-se na cidade de Marrakech. *Ibidem*, pp. 14-206.

³⁰⁴ *Ibidem*, p. 214.

³⁰⁵ Cfr. P. Ilie, *Literatura y exilio interior*, Madrid, Fundamentos, 1981, p. 39.

Nessa altura o exilado perde a conexão com a realidade do exílio e mesmo com todo o processo de recordação de toda a brutalidade, da qual é testemunho e igualmente vítima. Desse jeito, sendo em conflito com a sua pátria de origem, Goytisolo acrescenta um outro conceito importante em relação à nova existência do refugiado: para compreender a profundidade de integração do exilado na nova terra, caso de o exilado ter “substituído” a língua nativa com outra, ele deveria atuar um processo de extirpação, nesse caso do espanhol, para ele mergulhar-se na estrangeira³⁰⁶. Isso implicaria não somente uma integração real na nova vida de expatriado, mas ao mesmo tempo comportaria a remoção da vida do passado para permitir a focalização dos seus interesses no novo presente; a continuação disso, Goytisolo “rechaza el español porque lo identifica con la lengua del franquismo”³⁰⁷. Portanto assiste-se a uma ruptura total com a Espanha, do ponto de vista físico, geográfico, uma condição essencial a fim de a integração do exilado na nova realidade ser real e total.

Como muitas vezes acontece, no momento em que o refugiado, que se identifica nas figuras de autores, políticos e elementos importantes da cultura e literatura, sacrifica o novo início no exílio simboliza a saudade da vida passada, da própria língua e mesmo da liberdade anterior, negando-se a ocasião de recomeçar uma nova existência. Realmente é como se o destacamento do lugar de origem representasse a condenação por ter permitido que outros sentenciassem o futuro do exilado obrigando-o a viver de lembranças, documentando a própria experiência do passado e erguendo-se a juiz dos seus carrascos, nesse caso o franquismo³⁰⁸.

Por essa razão o sujeito exilado sente-se perdido e alheio nessa lógica de extirpação da identidade do expatriado, mas entretanto se desenrola aquele processo de recuperação daquela vida passada através de imagens e lembranças para as atrocidades sofridas ficarem na memória de todos³⁰⁹. Portanto, frente a isso, apercebe-se a sensação por parte do escritor de uma delimitação real da sua existência, como se fosse fechado dentro de um recinto que o torno da censura e da ditadura tinha programado por ele já

³⁰⁶ S. Rodríguez, “Juan Goytisolo: Exiliado e refugiado de la lengua”, in: *Cuadernos del Minotauro*, V. 2, 2005, p. 85.

³⁰⁷ *Ibidem*, p. 86.

³⁰⁸ Cfr. M. Ugarte. *Literatura española en el exilio: Un estudio comparativo*. Cit., p. 28.

³⁰⁹ Cfr. J. C. Pérez Guerrero, “Franquismo e identidad en el exilio republicano en México”, in C. N. Zubeldia (org.), *Actas de IV Simposio de Historia Actual, 17-19 de Octubre de 2002*, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 2004, pp. 663-664.

desde a sua saída da nação, formalizando aquele processo de desarticulação do pensamento e da literatura subversiva. Muitas vezes essa vontade de nunca desistir frente a essa muralha da censura transformava-se no nomeado “exílio interior” através da qual o silêncio literário e o abandono do passado republicano deixam espaço à esterilidade da produção de obras por falta de estímulos e por causa do terror e medo de repercussões, uma condição imprescindível que quebrou ligações e comunicações com os *desterrados* revolucionários³¹⁰.

Logo a seguir, pode-se categorizar os escritores dessa época em dois grupos: primeiramente os que decidiram deixar o país, escolhendo a fuga como novo começo, mas também como ocasião concreta de as obras publicarem no estrangeiro; enquanto outros autores optaram para combater ou permanecer em silêncio na própria terra³¹¹.

Além disso, considerando as duas situações de vida diferentes, denota-se como o *desterrado*, dentro da terra de origem, instaure uma resistência firme ditada das ações que decidiu empreender contra as normas jurídicas instituídas naquele período do governo franquista, uma atitude que implicava consequências enormes em relação à sua produção literária. Por isso podemos falar de ativismo dissidente, uma modalidade de comunicação através da qual a voz do autor se transforma naquela do povo, na esperança da restauração de uma nova Espanha que ultrapassa o dor existencial desta vida de sofrimento que ao mesmo tempo une todas as almas espanholas, incluídos os compatriotas expatriados³¹².

III.2 O exílio português europeu e a resistência no Brasil

Quanto ao exílio português, podemos afirmar que a causa principal remonta aos ataques brutais contra a literatura e a imprensa que sufocaram qualquer tipo de revolução, ou oposição por parte dos métodos repressivos salazaristas, identificados na censura e na PIDE. Em particular os jornais opositores foram fechados, o acesso à informação foi limitado e na maioria dos casos manipulavam-se as notícias, impedindo o desempenho

³¹⁰ Cfr. P. Ilie. *Literatura española en el exilio: Un estudio comparativo*. Cit., pp. 40-157.

³¹¹ Cfr. AA.VV, *Los restos del naufragio: Relatos del exilio republicano español*, 1ª ed., Madrid, Salto de Página, 2016, pp. 7-8.

³¹² Cfr. P. Ilie, *Op. Cit.*, pp. 158-164.

regular da própria profissão obrigando, por essa razão, intelectuais e autores a tomar o rumo da fuga a fim de não depararem com as instituições do regime ditatorial salazarista³¹³.

Como afirma Manuel Pedroso Marques, a condição do exilado é de total alienação no lugar de exílio; especialmente no caso de exilados políticos, além da impossibilidade de recuperar a identidade do autor, perde-se também a sensação de liberdade que o país acolhedor pode oferecer³¹⁴. Um outro fator importante, como ainda atesta Pedroso Marques, está relacionado à questão da integração do expatriado na nova pátria porque assiste-se a uma miscigenação identitária em que as atitudes que caracterizavam a vida do exilado na sua terra de origem misturam-se com a realidade do novo estilo de vida³¹⁵.

A alternância deste fluxo contínuo de migrantes formou duas gerações de expatriados de décadas diferentes: os primeiros exílios remontam ao fim dos anos vinte e início dos trinta que corresponde ao começo da ditadura de 1926, enquanto o segundo êxodo coincidiu após a instalação do Estado Novo³¹⁶.

Em relação à primeira onda de refugiados, regista-se um grande afluxo para as costas de Brasil. Tratava-se principalmente de republicanos e monárquicos, cujas veleidades de alcançar o poder foram reduzidas a zero após a imposição ditatorial; por este motivo decidiram empreender essa longa travessia no Oceano Atlântico a fim de eles afastarem da sombra da censura e das repercussões da polícia política³¹⁷. Mas o principal êxodo coincidiu com a formação da ditadura salazarista, a partir de 1933; a renovação do aparelho da censura e do aumento da repressão contra os opositores

³¹³ J. Céu e Silva, “Salazar nunca pôs um pé em África e isso foi de uma grande cobardia”, in *Diário de Notícias*, 16/12/2019, online. Disponível em: <https://www.dn.pt/cultura/salazar-nunca-pos-um-pe-em-africa-e-isso-foi-de-uma-grande-cobardia-11606815.html>. Último acesso: 29/03/2021.

³¹⁴ M. P. Marques, *Os exilados: Não esquecem nada mas falam pouco: Ensaio sobre os factos e outras memórias*, 1ª ed., Lisboa, Âncora, 2015, p. 19.

³¹⁵ A abordagem do exilado ao novo país, à cultura e a novos costumes depende da sua condição ou papel que cobria na pátria da qual fugiu e também da capacidade e de adaptação a uma nova realidade que distingue cada um deles. *Ibidem*, p. 21.

³¹⁶ Naquela altura foram sobretudo exílios de matriz política. As figuras mais destacadas que escolheram a fuga do país foram os ex-presidentes da Primeira República Portuguesa Afonso Costa e Bernardino Machado, que escolheram Paris como nova pátria. *Ibidem*, pp. 31-32.

³¹⁷ Entre as figuras mais importantes que fugiram, em particular depois do *Revirinho* de 1927, recorda-se João Sarmento Pimentel, um ex-capitão do Corpo Expedicionário português na Primeira Guerra Mundial e forte defensor da Primeira República Portuguesa, Miguel Urbano Rodrigues, jornalista e dramaturgo e também o escritor Jaime Cortesão. Cfr. Alves, F. S. S. da, “Portugal Livre: um jornal de oposição ao Estado Novo português no Exílio brasileiro 1958-1961” in: *Intellectus*, N°2, 2017, pp. 109-114.

antissalazaristas acrescentou as violências e obrigou novamente uma grande parte de dissidentes portugueses à saída de Portugal. Os que permaneciam estavam obrigados a uma vida de clandestinidade e sob vigilância estreita da polícia política e a impossibilidade do acesso à informação, que na maioria dos casos já se encontrava totalmente censurada ou alterada, levava o exilado na própria pátria a estabelecer contatos com movimentos antifascistas infiltrando-se em associações subversivas para divulgarem informações na ótica de difamar o regime³¹⁸.

Quanto às várias destinações escolhidas como pátria de refúgio, assinala-se a França como país principal acolhedor na Europa mas também a Bélgica, Luxemburgo e também a Suíça foram igualmente outras metas importantes de refúgio. Fora das margens europeias, a Argélia no norte da África e a América Central e do Sul (Argentina, México, Venezuela e especialmente Brasil) tiveram um grande afluxo de exilados portugueses³¹⁹.

O papel que cobriam nessa nova terra focalizava-se na continuação da divulgação dos crimes efetuados pela PIDE e criticar as medidas repressivas que o regime atuava para enfrentarem as ameaças dos dissidentes.

Em relação ao exílio na Europa, é importante sublinhar que com o passar das décadas surgiram muitos testemunhos de experiências do exílio; nesse contexto as recordações da existência no estrangeiro de Teresa Perdigão e Teresa Rita Lopes são de importância relevante. O êxodo europeu, que se desenvolveu sobretudo em direção da pátria francesa foi a principal destinação dos exilados portugueses; se por um lado a nova terra de origem podia representar o afastamento da repressão salazarista e uma reapropriação da liberdade, ao mesmo tempo as malhas da censura e da polícia política conseguiam mesmo ameaçá-los na pátria do exílio³²⁰.

³¹⁸ Alguns desses movimentos surgiram em Portugal após a Segunda Guerra Mundial e tiveram um papel importante na luta contra a ditadura, como o MUNAF (Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista), o MUD (Movimento de Unidade Democrática) e o MND (Movimento Nacional Democrático). Cfr. Silva, D. M da, “A oposição no exílio e a memória da “resistência” ao Estado Novo em São Paulo”, in: *Migrações*, N°5, 2009, pp. 241-242.

³¹⁹ Atesta-se que entre 1958 e 1974 aproximadamente 1.5 milhões de exilados fugiram de Portugal; entre os anos 1958-1963 a maioria das migrações apontava para as costas de Brasil. Cfr. Alves, F. S. S da, *Op. Cit.*, pp. 110-111.

³²⁰ A PIDE atuou uma série de ações de controlo das atividades de alguns exilados: em particular regista-se a supervisão das atividades de António José Saraiva e Fernando Piteira Santos, dois académicos exilados em Paris. Cfr. M. P. Marques. *Os exilados: Não esquecem nada mas falam pouco. Ensaio sobre os factos e outras memórias*. Cit., pp. 43-44.

De todo modo, o testemunho de Teresa Perdigão reflete a violência psicológica da perseguição sistemática durante o exílio, na altura que o medo e o terror que a repressão incutia nunca terminava quando o exilado fugir e mesmo quando chegar à nova terra de origem. Ela mesma afirma que naquele contexto português de torturas a experiência do exílio era inevitável mas ao mesmo tempo provocava um sofrimento existencial porque tinha-se sensação de ser sempre perseguidos, mesmo no novo lugar de exílio³²¹.

O outro testemunho de Teresa Rita Lopes, académica e dramaturga portuguesa, que viveu em Paris entre 1963-1976, é igualmente importante para entenderem as dinâmicas do exílio português europeu; além de sofrer a supressão das suas peças teatrais por parte da censura salazarista, as represálias da PIDE obrigaram-na a tomar o rumo do exílio francês³²². A decisão de alterar totalmente a própria vida foi, como ela mesma afirma, a “metamorfose”, que nunca teria acontecido se tivesse ficado no contexto repressivo português e, apesar do fato que as tesouras da censura e da PIDE tentavam influenciar a sua nova vida de expatriada vigiando a sua existência, nunca perdeu o espírito de vitalidade que essa nova vida de refugiada lhe concedia³²³. Além do mais, o exílio indica sempre a perda total da vida anterior, ou como ela mesma afirma “o exílio é sempre dolorosíssimo. Basta não poder vir ao seu país. A privação dessa possibilidade já é terrível e sobretudo não saber quando é que isso viria a ser possível. Essa privação é tremenda e muito dolorosa”³²⁴. Nesse contexto, é necessário acrescentar que a *Revolução dos Cravos* de 1974 e nos anos seguintes comportou o regresso da maioria dos exilados portugueses. A lógica do retorno é um tema de grande importância, sobretudo em relação ao papel que implementaram os expatriados na terra de origem e os refugiados no estrangeiro; muitas vezes o exílio considerava-se como a decisão mais natural de abandonar a terra de torturas e encontrar uma nova existência além das margens da própria pátria³²⁵.

³²¹ O período de exílio de Teresa Perdigão teve lugar na cidade de Grenoble entre os anos 1970-1974. Cfr. AA.VV., *Exílios: Testemunhos de exilados e desertores portugueses na Europa (1961-1974)*, 1ª ed., Lisboa, Associação de Exilados Políticos Portugueses, 2016, pp. 18-22.

³²² A. Aranha; C. Aldemar. *Memórias de exílio*. Cit., p. 216.

³²³ *Ibidem*, pp. 224-225.

³²⁴ *Ibidem*, p. 223.

³²⁵ Os que decidiam fugir nunca faziam um verdadeiro regresso e apesar do retorno físico, o exilado, entrava em conflito com os que permaneceram para combater a ditadura e a polícia política. Cfr. AA.VV. *Exílios: Testemunhos de exilados e desertores portugueses na Europa (1961-1974)*. Cit., p. 9.

Em relação à oposição no continente americano, o enorme fluxo de migrantes que fugiu para Brasil estava principalmente caracterizado por expatriados políticos (comunistas, socialistas, republicanos, monárquicos) mas também autores e intelectuais³²⁶. Uma grande parte dos portugueses exilados que chegaram no Brasil, reuniam-se em associações anti-fascistas com o apoio de políticos e jornalistas brasileiros, apesar das restrições implantadas pela ditadura militar de Getúlio Vargas³²⁷. Após o término da ditadura brasileira em 1945, a principal forma de contestação e resistência antissalazarista atou-se com a criação de jornais brasileiros constituídos por exilados portugueses; as cidades de Rio de Janeiro e São Paulo representaram o núcleo do desenvolvimento da oposição salazarista: em relação aos jornais de Rio mencionam-se *Última Hora*, *Diário Carioca*, *O jornal* e o *Diário de Notícias*, enquanto o *Estado de São Paulo*, na cidade paulista³²⁸. Além disso é de assinalar que tal oposição anti-salazarista no exílio brasileiro foi severamente condenada por parte de Salazar que, de alguma maneira, tentou obstaculizar essas ações de difamação³²⁹.

É de notar também que a oposição férrea jornalística brasileira teve uma ascensão rápida nas décadas dos 50 e 60; isso representou o crescimento da veemência na luta anti-salazarista especialmente com a formação de dois jornais de matriz anti-fascista: *Portugal Democrático* e *Portugal Livre*. Esses jornais representaram as fontes principais jornalísticas que condenaram as atrocidades salazaristas; de todo modo o papel principal de oposição foi revestido por parte do primeiro jornal mencionado,

³²⁶ Cfr. H. Paulo, “Exilados portugueses na América do Sul: republicanos e revolucionários (1926-1964)”, in: *Jornadas de trabajo: Exilios político del Cono Sur en el siglo XX*, La Plata, Universidade Nacional de La Plata, 2012, pp. 4-5

³²⁷ Getúlio Vargas, foi ditador do Brasil no período entre 1937-1945. Decretou uma legislação que proibia aos expatriados a criação e a organização de associações ou outras uniões e clubes de matriz política anti-salazarista. É de assinalar também a formação na cidade de São Paulo da Associação Brasileira dos Amigos da Democracia Portuguesa (ABADP) no fim da ditadura brasileira, em outubro de 1945. *Ibidem*, p. 4.

³²⁸ I. S. Travancas. *Portugal Democrático: Um jornal de exilados*. Cit., p. 141.

³²⁹ No caso de Brasil, uma parte da polícia brasileira estava filiada ao regime salazarista; em 1957 as manifestações que se sucederam depois da chegada do presidente da República Portuguesa da época, Craveiro Lopes, no solo da ex-colônia, levou à detenção de dois jornalistas que apoiavam a oposição dos expatriados porque suspeitados de projetar um atentado a Craveiro Lopes. Além disso em janeiro de 1961, o general Humberto Delgado conseguiu escapar a um atentado da PIDE. Cfr. H. Paulo, “O exílio português no Brasil nas décadas de cinquenta e sessenta” in: *Cadernos Ceru*, V. 23, N°2, 2002, pp. 37-38; Pereira Cunha, Adrião da, “Humberto Delgado e o seu exílio no Brasil”, in: *História, Revista da FLUP Porto*, V. 4, 2014, p. 107.

fundado por comunistas e republicanos³³⁰. A importância desse jornal reside na variedade de opositores de fações diferentes políticas (socialistas comunistas, monárquicos, republicanos) e ramos sociais (advogados, artistas, intelectuais, engenheiros) unidos numa única congregação de propaganda anti-franquista. Essencialmente mais que um jornal, poder-se-ia definir uma coalização de exilados anti-salazaristas que se elevou a núcleo de referência e de contato para todos os refugiados espalhados no Brasil; em seguida, esse jornal conseguiu instalar uma rede mundial de ligações entre exilados que moravam no estrangeiro, os quais combateram a opressão ditatorial portuguesa por quase 20 anos³³¹.

Em relação ao outro jornal, *Portugal Livre*, menciona-se o papel fundamental do general Humberto Delgado na fundação desse jornal paulista. Apesar do fato que a sua duração foi bastante breve (novembro de 1959 - março de 1961), teve uma ressonância importante com respeito a Portugal Democrático³³². Os colaboradores eram quase todos exclusivamente jornalistas e o rumo dos artigos mirava a criticar a figura de Salazar afirmando a necessidade do regresso das liberdades e das instituições democráticas³³³.

Estes dois testemunhos de resistência no exílio brasileiro representam a tenacidade e a persistência com a qual as várias figuras intelectuais, jornalísticas e literárias uniram as próprias capacidades e conhecimentos para alcançar o objetivo de apoiar a oposição antissalazarista desde as novas pátrias sem nunca deixar de realçar a imagem verdadeira do regime sangrento salazarista.

III.3 O exílio espanhol

³³⁰ *Portugal Democrático* foi criado em 1956 por parte de políticos relacionados com o Partido Comunista, Vitor de Almeida Ramos e Manuel Ferreira Mora, mas teve também o seu papel de fundador o já citado João Sarmiento Pimentel. Saía o primeiro sábado de cada mês nos primeiros anos e em seguida semanalmente. Alcançou o número de 205 edições e durou até 1975. *Ibidem*, pp. 142-143.

³³¹ *Ibidem*, pp. 144-145.

³³² Por causa de divergências de tipo político, em particular com o movimento comunista, Humberto Delgado, que antes colaborava com Portugal Democrático, influenciou alguns colaboradores desse jornal, levando Claudio Abrámo e outros jornalistas como o escritor Miguel Urbano Rodrigues a redigir e formar o novo jornal de marca democrática. Cfr. Alves, F. S. S. da. *Portugal Livre: um jornal de oposição ao Estado Novo português no Exílio brasileiro 1958-1961*. Cit., pp. 111-120.

³³³ Esse jornal fechou somente depois de dois anos por visões e ideias diferentes sobre como agir em função do futuro da nação portuguesa. *Ibidem*, p. 128.

Em relação ao exílio espanhol afirma-se que já desde o início da Guerra Civil em 1936 assiste-se a um grande fluxo de migrantes em direção da margem francesa na esperança de ser acolhidos num contexto onde as atrocidades estavam extintas para encontrar novamente a liberdade e o alívio do sofrimento da vida passada.

Analisando o caso específico da Espanha, em termos de números, tratou-se de quase 500.000 refugiados de várias condições sociais e ideológicas que empreenderam essa travessia³³⁴. Porém, na realidade francesa, encontravam-se ainda mais exilados, já que uma grande parte deles foram alojados em centros de hospitalidades que sucessivamente se tornavam em campos de trabalho forçado onde as condições de vida eram intoleráveis; mesmo alguns foram enviados aos campos de concentração nazistas em Mauthausen e outros, como o caso de Lluís Companys, o antigo presidente da Generalitat de Catalunya, foi obrigado a voltar para a Espanha³³⁵. De facto, foram tratados como escravos e humilhados pelo prejuízo francês que via esse enorme êxodo como uma ameaça à nação francesa visto que os expatriados espanhóis foram identificados como comunistas dentro dum contexto de perigo de difusão da ideologia do comunismo na Europa dos anos trinta.

Em conformidade disso, os refugiados tiveram que atuar uma resistência férrea frente a essa hostilidade brutal que, infelizmente, por muitos se transformou numa condenação à morte. Por isso, este caminho tornava-se numa tortura e as muitas famílias refugiadas que decidiam empreender essa longa viagem consideravam esse fenómeno do êxodo como um castigo social, uma punição imposta que alterou completamente a vida.

³³⁴ Também os refugiados que chegaram nos portos do Norte de África sofreram a detenção em campos de concentração, no entanto na França aproximadamente 275.000 expatriados foram divididos em cinco centros no sul do país: Argelès-sur-Mer (77.000), Saint-Cyprien (90.000), Barcarès (23.000), Arles-sur-Tech e Prats de Molló (46.000), na época do primeiro franquismo. J. M. Casas; P. C. Urquijo. *El Exilio Español (1936-1978)*. Cit., pp. 69-72.

³³⁵ O envio dos exilados catalães para o campo de Mauthausen iniciou quando o sul de França foi abaixo o regime colaboracionista de Vichy e o norte abaixo o Nazismo. Em relação ao caso do regresso forçado de Lluís Companys, foi aprisionado pela Gestapo, a polícia secreta nazista e após repatriado na Espanha. Em 1940 foi fuzilado por parte de Franco. L. D. Edles, "A Culturalist Approach to Ethnic Nationalist Movements: Symbolization and Basque and Catalan Nationalism in Spain", in: *Social Science History*, V. 23, N°3, 1999, pp. 327-329. R. Fuente, "El exilio del medio millón de españoles que jamás recuperaron a su país", in: *Público*, 14/01/2019, online. Disponível em: <https://www.publico.es/sociedad/exilio-despues-victoria-franquista-exilio-medio-millon-espanoles-jamas-recuperaron-pais.html>. Último acesso: 30/03/2021.

Nesse contexto destaca-se também o papel fundamental da mulher, em particular dentro das dinâmicas dos grupos de resistência francesa³³⁶, as mulheres constituíram, como afirmam Julio Martín Casas e Pedro Carvajal Urquijo, o “enlace en la red de información, por las montañas y fronteras, los puntos de apoyo, el suministro, la solidaridad hacia y en las cárceles, donde la sanidad de urgencia corría a nuestro cargo”³³⁷. Além do mais, as mulheres, além de representar a imagem da figura em fuga das repressões franquistas, mesmo na ação política cobriram um papel relevante; uma entre todas a já citada Dolores Ibarruri, mas também figuras como Neus Catalá, uma das fundadoras do *Partit Socialista Unificat de Catalunya* (PSUC) e Federica Montseny³³⁸, política e anarcossindacalista e antifranquista, tiveram uma função importante contra a repressão franquista, apesar do afastamento da terra de origem.

De acordo com a afirmação de Mónica Moreno Seco, se por um lado a experiência do exílio podia representar sintoma de desculturalização ou abandono num contexto alheio da própria pátria, as mulheres, que já no seu país de origem tinham um papel importante na política, não se definiram vítimas do êxodo forçado, porque se destacaram na nova realidade em relação às próprias qualidades no interesse geral de libertação da sufocação franquista³³⁹. De facto, as mulheres demonstraram tenacidade e iniciativa na construção da figura feminina como modelo de emancipação da mulher num contexto ainda predominantemente patriarcal mas mesmo de resistência moral, apesar de todos os problemas que a censura e a polícia política podia provocar.

Como atesta novamente Moreno Seco em relação à função de coesão da mulher no êxodo espanhol, “las mujeres fueron las agentes clave de la integración de sus

³³⁶ É de assinalar a presença de dois grupos de resistência espanhola no solo francês: os Maquis, um movimento de resistência e libertação nacional francesa (na Espanha as atividades desse movimento armado registam-se no norte da Espanha e nos Pirenéus) e a Agrupación de Guerrilleros de España (um movimento armado criado por comunistas espanhóis). Cfr. J. M. Casas; P. C. Urquijo, *Op. Cit.*, pp. 131-145.

³³⁷ *Ibidem*, p. 147

³³⁸ Federica Montseny, junto a Antonia Fontanillas, foi colaboradora do jornal anarcossindacalista *Solidaridad Obrera* e representou uma das principais fontes de resistência antifranquista no exílio francês. J. M. Casas; P. C. Urquijo, *Op. Cit.*, p. 147; Cfr. E. Vega, “L’esilio francese di Antonia Fontanillas, militante anarchica”, in: *Deportate, esuli, profughe (DEP)*, N° 8, 2008, pp. 38-44.

³³⁹ O empenho das mulheres resultou vital na criação de organizações que se ocupavam de apoiar os refugiados espanhóis e de toda Europa. A partir dos anos 50 as atividades promovidas por Antonia Fontanillas foram fundamentais na função de agrupar os jovens anárquicos de toda Europa, como a promoção da “Concentrazione Internazionale Giovanile Libertaria” (Concentração Internacional Juvenil Libertária). E. Vega. *L’esilio francese di Antonia Fontanillas, militante anarchica*. *Cit.*, p. 41; Cfr. M. M. Seco, “Las exiliadas, de acompañantes a protagonistas”, in: *Ayer*, N°81, 2011, pp. 271-274.

familiares en las sociedades de la recepción y a la vez de preservación de las tradiciones españolas, por medio de la lengua, la cocina, las costumbres, o los valores morales y progresistas, y de su trabajo doméstico y remunerado”.³⁴⁰

No contrário os que decidiam permanecer e combater no país tiveram que enfrentar consequências terríveis que se viraram no já citado exílio silenciado e interior³⁴¹. Por outros exilados a atitude frente às repressões frequentes era de resistência total, no caso dos escritores a palavra e a escrita eram as únicas armas utilizáveis. Contudo, a necessidade de escrever implicava recorrer a estratégias literárias e mesmo comunicar com o estrangeiro a fim de os dissidentes ativistas receberem notícias da própria pátria. Exceto as represálias da polícia política, a vida desses exilados silenciados foi principalmente solitária³⁴². Por esta razão, a condição dos exilados na Espanha franquista era pior dos expatriados no estrangeiro e pode-se afirmar que isso foi um *tríplo exílio*, porque considera-se o interior como segundo, enquanto o terceiro intervinha em que abnegavam a própria identidade de ativistas revolucionários³⁴³.

Os dissidentes que se instalaram a milhares de quilómetros da terra de origem, tinham a tarefa de expor à luz estes escritores combatentes invisíveis, ou melhor realçar a sua obra de resistência atestando não somente a experiência do *destierro*, mas também a do compatriota, o qual sacrificou a sua existência para viver escondido e ser testemunho das atrocidades da ditadura. Além disso, contar o próprio passado, durante o exílio, não se revelou um instrumento eficaz pela própria sobrevivência, já que frequentemente a nova realidade do expatriado se misturava com o passado sobrepondo elementos relacionados ao presente mas pertencentes a uma outra época ou mesmo vida. Portanto isso outorgava uma dupla existência ao exilado, porque é como se existisse uma estreita conexão entre o avivamento do passado através de sensações e recordações e a nova terra do exílio onde edifica-se uma nova existência para o refugiado; em breve o expatriado está a viver duas vidas num único lugar que se identifica no presente da sua expatriação mas que se formou das raízes do seu passado³⁴⁴. Em seguida no caso do regresso à pátria depois de décadas constatava-se que o país era totalmente diferente,

³⁴⁰ Ibidem, p. 272.

³⁴¹ Cfr. J. M. Casas; P. C. Urquijo. *El Exilio Español (1936-1978)*. Cit., p. 130.

³⁴² Ibidem, pp. 129-131.

³⁴³ Ibidem, pp. 13-14.

uma realidade alheia quase irreconhecível e impossível de associar à realidade da qual se tinha fugido ; no contrário, foi como mudar novamente a própria essência, permanecendo na condição de exilado e perdendo novamente o enlace com a origem anterior. Isso provocava uma sensação de solidão que afundava os exilados no estrangeiro no abismo da marginalização e do encarceramento interior, implicando a necessidade de recuperar o estado de pertença à pátria causado pelo abandono inicial³⁴⁵.

III.4 O exílio catalão

A grande onda de censura e repressão franquista atropelou sobretudo a região da Catalunha, a qual já desde o conflito da guerra civil espanhola mostrou uma atitude revolucionária contra o regime de Franco. O conflito interno entre 1936-1939 foi provavelmente o ápice das disputas entre os castelhanos e os catalães, que já no início do século passado combatiam para a reivindicação da autonomia e independência da própria região do território espanhol. Em particular a proibição da língua catalã, a imposição da língua castelhana em toda a Espanha e as restrições no âmbito cultural e literário “iban en consonancia con la ideologia fascista intolerante con las minorías lingüísticas”³⁴⁶ e foram os fatores principais que implicaram a fuga de dissidentes políticos, escritores, intelectuais, anárquicos, cuja maioria optou para o exílio na França³⁴⁷.

A vitória franquista efetiva nos primeiros meses de 1939 em Catalunha obrigou Juan Negrín e os seus colaboradores a tomar o rumo do exílio (para Paris) a fim de reorganizarem as instituições republicanas³⁴⁸. Além do projeto político que previa a reestruturação da República espanhola na Europa e na América Central, principalmente em México, o exílio de Negrín determinou o começo do êxodo de escritores e intelectuais catalães, mas ao mesmo tempo o apoio do presidente do governo foi

³⁴⁴ Cfr. M. Ugarte. *Literatura española en el exilio: Un estudio comparativo*. p. 26.

³⁴⁵ P. Ilie. *Literatura y exilio interior*. Cit., pp. 40-41.

³⁴⁶ M. Gòdia Franquesa, “Traducciones al catalán y exilio franquista” in: *Cadernos de Tradução*, V. 38, Nº1, 2018, p. 38.

³⁴⁷ Calcula-se que os catalães exilados foram cerca de 100.000. Cfr. R. P. C. d’Argemir, “Memoria y Retorno del Exilio Republicano Catalan”, in: *Portal*, V. 1, Nº1, 2004, p. 2.

³⁴⁸ O objetivo de Negrín era utilizar os recursos económicos republicanos para financiar todo o aparelho da República. Cfr. J. M. Casas; P. C. Urquijo. *El Exilio Español (1936-1978)*. Cit., pp. 97-99.

determinante no favorecer a expatriação de muitas figuras da cultura catalã no solo francês como o poeta catalão Carles Riba³⁴⁹.

Como atestam Óscar Fernández Poza e Juan Miguel Ribera Llopis, o exílio catalão, além de ter como destinação principal europeia a França, apontou para o rumo do continente americano; de facto, o grande fluxo de escritores escolheu metas como Estados Unidos, México, Chile, Argentina, Colómbia e Cuba³⁵⁰. Apesar do conceito do exílio representar a abordagem a uma nova terra na ótica de reestruturar a própria existência num contexto de libertação aparente, o escritor de língua catalã tinha uma grande desvantagem em relação à veiculação da cultura e literatura catalã porque presumia-se uma certa expansão dentro dum contexto onde o uso do castelhano prevalecia na maioria do continente transatlântico. Se, como atesta Fernando Larraz, a atividade editorial do exílio foi sem dúvida decisiva na configuração da identidade coletiva, onde o livro, como as revistas, representavam os instrumentos essenciais para a divulgação da cultura do país de origem³⁵¹, nesse novo contexto o mundo catalão teria podido desenvolver-se do ponto de vista linguístico, cultural e literário mas, porém, tinha que enfrentar tal problema da língua, que, em termos de publicações, impediria o desenrolamento real da indústria editorial catalã e a falta de estabilidade necessária para favorecer a propagação da língua e literatura catalã na terra do exílio³⁵².

Essencialmente como atestam novamente Fernández Poza e Ribera Llopis, esta marginalização do catalão, que se poderia definir como um exílio interior linguístico forçado, “obligaba a mantener un idioma cerrado en el autoconsumo comunicativo y a crear una infraestructura favorable a su crecimiento literario pero ajena a toda posibilidad de mercado que ayudara a su estabilidad”³⁵³.

Apesar disso, alguns autores catalães representaram um papel de importância fundamental não somente na divulgação do mundo catalão além das margens de Catalunha, mas também tiveram uma função muito importante na luta anti-franquista. O primeiro escritor, que se analisa, Joan Sales, durante o exílio em México, fundou em

³⁴⁹ A cidade francesa de Montpellier entre os anos 1939-1943 representou a nova terra do autor. Cfr. O. F. Poza; J. M. R. Llopis, “Fuentes para el estudio del exilio literario catalán en Hispanoamérica”, in: *Revista de Filología Románica*, V. 1, 2011, pp. 115-118.

³⁵⁰ *Ibidem*, p. 117.

³⁵¹ F. Larraz, *Editores y editoriales del exilio republicano español de 1939*, Sevilla, Renacimiento, 2018, p. 9.

³⁵² O. F. Poza; J. M. R. Llopis, *Op. Cit.*, p. 117.

³⁵³ *Ibidem*, p. 118.

1943 os *Quaderns de l'exili*, uma revista catalã de carácter principalmente político. Se bem que a sua duração foi breve, representou um apoio importante da resistência catalã contra a repressão ditatorial; de facto, é possível denotar a função principal que esse jornal recobria no primeiro número no setembro de 1943:

Tampoc no representem ni l'ànima ni el patriotisme nacionals, perquè entenem que la Nació està per sobre de tots nosaltres, i que la Pàtria, ens agradi o no ens, té uns límits immutables i està ancorada en l'espai geogràfic i lingüístic que la història ha fixat. Volem dir que els qui mengen el pa de l'exili - amarg segons les paraules d'un desterrat il·lustre-, no han d'oblidar que els qui restaren estan exiliats en la pròpia terra i no poden ni tansols trobar amarg un pan del qual estan privats.³⁵⁴

A criação dos *Quaderns de l'exili* representou uma tipologia de revista baseada na divulgação livre de artigos ou textos relacionados a temas políticos e literários, mas ao mesmo tempo devia-se ter conta do privilégio da ocasião de os textos escritos saírem em papel porque os escritores catalães que decidiram combater a repressão franquista, permanecendo na pátria de origem, tiveram que enfrentar não só o duplo exílio inicial, por motivos políticos e linguísticos, mas também um triplo em relação à impossibilidade de as suas obras serem publicadas. Consequentemente à fechada da revista em 1947 e ao seu regresso em Catalunha, Sales enfrentou um dos maiores conflitos com a censura franquista pela sua obra *Incerta Glòria*, cuja primeira edição remonta a 1956³⁵⁵.

³⁵⁴ A revista criada em 1943 (mensal até dezembro de 1943 e em seguida bimestral até 1947) substituiu a revista *Full Català*, ativa entre 1941-1942. A nova revista pretendia também defender a União dos Países de língua catalã e condenar as atrocidades da Guerra Civil Espanhola. “Não representamos nem a alma nem o patriotismo nacionais porque a Nação é a um nível acima de todos e a Pátria, que agrade ou não, tem uns margens imutáveis e está ancorada ao espaço geográfico e lingüístico que a história determinou. Queremos afirmar que quem come o pão do exílio, amargo de acordo com as palavras de um *desterrado* ilustre, não se deve esquecer que quem se exilou na terra de origem, nem pode encontrar um pão amargo, porque mesmo disso foi privado”. (trad. nossa), AA.VV, “Quaderns de l'exili”, in: *Biblioteca virtual Miguel de Cervantes*, 2001, online. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra/quaderns-de-exili/>. Último acesso: 24/04/2021.

³⁵⁵ P. Rigobon, “Incerta glòria di Joan Sales tra filologia, storia e traduzione”, in: *Scripta*, N°5, 2015, p. 284.

Já nos anos republicanos o poeta catalão apoiou o governo da Segunda República e, com certeza, a criação da revista anti-franquista em México indicou a sua recusa total à causa da ditadura; por isso, os problemas que enfrentou com a censura espanhola foram além do mais uma inevitabilidade. Na prefácio escrita por Juan Goytisolo, delinea-se a grandeza e a originalidade que esta obra em língua catalã simboliza quanto à temática da guerra civil:

Pese a mi conocimiento aún imperfecto del catalán, comprendí em seguida que se trataba de un gran novela, no sólo por su elaboración cuidadosa y compleja, sino también por su enfoque singular, el de la guerra civil de 1936-1939.³⁵⁶

Apesar de Joan Sales representar uma figura importante na luta contra a ditadura franquista, uma outra grande autora da literatura catalã, cuja maior produção literária teve lugar no exílio, foi Mercè Rodoreda. Antes de representar uma fonte importante no campo literário e ao mesmo tempo sofrer as tesouras da censura, já nos anos republicanos uniu-se a revistas e associações importantes catalães mostrando o seu grande empenho civil e político na ótica de “revolucionar” o estado espanhol porque “A revolução nos ajuda a ser melhores. Fizemos-na para ser melhores. Lutamos para a liberdade”.³⁵⁷

A sua experiência de exílio começa no início de 1939 quando as tropas do general Franco invadiram a Catalunha proclamando a derrota final do exército republicano. Esse acontecimento comportou a saída de muitas figuras importantes intelectuais, políticas e literárias, entre as quais a autora catalã. Do ponto de vista geográfico o seu exílio teve uma duração de mais de três décadas (1939-1973), ou seja

³⁵⁶ Juan Goytisolo representou uma figura importante em relação à publicação da obra de Sales, favorecendo a sua edição com a editora francesa Gallimard em 1956. J. Sales, *Incierta gloria*, Barcelona, Planeta, 2012, pp. 2-3.

³⁵⁷ Regista-se a sua colaboração com a revista *Clarisme* entre 1933-1934 e em seguida em 1938 com outras duas, *Meridià e Catalans*. Em seguida, nesses mesmos anos aproximou-se do *Club dels Novel·listes*; posteriormente transformou-se na *Agrupació d'Escriptors Catalans (AEC)* que reunia os maiores escritores catalães da época. No fim da década dos trinta Rodoreda alinou-se com o sindicato socialista da *Unió General de Treballadors (UGT)*. (Trad. nossa), E. Vega. “Nascita di una scrittrice. Mercè Rodoreda e l'impegno civile nella Catalogna della Seconda Repubblica”, in: E. Vega (org.), *Pensando alla Catalogna*. Cit., pp. 50-54.

quase todo o período da ditadura franquista; os seus lugares principais em que se desenrolou a sua vida de expatriada foram a França e a Suíça³⁵⁸.

A afirmação de Enric Bou, “Rodoreda, malgrado l’allontanamento fisico, riesce a creare una lingua letteraria in apparenza realista e di grande effetto simbolico”.³⁵⁹ Ao mesmo tempo o seu período de exílio implicou o reviramento da sua vida e também da sua existência de revolucionária, já que a realidade de mudar completamente cultura, língua e costumes representou para a autora sinal de grande sofrimento por causa da impossibilidade de regressar à sua pátria catalã.

Além de motivos geográficos e outros relacionados à sua posição política em favor dos republicanos, por Rodoreda foi um duplo exílio, porque, como aconteceu a muitos escritores catalães exilados, a língua catalã não teve um grande desenvolvimento na Europa e no continente americano, por essa razão a escritora teve enormes dificuldades no exprimir-se durante a sua permanência nos lugares do exílio que frequentou³⁶⁰. Contudo, não obstante o contexto de grande angústia interior, na Suíça conseguiu redigir uma das obras mais importantes da literatura catalã do exílio, ou seja *Plaça del Diamant* (1962), publicada com a editora *Club dels Novel·listes*, cujo fundador foi Joan Sales em 1955. Com a redação dessa obra Rodoreda consegue fazer coexistir realidade e imaginação através da ficção e o uso da alegoria e da alusão³⁶¹. Entretanto essa estratégia permite-lhe alcançar a liberdade de expressão sobre temáticas políticas, de reivindicação social e nacionalista dentro do contexto dos anos republicanos e da Guerra Civil, eludindo a censura e a repressão que, até aquele momento, lhe tinham impedido a coroação de um rol importante na literatura contemporânea. De facto, a representação da liberdade de palavra no livro aparece em alguns pontos através do rol implementado pela protagonista *Colometa*, cuja vida e função é de ser testemunho daquela época de mudanças radicais políticas:

³⁵⁸ O seu exílio francês desenrolou-se nas cidades de Limoges, Bordéus, Paris e mesmo no sul da França, na pequena aldeia de Roissy-en-Brie. E. Bou, “Mercé Rodoreda: Narratrice della città”, in: E. Vega (org.), *Pensando alla Catalogna*. Cit., p. 58; I. D’Este, *Una revolución bajo el nombre Natalia Estudio sobre la evolución política y social de las mujeres españolas durante el franquismo en la obra de Mercé Rodoreda y Montserrat Roig*, Dissertação de Mestrado, Venezia, Università Ca’ Foscari, 2017, p. 30.

³⁵⁹ Antes da sua publicação em 1962, a novela catalã, dois anos antes, participou ao prémio *Sant Jordi* em 1960 com o título *Colometa*. E. Bou, “Mercé Rodoreda: Narratrice della città”, in E. Vega (org.), *Pensando alla Catalogna*. Cit., pp. 58-59.

³⁶⁰ I. D’Este, *Op. Cit.* pp. 34-35.

Assim tudo funcionava, com problemas pequenos, até a vinda da República e Quimet exaltou-se gritando e andando pelas ruas agitando a bandeira que nunca conseguiu entender onde é que a encontrou. Quer Cintet e quer Quimet continuavam a falar dos grupos de ação revolucionária, e que tinham que voltar a ser militares porque todo isso era necessário.³⁶²

Estas alusões a temas políticos indicam uma certa resolução no apoio à resistência espanhola-catalã ao Franquismo; entretanto, como atesta Emilie Bergmann, “Rodoreda's novels illustrate the evolution of this strategy of transgression as a response to geographic displacement”³⁶³. Uma atitude de transgressão que se identifica não somente na demonstração da sua oposição à repressão e ao genocídio literário que se assistiu naquela época, mas também na sua forma de atestação da liberdade de palavra que o exílio outorga.

Um outro elemento importante relevante na narrativa de Mercè Rodoreda é a presença da cidade de Barcelona como fundo da novela e como imagem que a escritora utiliza para a identificar como o emblema da resistência republicana.

Enric Bou afirma novamente:

A cidade – Barcelona- transforma-se numa personagem mais que no mesmo romance, não é só o fundo geográfico ou o cenário local. A cidade, lugar de existência, transforma-se numa extensão física; os elementos dos bairros Sant Gervasi e Gràcia tais como a incorporação de experiências urbanas reais, convertem-se numa alegoria para exprimir situações de exílio e alienação.³⁶⁴

Através da narração dos elementos da cidade, o uso da alegoria em relação aos acontecimentos políticos e de guerra e mesmo à prisão línguística no seu exílio europeu, configura-se o processo de transposição física que Rodoreda atua por meio da

³⁶¹ E. Bou, *Op. Cit.* pp. 64-65.

³⁶² (Trad. nossa), M. Rodoreda, *La piazza del diamante*, 1ª ed., Roma, BEAT, 2012, pp. 66-102.

³⁶³ E. Bergmann, “Flowers at the North Pole: Mercè Rodoreda and the Female Imagination in Exile”, in: *Catalan Review*, V. 2, N°2, 1987, p. 84.

³⁶⁴ (Trad. nossa), E. Bou, “Mercè Rodoreda: Narratrice della città”, in: E. Vega (org.), *Pensando alla Catalogna*. Cit. pp. 62-65.

personagem principal de *Colometa* para transmitir de maneira detalhada a sua condição de expatriada e condenar o sistema brutal patriarcal ainda em vigor visível nas linhas da autora através da relação entre a protagonista com o marido, *Quimet*:

Quimet disse que, padrinho ou não, ele seria o que vai escolher o nome do seu filho ou filha. Cada semana queria que lhe passava o ferro às calças. Nunca tinha passado e a primeira vez não sabia onde começar.³⁶⁵

A visão espanhola em relação ao papel da mulher na sociedade da época impedia uma realização efetiva da própria aspiração de ser livre, uma concepção que Rodoreda quebra num processo que corresponderia à emancipação quer das personagens fictícias e quer da autora mesma, como sublinha novamente Emilie Bergmann:

The freedom to create masks and monsters of any form or gender is exercised differently by women, for whom gender is a greater limitation in everyday life. The metamorphoses in Rodoreda's short stories are a liberation of word and desire into material form, an imaginative transgression of boundaries as immutable and everyday as the confines of gender and geography.³⁶⁶

Bergmann refere-se em particular à metamorfose de Rodoreda nos seus trabalhos literários consequentes à *Plaça del Diamant*, que se denota num texto *a Salamandra*, presente na coleção de contos *A meva Cristina e altres contos*, publicado em 1967³⁶⁷. A salamandra representa não só a figura do expatriado camuflado na realidade do exílio mas mesmo a condição de alienação da personagem que se identifica com a mutação da mesma autora: “no sabia si encara era persona o si només era una bestiola, o si era mig persona i mig bestiola”³⁶⁸. Porém, apesar da autora enfrentar muitas adversidades na sua

³⁶⁵ (Trad. nossa), M. Rodoreda. *La piazza del diamante*. Cit., p. 55.

³⁶⁶ E. Bergmann. *Flowers at the North Pole: Mercè Rodoreda and the Female Imagination in Exile*. Cit., p. 90.

³⁶⁷ Cfr. M. Rodoreda, *La meva Cristina i altres contes*, Barcelona, Edicions 62, 1991, pp. 76-84.

³⁶⁸ “Não sabia se eu representava uma pessoa ou se apenas um bicho, ou se era por metade pessoa e metade bicho”. (Trad. nossa), *Ibidem*, p. 81.

permanência no estrangeiro, como a impossibilidade de produzir literatura durante os primeiros anos do exílio, a condição de pobreza e a isolamento que abrangeu toda a sua existência de expatriada teve uma viragem no seu breve período de regresso em Barcelona em 1948³⁶⁹. A partir desse ano o desejo de voltar à literatura alterou totalmente a vida de sofrimento existencial, iniciando o processo de busca da identidade catalã perdida que Mercè Rodoreda conseguiu retomar com a composição de *Plaça del Diamant*, uma forma de expressão livre e alegórica de resistência e emancipação feminina em detrimento da crueldade da censura, da repressão e da vida paralela do exílio.

III.5 Portugal e Espanha: convergências e divergências pré-ditaduras

Desde sempre as duas componentes da península ibérica, Espanha e Portugal, tiveram uma relação muito estreita, mas sobretudo no curso do século passado assiste-se a subversões diferentes no âmbito político, económico, cultural e social. Antes de ilustrar as mais importantes diferenças e analogias entre a ditadura salazarista e a franquista, é importante sublinhar que a preparação à ascensão, em ambos os estados, desses dois períodos violentos foi condicionada especialmente pela formação de grupos de oposição diferentes que caracterizaram o surgir de um clima de luta contínua, que comportou: a deterioração das instituições republicanas, pelo lado português, e do governo democrático, pelo lado espanhol. Em relação a tal período, que aproximadamente está delimitado entre as primeiras duas décadas do século XX, assiste-se à formação de conflitualidades sociais e territoriais, uma questão importante de divergência entre Espanha e Portugal. Se, quanto concerne ao lado português, as razões de conflito internas ao país eram especificamente relacionadas com os protestos da população portuguesa contra a pobreza interna e a inaptidão do PRP, em relação ao lado espanhol é de assinalar as divergências fortes entre o governo e o separatismo das regiões

³⁶⁹ Nos primeiros anos de 1940, especialmente por causa da eclosão da Segunda Guerra Mundial, durante o exílio francês a autora catalã teve que fugir das represálias franquistas e nazistas. Ademais voltou a Barcelona para participar aos *Jocs Florals* de 1948. Cfr. E. Bou, “Mercè Rodoreda: Narratrice della città”, in E. Vega (org.), *Pensando alla Catalogna*. Cit. p. 59.

industrializadas de Catalunha e Países Bascos³⁷⁰. Além do mais, o evento da *Semana Trágica* em Barcelona em 1909, foi a causa principal da rutura grave nas relações entre Espanha e a região catalã e, ao mesmo tempo, deu início à repressão violenta das manifestações e protestos populares efetuada pelo exército espanhol, alimentando os impulsos separatistas e nacionalistas.

O evento da Primeira Guerra Mundial em 1914 foi um banco de ensaio por ambos os países. As respetivas decisões quanto à participação ao conflito, refletiram o quadro completo de uma situação grave da península ibérica: se por um lado Portugal decidiu entrar no conflito ao lado dos aliados, tomando parte às dinâmicas de guerra na Bélgica, a Espanha, pelo contrário, decidiu optar para a solução da neutralidade³⁷¹.

O resultado final nesse âmbito internacional revelou-se um fracasso total: a Primeira República Portuguesa, como afirma o historiador Rui Ramos, tinha como objetivo “o projeto de inverter o processo de suposta ‘decadência’ do país desde o século XVI, fazendo os portugueses constituir-se num corpo colectivo com uma vontade única e mais uma vez consciente”³⁷²; mas a realização da renascença portuguesa na ótica de um processo de modernização do país, não respeitou os pressupostos de renovação de uma sociedade ainda atrasada. Pelo lado espanhol a década dos anos dez e início dos vinte, depois da declaração de neutralidade, houve repercussões importantes em âmbito político. A decisão de não entrar nas dinâmicas do conflito europeu desencadeou uma série de debates entre as várias fações políticas, incluindo mesmo as posições de intelectuais da época³⁷³.

Porém, nesse contexto, um dos fatores comuns em ambos os países, em termos de política exterior, o qual implicou a acentuação da crise das instituições democrático-republicanas, foi representado das veleidades imperialísticas para a obtenção das colónias africanas, um projeto imperialista do *PRP* português e do líder do partido

³⁷⁰ Cfr. Cortázar García, Fernando de; J. M. G. Vesga. *Storia della Spagna: dalle origini al ritorno della democrazia*. Cit., p. 420.

³⁷¹ A Espanha, nessa época, teve que enfrentar uma grave crise interna no âmbito político e económico; mas, além do mais, estava a combater na frente norte-africana para obter o protetorado de Marrocos (com a ajuda da França), enviando quase 65.000 militares na região de Oran entre o biénio 1912-1913. *Ibidem*, p. 429.

³⁷² R. Ramos (org.); B. Vasconcelos e Sousa; N. G. Monteiro. *História de Portugal*. Cit., p. 581.

³⁷³ Nesse mesmo período, para atenuar os impulsos nacionalistas catalães, o governo espanhol conseguiu outorgar a formação da *Mancomunitat de Catalunya* em 1914, o primeiro órgão de governo autónomo em Catalunha que teve como língua principal o catalão. Foi dirigido da *Lliga Regionalista* até 1924. J. G.

conservador espanhol, António Maura, que não somente implicou um desperdício importante de forças militares mas mesmo o esgotamento do património financeiro³⁷⁴.

De facto, a situação de degradação do sistema político ibérico, a pobreza das massas populares, os impulsos nacionalistas catalães e bascos e as tentativas inúteis de sanear a crise em âmbito económico e financeiro conduziram à necessidade de instaurar uma outra tipologia de instituição governamental para restabelecerem a ordem e a autoridade do estado. A abordagem a esta nova experiência de governo, identifica-se no regime ditatorial como solução provisória para permitirem a renovação e a reorganização da democracia no território da península ibérica.

O início dos anos vinte coincidiu com a realização de mudanças radicais dentro dos governos ibéricos e é possível afirmar uma certa convergência do ponto de vista político: quanto concerne às dinâmicas governamentais espanholas, a primeira alteração de forma autoritária teve lugar em 1923 com o estabelecimento do regime ditatorial de Miguel Primo de Rivera, o qual aproveitou da crise espanhola do pós guerra para instalar-se no topo do governo espanhol³⁷⁵. Pelo outro lado da península ibérica, em Portugal a nova alteração política de matriz autoritário-ditatorial ocorreu no dia 28 de maio de 1926³⁷⁶.

Essas mudanças na política e nas instituições governamentais ibéricas tinham que representar não só o estabelecimento de uma nova forma de governo baseada no regeneracionismo autoritário mas mesmo a solução necessária na perspetiva de modernizar os dois países.

Além disso, é possível encontrar algumas analogias entre essas experiências ditatoriais dos anos vinte: os fatores principais comuns correspondem com a

Mateu, “El català, llengua de govern: la política lingüística de la mancomunitat de Catalunya (1914-1924)”, in: *Revista de llengua i dret*, N°64, 2015, p. 88.

³⁷⁴ Além das despesas públicas da Espanha, Portugal, por causa dos financiamentos de abastecimentos militares nas colónias, teve que enfrentar um período de grave carestia com a redução das importações de produtos agrícolas como o trigo no biénio 1916-1918, influenciando na estabilidade do governo republicano. Cfr. Cortázar García, Fernando de; J. M. G. Vesga. *Storia della Spagna: dalle origini al ritorno della democrazia*. Cit., p. 429; Cfr. Oliveira Marques, A. H. de. *História de Portugal*. Cit., pp. 295-313.

³⁷⁵ No momento do golpe de estado, no dia 13 de setembro de 1923, Primo de Rivera recobria o cargo de capitão general da Catalunha. Cortázar García, Fernando de; J. M. G. Vesga. *Storia della Spagna: dalle origini al ritorno della democrazia*. Cit., p. 439; Cfr. M. A. G. Martínez, “La representación política en España durante la dictadura de Primo de Rivera”, in: *Estudios históricos*, V. 31, N°64, 2018, p. 133.

³⁷⁶ Inicialmente o golpe de estado foi efetuado pelo General Gomes da Costa mas a sua inaptidão em âmbito político comportou uma outra alteração no topo do governo português com a eleição a novo ditador de Portugal do general Óscar Carmona. Cfr. Oliveira Marques, A. H. de. *História de Portugal*. Cit., p. 363.

recuperação da autoridade do estado e o carácter provisório militar dessa nova tipologia de governo, mas, entretanto, após a implantação da estrutura ditatorial, não comportaram uma mudança radical no país; isso causou o aumento exponencial o fermento social interno e mesmo acentuou a matriz violenta-repressiva da ditadura contra o dissenso popular. Em particular regista-se o caso da supressão do governo da *Mancomunitat de Catalunya* em 1925 na Espanha e em Portugal ocorreu o *Revirvalho* em 1927³⁷⁷. Estes episódios de violências que se sucederam durante essa década condicionaram a estabilidade de ambas as ditaduras militares, realçando a imagem de fraqueza de tal configuração governamental, mas somente no caso espanhol determinou a sua deterioração rápida.

Os movimentos sociais ibéricos desse período apontavam principalmente ao regresso das instituições democrático-republicanas, mas no começo dos anos trinta os projetos políticos de Espanha e Portugal para resolverem os conflitos internos tomaram uma direção diferente: a Espanha, depois da queda da ditadura em 1930, optou para um regresso à democracia com a instituição da Segunda República em 1931, entretanto em Portugal, como afirma o historiador Oliveira Marques, contrariamente a o que ocorreu em Espanha, o processo de consolidação do poder ditatorial levou à instauração do Estado Novo português por parte de António de Oliveira Salazar em 1933³⁷⁸.

Nessa época a diferença substancial dos governos espanhol e português acrescentou o clima de conflitos na península ibérica porque, sem dúvida, criou-se um abismo enorme entre a República Espanhola e a ditadura autoritária portuguesa.

De acordo com a afirmação de Alberto Pena Rodríguez, a implantação de uma instituição republicana representou não somente a degradação das relações luso-

³⁷⁷ A abolição do governo autónomo catalão e da interdição de difusão da língua catalã na Espanha, significou a rutura total das relações com a Catalunha, alimentando os ressentimentos nacionalistas e separatistas. Por outro lado, em Portugal, na semana entre nos dias 3-9 de fevereiro de 1927, nas cidades de Lisboa e Porto, uma parte do exército português e outros manifestantes que apoiavam a República tentaram implementar uma revolta contra o governo militar que, em breve tempo, foi reprimida de maneira violenta causando dezenas de feridos e falecidos. Mas mesmo nos anos seguintes ocorreram outros episódios de rebelião reprimidos da ditadura (no julho de 1928, em 1930 e no abril de 1931 em Madeira). Cfr. F. T. Pimenta. *Storia politica del Portogallo contemporaneo*. Cit., pp. 88-93.

³⁷⁸ Além disso a formação da União Nacional, o partido pessoal de Salazar foi fundamental na aquisição de prestígio político reunindo todas as fações políticas apoiantes desse novo desenvolvimento governamental, como monárquicos, a direita nacionalista e o exército dentro desse projeto de um estado forte e unido. Ademais conseguiu alcançar o suporte da Igreja Católica, visto que nos anos precedentes Salazar fez parte do *Centro Académico da Democracia Cristã* (CADC) e foi deputado do *Centro Católico Português* (CCP). Cfr. Oliveira Marques, A. H. de. *História de Portugal*. Cfr. Cit., 370-373; F. T. Pimenta. *Storia politica del Portogallo contemporaneo*. Cit., pp. 89-90.

espanholas mas, ao mesmo tempo, podia alimentar a oposição ao regime republicana ao salazarismo em Portugal³⁷⁹. Por esta razão, a campanha de Imprensa e Propaganda que se brotou naquela época apontava para difamar as instituições republicanas e mesmo para evitar danificações ao regime salazarista³⁸⁰.

Porém foi com as eleições populares de 1936 na Espanha que o conflito com a República Espanhola exacerbou uma vez mais as relações entre os dois países; a vitória da *Frente Popular* desencadeou ainda mais a indignação de Salazar que, através da Imprensa³⁸¹, tentava novamente destruir a reputação da Segunda República favorecendo a insurreição militar franquista no território espanhol com o envio de centenas de voluntários portugueses, os quais combateram a Guerra Civil Espanhola junto à parte do exército encabeçado pelo general Franco³⁸².

A obtenção da vitória franquista permitiu de consolidar a estabilidade do regime salazarista, mas entretanto fortalecer a aliança ibérica que se tinha gerado com o recém-formado regime franquista.

III.6 Salazarismo e Franquismo: analogias e diferenças

A figura do chefe de estado no sistema político salazarista e franquista representou uma fonte de coesão para essas experiências de carácter autoritário, mas é possível indicar uma grande diferença em relação à estrutura desses dois regimes: no lado português, o carácter autoritário-corporativo do regime salazarista oculta a parte presidencialista de Portugal; ou seja que a República portuguesa nunca colapsou de maneira definitiva durante todo o período ditatorial e como afirma Tavares Pimenta, “foi mais um poder

³⁷⁹ Cfr. A. P. Rodríguez, *Salazar y Franco: La alianza del fascismo ibérico contra la España republicana: diplomacia, prensa y propaganda*, Gijón, Trea, 2017, p. 33.

³⁸⁰ A propaganda salazarista antirrepublicana foi fortemente alimentada não somente da Imprensa portuguesa através de jornais como *A Voz*, *Diário da Manhã*, *O século* mas mesmo de diários espanhóis como *Abc*, *La Nación*, e *El Debate*. Ibidem, p. 33.

³⁸¹ Desde 1936, além dos já citados jornais portugueses, adicionaram-se como diários antirrepublicanos o *Diário de Notícias*, o *Diário de Lisboa* e mesmo a *Rádio Clube Português* teve um papel importante na transmissão de fatos e eventos não realmente acontecidos ao exército opositor dos franquistas. Cfr. A. P. Rodríguez, *Op. Cit.*, p. 35; Cfr. Oliveira Marques, A. H. de. *História de Portugal*. Cit., p. 378.

³⁸² Aproximadamente 8.000 soldados portugueses participaram à Guerra Civil Espanhola. A. P. Rodríguez, “Salazar y Franco en el panorama internacional: estrategia diplomática y propaganda (1936-1945)”, in: *Espacio, Tiempo y forma*, N°32, 2013, p. 26.

nominal que real”³⁸³. Dessa forma o carácter presidencialista do regime salazarista representava uma máscara democrática que na verdade nunca teve um papel ativo nas decisões em âmbito político, já que o governo estava formado só por Salazar e a sua ditadura de governo³⁸⁴. Em vez de, na realidade franquista o ditador Franco representou a mesma figura do chefe de governo e presidente do país, porque a ideia principal era extirpar a Segunda República, as suas instituições e as figuras representativas do poder e deixar espaço ao governo de uma única figura.

Como afirma Stanley Payne os fatores de construção da estabilidade da estrutura governamental espanhola correspondem com as bases sobre as quais não só o regime fascista italiano consolidou o poder do estado mas mesmo o Estado Novo português³⁸⁵. O paralelismo entre estas ditaduras da península ibérica pode-se englobar em alguns pontos cruciais: primeiramente a figura do ditador como novo chefe do estado e do governo, em seguida a matriz de carácter autoritário-corporativo, a intervenção estatal em âmbito económico e também o saluto fascista³⁸⁶. Quanto às influências exteriores salienta-se a ideologia nazista e fascista como implantação fundamental na realização do carácter autoritário e das violências dos aparelhos restritivos de ambas as ditaduras.

Além disso, a aplicação do método da censura e da repressão violenta foi um fator de consolidação do poder que permitiu ao Salazarismo e ao Franquismo de obter o controlo dos meios de informação e das nomeadas “ameaças ao regime”³⁸⁷. O conceito e o método de aplicação de tal aparelho resulta ser o mesmo em ambos os países: de acordo com a afirmação de Cândido de Azevedo a censura não só se apresenta como o meio principal de destruição da cultura subversiva mas mesmo “como veículo de coacção administrativa, de constrangimento económico, e portanto também de intimidação intelectual, e como componente do aparelho político-ideológico do

³⁸³ (trad. nossa), F. T. Pimenta. *Storia politica del Portogallo contemporaneo*. Cit., p. 101.

³⁸⁴ *Ibidem*, p. 102.

³⁸⁵ Cfr. S. G. Payne. *El fascismo*. Cit., p. 200.

³⁸⁶ Em particular o saluto fascista foi utilizado da União Nacional de Salazar e da Legião Portuguesa, uma organização paramilitar criada em 1936 que apoiou a PIDE nas repressões violentas dos dissidentes. Cfr. S. G. Payne. *El fascismo*. Cit., p. 201; Cfr. Oliveira Marques, A. H. de. *História de Portugal*. Cit., p. 387.

³⁸⁷ Quanto à criação efetiva do órgão da censura (à Imprensa) em Portugal, remonta ao primeiro período ditatorial (o dia 22 de junho de 1926), enquanto na Espanha a *Delegación del Estado para Prensa y Propaganda* foi criada no dia 29 de maio de 1937. Blas, J. A. de. “La censura de libros durante la Guerra Civil Española”, in E. R. Bautista (org.), *Tiempo de censura: la represión editorial durante el franquismo*. Cit., p. 23; M. Baiôa, “A censura como factor de formação e consolidação do Salazarismo”,

regime”.³⁸⁸ A função de reprimir o dissenso, distorcer a informação, criar um novo tipo de notícia relacionada de maneira muito estreita à exaltação do ditador e do regime ditatorial, foi o instrumento necessário pela prorrogação dessa tipologia de estrutura governamental. Ademais, nesse contexto surge um outro fator comum ligado ao papel implementado pela Igreja Católica em relação à coesão da opinião pública: quanto ao estado português, como afirma Heloísa Paulo, desde a implantação do regime de Salazar, “Do pensamento católico, ficou na ideologia do Estado Novo a força do nacionalismo como elemento aglutinador dos interesses sociais, na qual a moral se sobrepõe ao jogo político e à importância da acção educativa e missionária da Igreja e dos princípios cristãos para a edificação da cidadania”.³⁸⁹ Entretanto na Espanha de Franco as instituições católicas não só representavam a sorte do país mas também “a riqueza e a grandeza do país, que desde sempre, tinham coincidido com a união entre o espírito e a nação e a expansão económica e territorial da Espanha alcançou-se depois da ampliação da fé”.³⁹⁰

Portanto a Igreja foi igualmente um fator importante de coesão popular em ambos os países e ao mesmo tempo uma fonte real capaz de acalmar os tumultos sociais e os que desconfiavam da implantação da ditadura e dos seus métodos repressivos.

Voltando para a questão do aparelho da censura, é de acrescentar uma diferença importante em termos de dinâmicas de alteração e supressão de livros por parte dos censores: se o conceito inicial remonta à ideia de oprimir, “silenciar, ocultar, esbater críticas e manifestações de liberdade de expressão”³⁹¹, a importância fundamental é assegurar a incolumidade do regime ditatorial. Em Portugal, como afirma Roberto Francavilla, em relação à negligência jurídica, moral e profissional, a veemência da censura dos primeiros anos do Salazarismo, entre 1936-1939, representou uma falta quase total de episódios de tumultos ou dissidências no âmbito editorial, por esta razão nos anos seguintes os censores, representados principalmente por figuras académicas, foram alterados com outras militares que não tinham nenhuma preparação no campo

in F. Martins (org.), *A formação e a consolidação política do Salazarismo e do Franquismo*, Évora, Cidehus, 2012, p. 161.

³⁸⁸ Azevedo, Cândido de. *A censura de Salazar e Marcelo Caetano: Imprensa, teatro, cinema, televisão, radiodifusão, livro*. Cit., p. 65.

³⁸⁹ Ibidem, pp. 36-37.

³⁹⁰ (trad. nossa), L. Casali. “Il fascismo di tipo spagnolo”, in L. Casali (org.), *Per una definizione della dittatura franchista*. Cit., p. 15.

³⁹¹ Azevedo, Cândido de, *Op. Cit.*, p. 65.

literário-editorial, outorgando um significado de indiferença e falta de importância à cultura e à literatura portuguesa³⁹².

Em relação a isso, é de assinalar que esse mesmo processo de mudança dos censores, da figura académica à militar, ocorreu no período de maior repressão e menor alteração ou supressão, uma tática que visava a mostrar o absoluto controlo do regime franquista quanto aos materiais subversivos. Além disso durante o período do primeiro franquismo foi instituído um processo simples mas eficaz que consistia, e obrigava, autores e editores a entregar cinco cópias do livro que obrigatoriamente tinham que receber a autorização dos censores antes de serem publicadas porque deviam necessariamente ser alteradas para mostrarem as marcas da censura³⁹³.

Nesse contexto os mesmos censores espanhóis estavam pressionados por parte dos altos cargos do governo a utilizarem o *lapis rojo*; a continuação disso, o censor português, no ato de alterar ou suprimir usava o apelidado *lápiz azul*.

Uma outra comparação evidente entre Espanha e Portugal instalou-se após “o tratado de não agressão e amizade” que constituiu o início da aliança ibérica³⁹⁴. A eclosão do segundo conflito mundial empurrou Espanha e Portugal a manter uma atitude neutral durante toda a guerra e a prosseguir com a expansão dos projetos políticos imperialistas nas colónias africanas. Quanto concerne ao lado espanhol, Franco continuou o processo de aquisição da colónia de Marrocos, que já na década anterior representou um dos objetivos principais da política exterior de Primo de Rivera e também controlar o litoral guineano no oeste da África³⁹⁵.

De acordo com a afirmação de Luciano Casali:

O império era um fato não uma ideia simples. Para o ‘caudillo’ era necessário exaltar a opinião pública, apesar das condições económicas

³⁹² Cfr. R. Francavilla. “Immorale, indecoroso, pornografico”: Censura e propaganda nel Portogallo di Salazar”, in: L. Villa; S. Verdino (org.), *Censura e Scrittura. Percorsi dall’800 a oggi*. Cit., pp. 124-125.

³⁹³ Na maioria dos casos os censores, o instrumento através da qual o regime exercia o seu poder, tinham uma pressão enorme por parte do governo de Franco, tanto que muitas vezes a censura aplicava-se mesmo em ausência de ameaças. Cfr. J. C. Detrell. *La censura después dels censors: algunes reflexions sobre aspectes no resolts de l’herència cultural del franquisme*. Cit., pp. 33-40.

³⁹⁴ Esse tratado de não beligerância entre os dois países firmado em 1939 foi um acordo preventivo antes da criação efetiva do nomeado *Bloco Ibérico* de 1942, que decretou uma colaboração estreita entre Espanha e Portugal tentando limitar o controlo inglês no solo português. Oliveira Marques, A. H. de, *Op. Cit.*, p. 378.

internas terríveis e, além do mais, essas aventuras heróicas na guerra tinham que esquecer a fome e a pobreza.³⁹⁶

Em relação a Portugal, a política de nacionalização das colónias, já iniciada antes do começo da Segunda Guerra Mundial, previa a exploração da mão de obra local e a supervisão estatal em âmbito económico, uma estratégia de política exterior que deveria permitir a criação de um único império mas que, na sua realização final, exacerbou os ressentimentos dos colonos brancos³⁹⁷.

Por esta razão, os anos do segundo conflito mundial tinham que dar a ocasião às duas componentes da península ibérica de fortalecer as relações com as potências europeias, principalmente a Alemanha de Hitler e a Itália de Mussolini, para obterem o apoio e os abastecimentos militares necessários alcançando o domínio das colónias além do Mar Mediterrâneo.

Permanecendo nesse contexto, é importante sublinhar que, como atesta Rosa Pardo Sanz, as dinâmicas de cooperação que Salazar e Franco estabeleceram com as potências europeias e mesmo com os Estados Unidos apontavam para o reconhecimento territorial internacional da península ibérica, mas, mesmo, um apoio importante na consolidação da hegemonia das posses coloniais³⁹⁸. Porém, nesse mesmo período, depois da derrota nazista-fascista, quer na Espanha e quer em Portugal, surgiram novamente críticas e denúncias aos regimes ditatoriais relacionadas aos métodos utilizados para reprimir o dissenso. Especialmente na Espanha, no fim dos anos quarenta, reavivaram-se os conflitos com as regiões separatistas da Catalunha e Países Bascos³⁹⁹.

³⁹⁵ Cfr. L. Casali. “Il fascismo di tipo spagnolo”, in L. Casali (a cura di.), *Per una definizione della dittatura franchista*. Cit., p. 17.

³⁹⁶ (trad. nossa), *Ibidem*, p. 18.

³⁹⁷ Cfr. F. T. Pimenta. *Storia politica del Portogallo Contemporaneo*. Cit., p. 103.

³⁹⁸ Nesse período finalizaram-se alguns importantes acordos com os Estados Unidos: no lado português regista-se a concessão dos Açores como base militar e aérea para obterem o apoio americano necessário com as colónias africanas, no lado espanhol em 1953 concluiu-se um acordo importante do ponto de vista económico. Cfr. R. P. Sanz, “Salazarismo y franquismo (1945-1955): sobrevivir en Occidente”, in: *Espacio, tiempo y forma*, N°25, 2013, pp. 84-87.

³⁹⁹ Além disso em 1956 o governo de Franco foi obrigado a aumentar os salários de 30% (uma medida similar foi outorgada aos trabalhadores no mesmo período por parte do governo salazarista) para tentar limitar a veemência das revoltas populares que a polícia política, a custo, conseguia conter. Cfr. C. Molinero; P. Ysàs. “La conflittualità sociale in Spagna durante il Franchismo”, in: L. Casali (a cura di.), *Per una definizione della dittatura franchista*. Cit., pp. 112-119.

Quanto ao pós guerra português, é de assinalar o aumento da repressão dos dissidentes, que, depois da caída fascista e nazista, auspicavam mesmo à queda do regime salazarista. Mesmo em âmbito político a situação tornou-se bastante tumultuosa; às eleições de 1949 Norton de Matos, ex governador-general das colónias dos anos dez da Angola, guiou o debate contra os crimes da ditadura “apontando os males da repressão e da censura permanentes e anunciou a sua intenção de restaurar um regime democrático se fosse eleito Presidente”.⁴⁰⁰ Porém o momento mais crítico da estabilidade governamental salazarista ocorreu durante a década dos cinquenta com as eleições de 1958 em que a oposição ao regime levada a frente pelo general Humberto Delgado queria dar a viragem à opressão e às violências do ditador português⁴⁰¹.

A década dos sessenta representou o declive dos regimes ditatoriais ibéricos, embora os países encontravam-se em situações diferentes de conflito: do ponto de vista colonial a Espanha teve que outorgar a independência aos Marrocos em 1956, de facto perdendo a única posse colonial depois do *desastre de 1898*; entretanto Salazar iniciou uma guerra violenta e sangrenta para bloquear as revoltas colonias, a partir da Angola, em 1961. Portanto se por um lado, Portugal, apesar de ser atormentado das dinâmicas políticas internas já mencionadas, queria manter a todo custo a integridade do império colonial do Ultramar, enquanto a Espanha tinha iniciado uma “transición a la democracia”, já no fim dos anos cinquenta⁴⁰².

É possível afirmar que o processo de decadência ditatorial ibérico teve uma importante viragem em 1966: em relação a Portugal, o país estava a combater a guerra colonial nas três frentes africanas do Ultramar; o guineano (contra o PAIGC), o moçambicano (contra a FRELIMO), o angolano (contra o MPLA) e, nesse contexto, exacerbaram-se as violências da PIDE em detrimento dos colonos africanos⁴⁰³. Ao mesmo tempo Salazar em Portugal organizou uma cerimónia de comemoração para as vítimas militares da guerra na África que, como atesta João Céu e Silva, representou a celebração da campanha de violência contra os movimentos revolucionários africanos e

⁴⁰⁰ Oliveira Marques, A. H. de. *História de Portugal*. Cit., p. 389.

⁴⁰¹ *Ibidem*, pp. 396-397

⁴⁰² Cfr. La Torre Gómez, H de; J. C. Jiménez Redondo, *Historia de una diferencia: Portugal y España*, Madrid, Silex, 2019, pp. 296-297.

⁴⁰³ *Ibidem*, pp. 287-296.

“a eternização do Salazarismo, da censura, do exílio e da guerra colonial”.⁴⁰⁴ O que se deduz dessa ação é a vontade de o império colonial permanecer, mesmo caso de o Salazarismo cair, uma necessidade de importância vital que reflete a visão unívoca imperialista que caracterizou e mergulhou no abismo colonial um inteiro país por quase todo o século passado.

Quanto à Espanha esse mesmo ano coincidiu com a promulgação da *Ley de Prensa* que sancionou a supressão da censura prévia, “una necesidad ineludible de tener en cuenta a la opinión pública, para una correcta ordenación de la convivencia social y política”⁴⁰⁵. Isto significou o começo de um período de atenuação da censura linguística (relacionada à Catalunha e Países Bascos), editorial, e jornalística mas o aumento progressivo das lutas e greves operárias e estudantis. Por isso se deduz que, apesar dessa lei evidenciar a necessidade de restaurar a liberdade, não representou uma solução permanente porque agravou as conflitualidades sociais internas e mesmo não conseguiu atenuar totalmente o poder repressivo do regime franquista.

No fim dos anos sessenta-início dos setenta, o período de agravamento dos conflitos internos ibéricos coincidiu com a queda das duas ditaduras, cujo clima de desordem teve uma ascensão rápida devida principalmente a uma razão fundamental relacionada com o enfraquecimento do poder central implantado das figuras ditatoriais de Salazar e Franco. Em Portugal, o novo governo de Marcelo Caetano que substituiu Salazar no setembro de 1968, podia representar “la esperanza de un cambio moderado y progresivo, de una renovación en la continuidad”⁴⁰⁶ e uma redução drástica da violência da repressão. Além disso, uma medida entre todas foi a limitação do poder da PIDE que passou a ser nomeada *Direção Geral de Segurança* (DGS) a partir de 1969 e mesmo o aparelho da censura foi em parte limitado; entretanto a política do novo presidente do governo português concentrou-se nas relações exteriores aproximando-se ao desenvolvimento europeu do segundo pós- guerra, na tentativa de resolver o problema

⁴⁰⁴ J. Céu e Silva, “Salazar nunca pôs um pé em África e isso foi de uma grande cobardia”, in *Diário de Notícias*, 16/12/2019, online. Disponível em: <https://www.dn.pt/cultura/salazar-nunca-pos-um-pe-em-africa-e-isso-foi-de-uma-grande-cobardia-11606815.html>. Último acesso: 04/05/2021.

⁴⁰⁵ J. Muñoz Soro, “Vigilar y censurar. La censura editorial tras la Ley de Prensa e Imprenta (1966-1976)”, in E. R. Bautista (org.), *Tiempo de censura: la represión editorial durante el franquismo*. Gijón, Trea, 2008, pp. 112-115.

⁴⁰⁶ La Torre Gómez, H de; J. C. Jiménez Redondo. *Historia de una diferencia: Portugal y España*. Cit., p. 307.

da guerra colonial⁴⁰⁷. A obtenção de um acordo importante diplomático com os Estados Unidos, no contexto do início da guerra do Yom Kipur do fim de 1973 previa que Portugal outorgava a base das Açores de Lajes como apoio aéreo americano e para os abastecimentos militares⁴⁰⁸. Isso teria podido ser um acordo exterior lucrativo para Portugal do momento que os armamentos militares dos Estados Unidos teriam devido ajudar o corpo de soldados portugueses na luta armada colonial. Porém, realmente, isso não levou a conter os ataques contínuos dos guerrilheiros africanos; por esta razão a deterioração da guerra e as perdas grandes do exército colonial foram a motivação principal da queda desse período de abertura português do fim da década nomeado “primavera marcelista” e das instituições salazaristas que permaneceram como espinha dorsal do país mesmo após a morte de Salazar, até o dia 25 de abril de 1974⁴⁰⁹.

Quanto à situação espanhola, aumentaram progressivamente as atividades terroristas dos revolucionários bascos da ETA, acelerando, de facto, o processo de transformação social e política da Espanha que levaria à transição definitiva democrática em 1975, já iniciada na década anterior⁴¹⁰.

Para concluir essa parte de recapitulação de convergências e divergências entre Espanha e Portugal, é possível afirmar que a queda das duas ditaduras ibéricas ocorreu principalmente por motivos diferentes: se para Portugal, a razão principal de derrube da ditadura salazarista foi a guerra exaustiva colonial, que, como indicam Hipólito de la Torre Gómez e Juan Carlos Jiménez Redondo, “Para Salazar embarcar a Portugal en la guerra para defender la Portugalidad de las colonias, no era una opción. Era una

⁴⁰⁷ Ibidem, pp. 309-311.

⁴⁰⁸ Ao mesmo tempo os EUA enviaram outros fornecimentos militares para reforçar as tropas portuguesas, em particular mísseis, em dezembro de 1973 contribuindo para a guerra colonial portuguesa. Ibidem, p. 312.

⁴⁰⁹ Em relação aos efeitos da censura nesse período, ocorreu uma atenuação ligeira com a remoção da interdição da publicação de dezenas de obras que antes estavam censuradas e mesmo concedendo a teatros e cinemas a programação de peças e filmes de todos os géneros. Permitiu-se também o regresso de figuras políticas relevantes como Mário Soares (que será o futuro presidente da República Portuguesa em 1975) encarcerado na Ilha de São Tomé e Príncipe desde os anos trinta. Cfr. Oliveira Marques, A. H. de. *História de Portugal*. Cit., pp. 406-407; Cfr. F. T. Pimenta. *Storia politica del Portogallo Contemporaneo*. Cit., p. 171.

⁴¹⁰ Durante esse período regista-se também o assassinio de Melitón Manzanas, inspetor-chefe da polícia basca de Irún na região de Guipúzcoa o dia 2 de agosto de 1968, mas o atentado terrorista principal mais relevante viu como alvo principal o presidente do governo Luis Carrero Blanco que morreu o dia 20 de dezembro de 1973. Cfr. C. Molinero; P. Ysàs. “La conflittualità sociale in Spagna durante il Franchismo”, in: L. Casali (a cura di), *Per una definizione della dittatura franchista*. Cit., pp. 124-127.

obligación, y por tanto una limitación”⁴¹¹, pelo lado espanhol, se bem que a guerra colonial para a obtenção de Marrocos teve um papel marginal nas dinâmicas de rutura do governo franquista, as conflitualidades sociais de operários e universitários, junto aos impulsos separatistas-nacionalistas da Catalunha e às ações terroristas dos revolucionários bascos, determinaram o derrube definitivo da ditadura franquista.

CONCLUSÕES

O objetivo da presente tese visou a ilustração do tema da censura e na literatura durante as ditaduras franquista e salazarista no século XX. A partir de uma análise aprofundada do contexto histórico da península ibérica do início do século passado, foram analisados os fatores determinantes na formação do aparelho restritivo da censura, que permitiu a consolidação e a prorrogação dos regimes autoritários ibéricos.

Um dos eventos principais que se verificou no início do século passado foi a Primeira Guerra Mundial, que representou o fator determinante no desenvolvimento do mal-estar social e da crise económica e política de Espanha e Portugal. Apesar da neutralidade inicial, na Espanha desencadearam-se importantes conflitos políticos quanto ao papel que deveria cobrir o país nesse período, os quais resultaram decisivos em acelerar o processo de deterioração das instituições democráticas. Portugal, que combateu a guerra na frente belgica e na frente colonial africana, sofreu repercussões importantes, já que as grandes perdas do exército determinaram o aumento das despesas militares; dessa forma, comportou o agravamento da situação interna, em particular em

⁴¹¹ La Torre Gómez, H de; J. C. Jiménez Redondo. *Historia de una diferencia: Portugal y España*. Cit., p. 298.

relação às condições de pobreza da população e mesmo, em âmbito político, onde a veleidade de Portugal de obter um papel importante do ponto de vista internacional através do evento bélico determinou a eclosão de grandes conflitos e o crescimento da instabilidade do governo. Logo a seguir, o conseqüente agravamento da crise ibérica dos anos vinte levou a uma alteração radical necessária do ponto de vista político: primeiramente, a Espanha do general Miguel Primo de Rivera representou a primeira viragem necessária de matriz autoritária em 1923; enquanto em Portugal o processo de assunção do poder, por parte do general Gomes da Costa, no governo português começou três anos mais tarde, em 1926, sancionando a instauração da ditadura militar portuguesa.

O início da década de trinta representou um ponto de viragem essencial, porque permitiu o aprofundamento não só do projeto político democrático espanhol após a queda da ditadura de Primo de Rivera do fim da década anterior, mas ao mesmo tempo marca a consolidação do poder autoritário de Portugal e a aliança ibérica frente à ameaça republicana-comunista.

A instituição do Estado Novo de Salazar indicou a continuação e a consolidação do poder autoritário do estado, embora a Constituição de 1933 decretasse o carácter presidencialista desse regime, o que não impediu Salazar de assumir na prática a totalidade de poder do estado, implantando uma ditadura baseada na sua figura como chefe do estado, ofuscando o poder de decisão do presidente da República. Por seu lado, na mesma época, a Espanha implantou uma tentativa de regresso à democracia com o governo da Segunda República, uma coalizão de partidos políticos encarregada de sanear a crise económica e social que enfurecia no país.

Nesse contexto surge também uma ligação importante entre Espanha e Portugal, ditada pelo terror da renascença democrática espanhola que poderia abalar a estabilidade do regime salazarista, alimentando os revolucionários republicanos portugueses que já no fim da década anterior tentaram subverter a ditadura militar de 1926. Por esta razão a análise focalizou-se nas campanhas de difamação e propaganda por parte de Salazar que visava à queda da Segunda República e na sua cumplicidade em favorecer a ascensão da extrema direita espanhola e sobretudo na Guerra Civil Espanhola que comportou não só o derrubamento republicano mas também a origem da ditadura de matriz militar autoritária fascista, o Franquismo do general Franco.

O início da década de quarenta é marcado pelo reforço ditatorial na Espanha e Portugal através do aparelho restritivo da censura e da polícia política para reprimir o dissenso inclusive no campo editorial e jornalístico. Porém, a nível internacional, a eclosão da Segunda Guerra Mundial em 1939 decretou um período de grande perturbação por toda a Europa.

O impacto desse conflito foi enorme nas dinâmicas internas de Espanha e Portugal e ao mesmo tempo nas várias relações económicas e coloniais que Salazar e Franco atuaram para manter o estado de neutralidade em guerra e também salvaguardar a autoridade do regime e os seus interesses exteriores. Em seguida, a derrota do nazi-fascismo em 1945 definiu o início de um certo fermento social que gerou uma vaga de protestos e denúncias em ambos os países, inaugurando o processo de disgregação nacional de ambas as ditaduras.

Na base dessas conflitualidades sociais encontra-se as contínuas vexações do regime em relação às tentativas persistentes de denúncia contra o regime; nesse contexto insere-se o fenómeno da censura como método repressivo eficaz do dissenso, no plano editorial, jornalístico e literário, de que se forneceram ao longo desta tese exemplos concretos, capazes de evidenciar a violência da censura aos livros portugueses, espanhóis e catalães. Em particular, no lado português analisaram-se os casos de José Cardoso Pires e José Saramago figuras representativas que contestaram e desafiaram o poder da censura portuguesa com a sua escrita criativa, realística e violenta; no lado espanhol e catalão Manuel de Pedrolo e José Maria Gironella tiveram um papel importante na literatura do século passado como exemplos das potencialidades criativas da escrita mesmo em condições de necessária autocensura.

Através das várias temáticas enfrentadas na narrativa desses autores a presença da autocensura revela-se um elemento comum que consistia em escrever nas entrelinhas mediante o uso de alegorias, alusões e metáforas. Desse modo, mesmo sob os respetivos regimes, para estes autores foi possível reavivar o valor da literatura e da liberdade de palavra num contexto em que a função do livro era essencial para alimentar a oposição à opressão autoritária e ao sufocamento da livre expressão literária e popular.

Noutro plano, o exílio foi por vezes a única solução de fuga das torturas do país permitindo preservar o ofício do escritor de criticar e denunciar a opressão dos regimes franquista e salazarista, para além de propagar a língua e a cultura do seu país no

estrangeiro. O exílio, voluntário ou forçado, configura-se em geral como um processo de assimilação e adaptação, por parte do autor expatriado, à nova realidade restimulando muitas vezes a criatividade da sua escrita, expressão de uma forte resistência contra a opressão ditatorial e do apoio moral e literário do escritor exilado em relação à sua terra de origem.

Precisamente o fenómeno do exílio, consequência importante da repressão ditatorial, pode-se definir uma forma de salvação e “vingança” para a escrita e a literatura, sobretudo por dar voz indiretamente aos autores exilados na sua própria pátria, contra o terror que infundiam a censura e a autoridade do estado.

BIBLIOGRAFIA

1. AA.VV. *Exílios: Testemunhos de exilados e desertores portugueses na Europa (1961-1974)*, 1ª ed., Lisboa, Associação de Exilados Políticos Portugueses, 2016.
2. AA.VV. *Il Milione – Volume I*, Novara, De Agostini, 1975.
3. AA.VV. *Los restos del naufragio: Relatos del exilio republicano español*, 1ª ed., Madrid, Salto de Página, 2016.
4. ABELLÁN LÓPEZ, Manuel, *Censura e creación literaria en España (1939-1976)*, 1ª ed., Madrid, Península, 1980.
5. SILVA, Franco Santos Alves da, “Portugal Livre: um jornal de oposição ao Estado Novo português no Exílio brasileiro 1958-1961: Período inicial” in *Intellectus*, N°2, 2017.
6. ARANHA, Ana; ADEMAR, Carlos, *Memórias de exílio*, 1ª ed., Lisboa, Parsifal, 2018.
7. ARSILLO, Vincenzo, “Lo specchio nel silenzio: La storia come essai in José Cardoso Pires: Período inicial”, in: *Rassegna Iberistica*, Venezia, 2006.

8. AZEVEDO, Cândido de, *A censura de Salazar e Marcelo Caetano: Imprensa, teatro cinema, televisão, radiodifusão, livro*, Lisboa, Caminho, 1999.
9. BAIÔA, Manuel, “A censura como factor de formação e consolidação do Salazarismo: O caso do noticiário sobre a política internacional na imprensa (1933-1935)”, in F. Martins (org.), *A formação e consolidação política do Salazarismo e Franquismo*, Évora, Colibri, Cidehus, 2012.
10. BAIÔA, Manuel, “A Primeira República Portuguesa (1910-1926): partidos e sistema político: Período inicial”, in: *Arbor*, N°190, 2014.
11. BENEYTO, Antonio, *Censura y política en los escritores españoles*, 1ª ed., Barcelona, Plaza & Janés, 1977.
12. BERGMANN, Emilie, “Flowers at the North Pole: Mercè Rodoreda and the Female Imagination in Exile: Período inicial”, in: *Catalan Review*, V. 2, N°2, 1987.
13. BRENAN, Gerald, *Storia della Spagna (1874-1936)*, Tr. Ileana Gialdi, Torino, Einaudi, 1970.
14. CANAL, Jordi, *Storia minima della Catalogna*, Tr. Marco Palma, Roma, Viella, 2018.
15. CELANI, Simone, “O devorador de palavras: Stadi evolutivi del Dinossauro Excelentíssimo: Período final”, in: *Status Quaestionis*, N°1, Roma, 2011.
16. CARVAJAL URQUIJO, Pedro; CASAS MARTÍN, Julio, *El Exilio Español (1936-1978)*, 1ª ed., Barcelona, Planeta, 2002.
17. CASALI, Luciano, *Fascismi: Partito, società e stato nei documenti del fascismo, del nazionalsocialismo e del franchismo*, Bologna, CLUEB, 1995.
18. CASALI, Luciano (a cura di), *Per una definizione della dittatura franchista*, 1ª ed., Milano, Franco Angeli, 1990.
19. CASASSAS I YMBERT, Jordi, “Espacio cultural e cambio político: los intelectuales catalanes y el catalanismo: Período final”, in: *Espacio, Tiempo y Forma*, N°6, 1989.
20. CEREZALES, Diego Palacios, “Desorden y Estado fuerte en la Primera República portuguesa: Período inicial”, in: *Ayer*, N°88, 2012.
21. CODERA, Maximiliano Fuentes, *España en la Primera Guerra Mundial: Una movilización cultural*, 1ª ed., Madrid, Axal, 2014.

22. COETZEE, John Maxwell, *Pornografia e censura*, 1ª ed., Roma, Donzelli Editore, 1996.
23. CULLA I CLARÀ, Joan B, “Ni tan jóvenes, ni tan bárbaros: las juventudes en el republicanismo lerrouxista barcelonés: Período inicial”, in: *Ayer*, N°59, 2005.
24. DALMAU I RIBALTA, Antoni, Dalmau i Ribalta, “La oleada de violencia en la Barcelona de 1904-1908”, in: *Ayer*, N°85, 2012.
25. D’AMARO, Francesco; ESTEVEZ Javier Martí, “No hay neutrales. Todos estamos en guerra, La Spagna tra il 1914 e il 1918: Período inicial”, in: *Rivista di Storia delle Idee*, V. 4, N°2, 2015.
26. DARNTON, Robert; ORTEGA, Mariana, “Censores trabajando: Período inicial”, in: *Espacio, Tiempo y forma*, N°29, 2016.
27. DELLA SETA, Roberto, “Fascismo, antifascismo e socialismo in Léon Blum (1933-1936): Período inicial”, in: *Studi Storici*, N°3, 1985.
28. D’ESTE, Ilaria, *Una revolución bajo el nombre Natalia Estudio sobre la evolución política y social de las mujeres españolas durante el franquismo en la obra de Mercè Rodoreda y Montserrat Roig*, Dissertação de mestrado, Venezia, Università Ca’ Foscari, 2017.
29. DESFOR EDLES, Laura, L. D. Edles, “A Culturalist Approach to Ethnic Nationalist Movements: Symbolization and Basque and Catalan Nationalism in Spain: Período final”, in: *Social Science History*, V. 23, N°3, 1999.
30. DETRELL, Jordi Cornellà, “La censura després delsensors: Algunes reflexions sobre aspectes no resolts de l’herència cultural del franquisme: Período inicial”, in: *Anuari Trilcat*, N°2, 2012.
31. DIX, Steffen; PIZARRO, Jerónimo, “*Multiple Perspectives on Literature and the Visual Arts*”, 1ª ed., London, Routledge, 2017.
32. DUARTE, SILVA, António E., “O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974): Período inicial”, in: *Análise social*, V. 30, N°130, 1995.
33. EGIDO, León Ángeles, “Franco y la Segunda Guerra Mundial. Una neutralidade comprometida: Período inicial”, in: *Ayer*, N°57, 2005.
34. ESPINET, Xavier; SANCHEZ, Mariana (org.), *Catalogne, la République Libre*, Paris, Syllepse, 2019.

35. FAUSTINI, Federica, *El miedo a la verdad: Análisis de las intervenciones y de los efectos del sistema de la censura franquista a través de una triple perspectiva en la novela, el teatro y el cine*, Dissertação de mestrado, Venezia, Università Ca' Foscari, 2019.
36. FERNÁNDEZ, Ramón Tena; RAMOS, Ana Margarida; VÁSQUES, José Soto, “Análisis comparativo de la censura de la LIJ en España y Portugal a través de la legislación promulgada durante las dictaduras de Franco y Salazar: Período final”, in: *Bulletin of Spanish Studies*, V. 96, N°10, 2019.
37. FAURI, Ana Leticia, *O Escritor nas Garras da PIDE: Literatura, Sociedade e Repressão no Contexto do Estado Novo*, tese de doutoramento, Providence (RI), Brown University, 2016.
38. FERNÁNDEZ GARCÍA, Maria Jesús, *Historia de la literatura portuguesa*, Mérida, Junta de Extremadura, 2017.
39. FERNÁNDEZ POZA, Óscar; RIBERA LLOPIS, Juan Miguel, “Fuentes para el estudio del exilio literario catalán en Hispanoamérica: Período inicial”, in: *Revista de Filología Románica*, V. 1, 2011.
40. FERRARI, Marco, *L'incredibile storia di António Salazar, il dittatore che morì due volte*, 2ª ed., Bari, Laterza, 2020.
41. FERRARIN, Arturo Radames, *Storia del Portogallo*, Milano, “s.e.”, 1940.
42. FERRÉ TRILL, Xavier, “Manuel de Pedrolo: Literature as Intellectual Engagement: Período final”, in: *Journal of Catalan Intellectual History (JOCIH)*, 2016.
43. FILLIÈRE, Carole, “De la búsqueda de la novela total al encuentro del éxito masivo: A trilogía de José María Gironella y su trayectoria como objeto predilecto de la historia cultura: Período inicial”, in: *Historia Contemporánea*, V. 32, 2006.
44. FINCHELSTEIN, Federico, *Dai fascismi ai populismi: Storia, politica e demagogia nel mondo attuale*, Tr. David Scaffei, Roma, Donzelli, 2019.
45. FRANCAVILLA, Roberto, *Calligrafie morali: Discorsi del potere in José Cardoso Pires, António Lobo Antunes, Herberto Helder*, Pisa, ETS, 2017.

46. FRANCAVILLA, Roberto, “Immorale, indecoroso, pornografico”: Censura e propaganda nel Portogallo di Salazar”, in: L. Villa; S. Verdino (a cura di), *Censura e Scrittura. Percorsi dall’800 a oggi*, Novara, Interlinea, 2015.
47. GALLO, Max, *Storia della Spagna Franchista*, Tr. Silvia Brilli-Cattarini e Carla Patané, Roma-Bari, Laterza, 1972.
48. GARCÍA CORTÁZAR, Fernando de; GONZÁLEZ VESGA, José Manuel, *Storia della Spagna: dalle origini al ritorno della democrazia*, Tr. Nicola del Corno., Milano, Bompiani, 1996.
49. GARCÍA CORTÁZAR, Fernando de; VESGA GONZÁLEZ, José Manuel, *Storia della Spagna: dalle origini al ritorno della democrazia*, Tr. Nicola del Corno. Milano, Bompiani, 2001.
50. GARRIDO, Álvaro; ROSAS, Fernando, *Il Portogallo di Salazar: Politica, Società, Economia*, Tr. Daniele Serapiglia, Bologna, Bononia University Press, 2020.
51. GENTILE, Emilio, *Storia del Partito Fascista (1919-1922): Movimento e Milizia*, Bari, Laterza, 1989.
52. GIRONELLA, José María, *Los cipreses creen en Dios*, Barcelona, Planeta, 1961.
53. GIRONELLA, José María, *Un millón de muertos*, Barcelona, Planeta, 1962.
54. GIRONELLA, José María, *Ha estallado la paz*, Barcelona, Planeta, 1966.
55. GOMES, Joaquim Cardoso, “Álvaro Salvação Barreto: Oficial e censor do Salazarismo: Período inicial”, in: *Media & Jornalismo*, V. 9, 2006.
56. GÒDIA FRANQUESA, Montserrat, “Traducciones al catalán y exilio franquista: Período inicial”, in: *Cadernos de Tradução*, V. 38, N°1, 2018.
57. GÓMEZ, Hipólito la Torre de, “La crisis del liberalismo (1890-1939): Período inicial”, in: *Ayer*, N°37, 2000.
58. GÓMEZ, Hipólito la Torre de; REDONDO, Juan Carlos Jiménez, *Historia de una diferencia: Portugal y España*, Madrid, Silex, 2019.
59. GRAU MATEU, Josep, “El català, llengua de govern: la política lingüística de la mancomunitat de Catalunya (1914-1924): Período final”, in: *Revista de llengua i dret*, N°64, 2015.

60. HERMET, Guy, *Storia della Spagna nel Novecento*, Tr. Andrea de Ritis, Urbino, Mulino, 1999.
61. ILIE, Paul, *Literatura y exilio interior*, Madrid, Fundamentos, 1981.
62. ILIE, Paul, “Fictive History in Gironella: Período final”, in: *Journal of Spanish Studies*, V. 2, N°2, 1974.
63. JANÉ-LLIGÉ, Jordi, “Anàlisi bibliogràfica dels estudis sobre traducció i recepció literàries a Catalunya durant el franquisme: Período inicial”, in: *Franquisme & Transició*, N°4, 2016.
64. LARRAZ, Fernando, *Editores y editoriales del exilio republicano español de 1939*, Sevilla, Renacimiento, 2018.
65. LIMA GRECCO, Gabriela de, “Más allá de la pluma censora: las zonas grises en torno a la censura literaria durante el Primer Franquismo”, in *Estudos Ibero Americanos*, V. 45, N°2, 2019.
66. LIMA GRECCO, Gabriela de, “La censura literaria: desarrollo conceptual e teórico, los efectos de su acción y su funcionamiento”, in *Anuário de literatura*, V. 21, N°1, 2016.
67. LOURENÇO, Eduardo, *Do Colonialismo como nosso impensado*, 2ª ed., Lisboa, Gradiva, 2016.
68. LUPIÁÑEZ MATEU, Alba, *La violència i l'anticlericalisme abans de la Guerra Civil*, Dissertação de licenciatura, Girona, Universitat de Girona, 2016.
69. MARQUES, Manuel Pedroso, *Os exilados: Não esquecem nada mas falam pouco: Ensaio sobre os factos e outras memórias*, 1ª ed., Lisboa, Âncora, 2015.
70. MARTINEZ, Miguel Ángel Giménez, “La representación política en España durante la dictadura de Primo de Rivera: Período final”, in: *Estudos históricos*, V. 31, N°64, 2018.
71. MARTINS, Fernando (org.), *A formação e a consolidação política do Salazarismo e do Franquismo*, Évora, Cidehus, 2012.
72. MORENO SECO, Mónica, “Las exiliadas, de acompañantes a protagonistas”, in *Ayer*, N° 81, 2011.
73. MORINI, Massimiliano; ZACCHI, Romana, *Le forme della censura*, 1ª ed., Napoli, Liguori, 2006.

74. NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Maria, “¿Negar o reescribir la Hispanidad? Los nacionalismos subestatales Ibéricos e América Latina, 1898-1936: Período final”, in: *El Colegio de México (CEH)*, V. 67, N°1 (265), 2017.
75. OLIVEIRA MARQUES, António Henrique Rodrigo de, *História de Portugal – Volume III*, 3ª ed., Lisboa, Palas Editores, 1986.
76. PASSERINI, Luisa, *Colonialismo portoghese e lotta di liberazione nel Mozambico*, 2ª ed., Torino, Einaudi, 1970.
77. PATRIARCA, Fátima, “Diário de Leal Marques sobre a formação do primeiro governo de Salazar: Período inicial”, in: *Análise social*, V. 41, N°178, 2006.
78. PAYNE, Stanley G, *El camino al 18 de Julio: La erosión de la democracia en España (diciembre de 1935-julio de 1936)*, 3ª ed., Madrid, Espasa, 2019.
79. PAYNE, Stanley G, *El fascismo*, 1ª ed., Madrid, Alianza, 2020.
80. PAYNE, Stanley G, *¿Por Qué la República perdió la guerra?*, 4ª ed., Madrid, Espasa, 2020.
81. PAULO, Heloísa, “Exilados portugueses na América do Sul: republicanos e revolucionários (1926-1964): Período inicial”, in: *Jornadas de trabajo: Exilios político del Cono Sur en el siglo XX*, La Plata, 2012.
82. PAULO, Heloísa, “O exílio português no Brasil nas décadas de cinquenta e sessenta: Período inicial” in: *Cadernos Ceru*, V. 23, N°2, 2002.
83. PECHARROMÁN, Julio Gil, *História de la Segunda República Española (1931-1936)*, 1ª ed., Madrid, Biblioteca nueva, 2002.
84. PEDROLO, Manuel de, *Acte de violència*, 1ª ed., Valencia, Sembra, 2016.
85. PEREIRA CUNHA, Adrião da, “Humberto Delgado e o seu exílio no Brasil: Período inicial”, in: *História, Revista da FLUP Porto*, V. 4, 2014.
86. PEREZ BOUZA, Andrea, *Periodismo y censura en el tardofranquismo y en el contexto de la Ley Fraga: estudio histórico a través de dos encuentros con periodistas que lo vivieron*, Dissertação de licenciatura, Barcelona, Universitat autònoma de Barcelona, 2018.
87. PÉREZ GUERRERO, Juan Carlos, “Franquismo e identidad en el exilio republicano en México”, in: C. N. Zubeldia (org.), *Actas de IV Simposio de Historia Actual, 17-19 de Octubre de 2002*, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 2004.

88. PIMENTA, Fernando Tavares, *Storia politica del Portogallo Contemporaneo*, Tr. Tiziana Zenier, Firenze, Le Monnier, 2011.
89. PINTO, António Costa, “As elites políticas e a consolidação do salazarismo: o Nacional Sindicalismo e a União Nacional: Período inicial”, in: *Análise Social*, V. 27, N°116-117, 1992.
90. PIRES, José Cardoso, *O delfim*, 16ª ed., Lisboa, Dom Quixote, 1998.
91. PIRES, José Cardoso, *O Dinossauro Excelentíssimo*, 2ª ed., Lisboa, Leya, 2016.
92. POLVERINI, Sara, *Letteratura e memoria bellica nella Spagna del XX secolo: José María Gironella e Juan Benet*, 1ª ed., Firenze, Firenze University Press, 2013.
93. PONTIERO, Giovanni, “Interview with José Saramago”, *Pn Rewiew*, V. 16, 1989.
94. PORTELA, Artur, *Cardoso Pires por Cardos Pires*, Lisboa, Dom Quixote, 1991.
95. PORTOLÉS, José, “Evitar la censura: análisis pragmático”, *Revista de estudios do discurso*, N°2, 2013.
96. PUJADAS COMAS D'ARGEMIR, Roser, “Memoria y Retorno del Exilio Republicano Catalan: Período inicial”, in: *Portal*, V. 1 , N°1, 2004.
97. RAMOS, Rui; VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo; GONÇALO MONTEIRO, Nuno, *História de Portugal*, 8ª ed., Lisboa, A Esfera dos Livros, 2015.
98. REGLÁ, Juan, *Historia de Cataluña*, 5ª ed., Madrid, Alianza, 1983.
99. RIGOBON, Patrizio, “Incerta glòria di Joan Sales tra filologia, storia e traduzione: Período inicial”, in: *Scripta*, N°5, 2015.
100. RIGOBON, Patrizio; CAGIAO Y CONDE, Jorge; FERRAIUOLO, Gennaro, *La nazione catalana. Storia, lingua, politica, costituzione nella prospettiva plurinazionale*, 1ª ed., Napoli, Scientifica, 2018.
101. ROBALO, Rita Rosa; PEREIRA GONÇALVES, Rui Pedro, *A censura à imprensa durante o Estado Novo*, Dissertação de licenciatura, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2016.
102. RODOREDA, Mercè, *La piazza del diamante*, Tr. Giuseppe Tavani, 1ª ed., Roma, BEAT, 2012.

103. RODOREDA, Mercè, *La meva cristina e altres contes*, Barcelona, Edicions 62, 1991.
104. RODRIGUES, Cristina, “A Primeira República em Portugal (1910-1933) e os direitos dos trabalhadores: Período inicial”, in: *Revista Trabalho Necessário*, V. 6, N°7, 2008.
105. RODRÍGUEZ, Alberto Pena, “Salazar y Franco en el panorama internacional: estrategia diplomática y propaganda (1936-1945): Período inicial”, in: *Espacio, Tiempo y forma*, N°32, 2013.
106. RODRÍGUEZ, Alberto Pena, *Salazar y Franco: La alianza del fascismo ibérico contra la España republicana: diplomacia, prensa y propaganda*, Gijón, Trea, 2017.
107. RODRÍGUEZ, Santiago, “Juan Goytisolo: Exiliado e refugiado de la lengua: Período final”, in: *Cuadernos del Minotauro*, V. 2, 2005.
108. ROLLEMBERG, Denise, “Revoluções de direita na Europa do entre-guerras: o fascismo e o nazismo: Período inicial”, in: *Estudos Históricas*, V. 30, N°61, 2017.
109. RUIZ BAUTISTA, Eduardo (org.), *Tiempo de censura: la represión editorial durante el franquismo*, Gijón, Trea, 2008.
110. SÁNCHEZ, Glicerio Recio (org.), *Instituciones y sociedad en el franquismo, Pasado y memoria*, Universidade de Alicante, 2002.
111. SALES, Joan, *Incierta gloria*, Barcelona, Planeta, 2012.
112. SANZ, Rosa Pardo, “Salazarismo y franquismo (1945-1955): sobrevivir en Occidente: Período inicial”, in: *Espacio, tiempo y forma*, N°25, 2013.
113. SARAIVA, José Hermano, *Storia del Portogallo*, Trad. Pasquale Sacco, Milano, Mondadori, 2004.
114. SARAMAGO, José, *Os poemas possíveis*, 2ª ed., Lisboa, Caminho, 1982.
115. SELVAGGINI, Luisa, “Tra critica e coscienza storica: la saggistica di Claudio Guillén attraverso il prisma dell’esilio: Período inicial”, in: *Orillas*, N°8, 2019.
116. SERAPIGLIA, Daniele, *Il fascismo portoghese, le interviste di Ferro a Salazar*, 1ª ed., Lavis (TN), Pendragon, 2014.

117. SGARBI, Antonio Elielson, *A Poesia de José Saramago: análise de Os Poemas Possíveis, Provavelmente Alegria, O Ano de 1993*, Dissertação de mestrado Assis, Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2013.
118. SILVA, Douglas Mansur da, “A oposição no exílio e a memória da ‘resistência’ ao Estado Novo em São Paulo: Período final”, in: *Migrações*, N°5, 2009.
119. SIQUEIRA TRAVANCAS, Isabel, “Portugal Democrático: Um jornal de exilados: Período inicial”, in: *Brazilian Journalism Research*, V. 16, N°3, 2020.
120. TABUCCHI, Antonio, *Sostiene Pereira*, Milano, Feltrinelli, 1996.
121. TELO, António José, “A obra financeira de Salazar: a ‘ditadura financeira’ como caminho para a unidade política, 1928-1932: Período inicial”, in: *Análise social*, V. 29, N°128, 1994.
122. TOMASONI, Matteo, ‘Reprimere e detenere’: L’altra faccia del conservadorismo español. La pratica della detenzione da Primo de Rivera a Francisco Franco”, in: *Diacronie*, V. 24, N°4, 2010.
123. UGARTE, Michael, *Literatura española en el exilio: Un estudio comparativo*, 1ª ed., Madrid, Siglo Veintiuno de España, 1999.
124. VAN DEN HOUT HUIJBEN, Lidwina, “*El Rojo Critico: Expansion de la literatura catalana bajo la censura (1962-1977)*”, Tese de doutoramento, Groningen, University of Groningen, 2015.
125. VAN DEN HOUT HUIJBEN, Lidwina, “*La censura y el caso de Manuel de Pedrolo. Las novelas 'perdidas'*”, Chicago, University of Chicago, 2007.
126. VECCHI, Roberto; RUSSO, Vincenzo, *La letteratura portoghese: i testi e le idee*, 1ª ed., Città di Castello (PG), Le Monnier, 2017.
127. VEGA, Eulàlia, “L’esilio francese di Antonia Fontanillas, militante anarchica: Período inicial”, in: *Deportate, esuli, profughe (DEP)*, N° 8, 2008.
128. VEGA, Eulàlia (org.), *Pensando alla Catalogna*, Tr. Enric Bou e Lluís Quintana, Alessandria, Dell’orso, 2008.
129. VEGA, Eulàlia, “La resistenza culturale in Catalogna sotto il Franchismo: Il caso Frederic- Pau Verrié: Período final”, in: *Tigor*, N°2, 2017.
130. WHEELER, Douglas L, “A Primeira República Portuguesa e a História: Período inicial”, in: *Análise social*, V. 14, N°56, 1978.

- **Artigos eletrónicos:**

- AA.VV, “Quaderns de l’exili”, in: *Biblioteca virtual Miguel de Cervantes*, 2001, online. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra/quaderns-de-lexili/>. Último acesso: 24/04/2021.
- AA.VV, “Cartoons de Abel Manta”, in: *Arquivos RTP.PT*, 11/05/2021, online. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/cartoons-de-abel-manta/>. Último acesso: 13/05/2021.
- ABELLÁN LÓPEZ, Manuel, “Apunts sobre la censura literària durant el Franquisme”, in: *Revista De Catalunya*, 6/03/2009, online. Disponível em: http://www.represa.es/represa_6_marzo_2009_articulo7.html. Último acesso: 13/01/2021.
- CÉU E SILVA, João, “Salazar nunca pôs um pé em África e isso foi de uma grande cobardia”, in: *Diário de Notícias*, 16/12/2019, online. Disponível em: <https://www.dn.pt/cultura/salazar-nunca-pos-um-pe-em-africa-e-isso-foi-de-uma-grande-cobardia-11606815.html>. Último acesso: 29/03/2021.
- FUENTE, Ramiro, “El exilio del medio millón de españoles que jamás recuperaron a su país”, in: *Público*, 14/01/2019, online. Disponível em: <https://www.publico.es/sociedad/exilio-despues-victoria-franquista-exilio-medio-millon-espanoles-jamas-recuperaron-pais.html>. Último acesso: 30/03/2021.
- GRANDES, Almudena, “España es diferente”, in: *El País*, 28/03/2011, online. Disponível em: https://elpais.com/sociedad/2011/03/28/actualidad/1301263201_850215.html. Último acesso: 22/03/2021.
- LOPEZ HURTADO, Pablo, “La ley Fraga” luces y sombras”, in: *la Información*, 18/09/2019, online. Disponível em: <https://www.lainformacion.com/233grados/la-ley-fraga-luces-y-sombras/6511793/>. Último acesso: 8/01/2021.
- PATERNOSTER, Renzo, “TARRAFAL, Il campo della morte di Salazar”, in: *Storia in Network*, 1/10/2016, online. Disponível em:

<http://www.storiain.net/storia/tarrafal-il-campo-della-morte-di-salazar/>.

Último acesso: 17/02/2021.

- SALMON, Alex, “Gironella: «Franco dijo de mi novela: ‘Esto sí fue la guerra’»”, in: *El Mundo*, 1/08/2001, online. Disponível em: <https://www.elmundo.es/elmundolibro/2001/08/01/anticuario/996602775.htm>. Último acesso: 20/01/2021.
- S.a. (Sem autor), “Vigília da Capela do Rato (1972)”, in: *ComunicAR-Boletim da Assembleia da República*, 2014, online. Disponível em: <https://app.parlamento.pt/comunicar/Artigo.aspx?ID=562>. Último acesso: 20/03/2021.

AGRADECIMENTOS

Esta tese foi um trabalho estimulante de pesquisa, cujo êxito tem sido possível graças à ajuda de muitas pessoas que, a seguir, se agradecem:

Primeiramente queria agradecer os meus orientadores Vanessa Castagna e Patrizio Rigobon pelo apoio relacionado ao material de pesquisa e para os conselhos que me permitiram trabalhar de maneira eficaz e eficiente.

Queria agradecer à minha família, aos meus pais e aos meus avôs pelo suporte moral e financeiro durante estes dois anos de mestrado; mas em particular a pessoa que mais me empurrou a empenhar-me a fundo nessa tese foi a minha namorada Emilia, um suporte moral enorme durante estes meses.

A seguir queria agradecer aos meus companheiros de universidade, os *Surfistas Literários* pelo suporte recíproco durante toda a duração desse trabalho intenso.

Por último queria agradecer as bibliotecárias da sede de Ca' Bernardo por ter-me permitido o acesso a todo o material de pesquisa durante estes meses.